

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	5

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	6
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	7
DMPL - 31/12/2008 à 31/12/2008	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	17
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	18
DMPL - 31/12/2008 à 31/12/2008	19
Demonstração de Valor Adicionado	20

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	22
---	----

Notas Explicativas	48
--------------------	----

Proposta de Orçamento de Capital	134
----------------------------------	-----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	136
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	139
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	140
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	141
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	142

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2010
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	203.934.060
Preferenciais	0
Total	203.934.060
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	3.469.254	3.705.423	3.698.867
1.01	Ativo Circulante	111.594	191.446	276.980
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	38.295	14.584	40.256
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.080	774	284
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.080	774	284
1.01.06.01.01	Tributos e Contribuições	1.080	774	284
1.01.07	Despesas Antecipadas	159	175	135
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	72.060	175.913	236.305
1.01.08.03	Outros	72.060	175.913	236.305
1.01.08.03.01	Dividendos a receber	48.054	155.701	236.138
1.01.08.03.02	Serviços Prestados a receber	146	0	0
1.01.08.03.03	Outros créditos	23.860	20.212	167
1.02	Ativo Não Circulante	3.357.660	3.513.977	3.421.887
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	194	152	121
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	194	152	121
1.02.01.09.05	Depósitos Judiciais	194	152	121
1.02.02	Investimentos	3.356.788	3.513.147	3.421.766
1.02.02.01	Participações Societárias	3.356.788	3.513.147	3.421.766
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	3.353.734	3.511.978	3.420.233
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	3.054	1.169	1.533
1.02.03	Imobilizado	678	678	0
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	678	678	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	3.469.254	3.705.423	3.698.867
2.01	Passivo Circulante	139.110	151.795	233.050
2.01.02	Fornecedores	280	6.348	283
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	280	6.348	283
2.01.03	Obrigações Fiscais	31	53	10
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	31	53	10
2.01.03.01.02	Tributos e Contribuições	31	53	10
2.01.05	Outras Obrigações	138.799	145.394	232.757
2.01.05.02	Outros	138.799	145.394	232.757
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	136.598	143.647	231.433
2.01.05.02.04	Outras Obrigações Estimadas	220	223	38
2.01.05.02.05	Outros Débitos	1.981	1.524	1.286
2.03	Patrimônio Líquido	3.330.144	3.553.628	3.465.817
2.03.01	Capital Social Realizado	2.225.822	2.225.822	2.225.819
2.03.02	Reservas de Capital	0	28.045	22.459
2.03.02.04	Opções Outorgadas	0	34.406	22.459
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	0	-6.361	0
2.03.04	Reservas de Lucros	610.220	921.880	823.631
2.03.04.01	Reserva Legal	162.756	133.999	103.757
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	37.669	499.188	451.669
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	409.795	288.693	268.205
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-140.880	-153.070
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	494.102	518.761	546.978

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008 à 31/12/2008
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	572.622	587.522	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.772	-56.701	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	579.394	644.223	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	572.622	587.522	0
3.06	Resultado Financeiro	2.528	1.282	0
3.06.01	Receitas Financeiras	2.593	1.598	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-65	-316	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	575.150	588.804	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	575.150	588.804	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	575.150	588.804	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,82	2,887	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	850.346	651.171	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-4.244	-3.746	0
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	575.150	588.804	0
6.01.01.04	Pagamentos com Base em ações	0	51.673	0
6.01.01.13	Resultado de equivalência patrimonial	-579.394	-644.223	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	854.590	654.917	0
6.01.02.03	Tributos e contribuições	-306	-490	0
6.01.02.05	Serviços prestados a receber	-146	0	0
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	16	-40	0
6.01.02.07	Depósitos vinculados a litígios	-42	0	0
6.01.02.08	Dividendos recebidos	864.490	669.368	0
6.01.02.09	Outros	-3.648	-20.045	0
6.01.02.10	Fornecedores	-6.068	6.065	0
6.01.02.11	Obrigações estimadas	-4	184	0
6.01.02.12	Tributos e Contribuições	-22	43	0
6.01.02.16	Outros passivos	320	-168	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-31.291	-82.475	0
6.02.01	Aquisição de ações	-45.352	-117.201	0
6.02.02	Recebimento referente a ações	61.625	71.114	0
6.02.10	Aplicações/Aquisições no Investimento	-47.564	-36.388	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-795.344	-594.368	0
6.03.01	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-795.344	-594.368	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	23.711	-25.672	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	14.584	40.256	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	38.295	14.584	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.225.822	28.045	1.440.641	-140.880	0	3.553.628
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.225.822	28.045	1.440.641	-140.880	0	3.553.628
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-28.045	-774.871	716.030	0	-86.886
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	-12.243	0	0	0	-12.243
5.04.08	Lucro Líquido do Período	0	0	0	575.150	0	575.150
5.04.09	Dividendos Pagos Reservas de Lucros	0	0	-363.002	0	0	-363.002
5.04.10	Pagamentos Pagos de Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-288.693	0	0	-288.693
5.04.11	Opções Outorgadas não Exercidas	0	-15.802	15.802	0	0	0
5.04.12	Realização Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	-24.659	24.659	0	0
5.04.13	Absorção de Prejuízos de Ajustes de 1º Adoção IFRS	0	0	-114.319	114.319	0	0
5.04.14	Ajustes Reflexos de Participação Societaria	0	0	0	1.902	0	1.902
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	438.552	-575.150	0	-136.598
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	28.757	-28.757	0	0
5.06.04	Dividendos Propostos Minimos Obrigatorios (25%)	0	0	0	-136.598	0	-136.598
5.06.05	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	214.381	-214.381	0	0
5.06.06	Constituição de Reserva de Retenção Lucro	0	0	195.414	-195.414	0	0
5.07	Saldos Finais	2.225.822	0	1.104.322	0	0	3.330.144

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	2.225.819	22.459	1.370.609	-153.070	0	3.465.817
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	2.225.819	22.459	1.370.609	-153.070	0	3.465.817
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3	5.586	-391.152	28.217	0	-357.346
5.04.01	Aumentos de Capital	3	0	0	0	0	3
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	51.673	0	0	0	51.673
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-6.361	0	0	0	-6.361
5.04.08	Opções Outorgadas exercicidas	0	-39.726	0	0	0	-39.726
5.04.09	Dividendos Pagos reserva de lucro	0	0	-94.730	0	0	-94.730
5.04.10	Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-268.205	0	0	-268.205
5.04.11	Realização Ajuste Avaliação Patrimonial	0	0	-28.217	28.217	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	461.184	-16.027	0	445.157
5.06.04	Lucro Líquido do Período	0	0	0	588.804	0	588.804
5.06.05	Constituição de Reserva Legal	0	0	30.242	-30.242	0	0
5.06.06	Dividendos Propostos Mínimos Obrigatórios (25%)	0	0	288.693	-288.693	0	0
5.06.07	Dividendos adicionais Propostos	0	0	0	-143.647	0	-143.647
5.06.08	Constituição da Reserva de Retenção de Lucros	0	0	142.249	-142.249	0	0
5.07	SalDOS Finais	2.225.822	28.045	1.440.641	-140.880	0	3.553.628

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 31/12/2008 à 31/12/2008**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	0	0	0	0	0	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008 à 31/12/2008
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.060	-2.010	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.060	-2.010	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-3.060	-2.010	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-3.060	-2.010	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	581.987	645.821	0
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	579.394	644.223	0
7.06.02	Receitas Financeiras	2.593	1.598	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	578.927	643.811	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	578.927	643.811	0
7.08.01	Pessoal	3.492	54.511	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.182	54.293	0
7.08.01.02	Benefícios	179	166	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	131	49	0
7.08.01.04	Outros	0	3	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	233	451	0
7.08.02.01	Federais	233	451	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	52	45	0
7.08.03.01	Juros	50	30	0
7.08.03.02	Aluguéis	2	15	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	575.150	588.804	0
7.08.04.02	Dividendos	350.979	432.340	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	224.171	156.464	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	9.594.924	9.850.647	9.981.381
1.01	Ativo Circulante	2.378.168	2.786.913	2.590.224
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	514.109	760.313	548.983
1.01.02	Aplicações Financeiras	11.122	68.059	41.143
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	11.122	68.059	41.143
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	11.122	68.059	41.143
1.01.03	Contas a Receber	1.338.704	1.355.854	1.282.855
1.01.03.01	Clientes	1.338.704	1.355.854	1.282.855
1.01.03.01.01	Clientes	1.338.704	1.355.854	1.282.855
1.01.04	Estoques	20.537	14.369	18.603
1.01.06	Tributos a Recuperar	278.885	442.668	566.011
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	278.885	442.668	566.011
1.01.06.01.01	Tributos e Contribuições	278.885	442.668	566.011
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.114	2.381	1.667
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	212.697	143.269	130.962
1.01.08.03	Outros	212.697	143.269	130.962
1.01.08.03.01	Serviços Prestados a Receber	59.724	46.015	17.622
1.01.08.03.02	Outros Créditos	152.973	97.250	106.669
1.01.08.03.03	Rendas a receber Swap	0	4	6.671
1.02	Ativo Não Circulante	7.216.756	7.063.734	7.391.157
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.956.505	2.019.798	2.520.131
1.02.01.03	Contas a Receber	296.261	297.798	292.594
1.02.01.03.01	Clientes	296.261	297.798	292.594
1.02.01.06	Tributos Diferidos	899.265	1.115.546	1.621.104
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	899.265	1.115.546	1.621.104
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	714	1.658	4.364
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	760.265	604.796	602.069
1.02.01.09.03	Ativo Indenizável da Concessão	469.030	354.784	304.229

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1.02.01.09.04	Tributos e Contribuições	57.908	40.767	72.807
1.02.01.09.05	Depósitos Judiciais	225.251	200.520	194.200
1.02.01.09.06	Rendas a Receber Swap	211	0	4.413
1.02.01.09.07	Outros Créditos	7.865	8.725	26.420
1.02.02	Investimentos	17.586	20.388	13.615
1.02.02.01	Participações Societárias	17.586	20.388	13.615
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	17.586	20.388	13.615
1.02.03	Imobilizado	1.628.893	1.600.568	1.589.779
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.327.936	1.407.267	1.488.194
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	300.957	193.301	101.585
1.02.04	Intangível	3.613.772	3.422.980	3.267.632
1.02.04.01	Intangíveis	3.613.772	3.422.980	3.267.632
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.466.439	3.157.199	3.003.865
1.02.04.01.02	Outros	147.333	265.781	263.767

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	9.594.924	9.850.647	9.981.381
2.01	Passivo Circulante	2.186.753	1.780.807	1.705.975
2.01.02	Fornecedores	658.421	564.181	486.204
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	658.421	564.181	486.204
2.01.03	Obrigações Fiscais	350.169	285.180	230.461
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	350.169	285.180	230.461
2.01.03.01.02	Tributos e Contribuições	350.169	285.180	230.461
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	547.210	293.562	178.322
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	165.878	197.150	116.799
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	148.576	177.423	86.864
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	17.302	19.727	29.935
2.01.04.02	Debêntures	381.332	96.412	61.523
2.01.05	Outras Obrigações	630.953	637.884	808.751
2.01.05.02	Outros	630.953	637.884	808.751
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	136.596	143.647	231.433
2.01.05.02.04	Outras Obrigações Estimadas	45.266	52.374	57.843
2.01.05.02.05	Outros Débitos	236.318	236.028	304.998
2.01.05.02.06	Benefícios Pós - Emprego	95.555	95.044	87.744
2.01.05.02.07	Taxas Regulamentares	117.218	110.791	126.733
2.01.06	Provisões	0	0	2.237
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	0	2.237
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	0	0	597
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	0	0	1.640
2.02	Passivo Não Circulante	4.078.027	4.516.212	4.809.589
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.925.391	2.171.963	1.992.099
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.197.500	1.006.204	1.046.550
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.135.020	918.660	906.063
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	62.480	87.544	140.487

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.02.01.02	Debêntures	727.891	1.165.759	945.549
2.02.02	Outras Obrigações	1.324.984	1.373.666	1.482.494
2.02.02.02	Outros	1.324.984	1.373.666	1.482.494
2.02.02.02.03	Tributos e Contribuições	177.699	303.585	324.743
2.02.02.02.04	Benefícios Pós - Emprego	920.630	861.386	944.417
2.02.02.02.05	Outros Débitos	226.655	208.695	213.334
2.02.03	Tributos Diferidos	275.755	301.230	341.113
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	275.755	301.230	341.113
2.02.04	Provisões	551.897	669.353	993.883
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	551.897	669.353	993.883
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	180.342	166.426	493.823
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	167.656	163.655	164.128
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	155.582	252.149	252.930
2.02.04.01.05	Outras Provisões	48.317	87.123	83.002
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	3.330.144	3.553.628	3.465.817
2.03.01	Capital Social Realizado	2.225.822	2.225.822	2.225.819
2.03.02	Reservas de Capital	0	28.045	22.459
2.03.02.04	Opções Outorgadas	0	34.406	22.459
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	0	-6.361	0
2.03.04	Reservas de Lucros	610.220	921.880	823.631
2.03.04.01	Reserva Legal	162.756	133.999	103.757
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	233.083	499.188	451.669
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	214.381	288.693	268.205
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-140.880	-153.070
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	494.102	518.761	546.978

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008 à 31/12/2008
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.508.584	6.206.897	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.633.841	-4.419.050	0
3.03	Resultado Bruto	1.874.743	1.787.847	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-632.730	-742.006	0
3.04.01	Despesas com Vendas	-357.492	-427.904	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-285.066	-322.389	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	9.828	8.287	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.242.013	1.045.841	0
3.06	Resultado Financeiro	-319.394	-84.929	0
3.06.01	Receitas Financeiras	173.223	186.745	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-492.617	-271.674	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	922.619	960.912	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-347.469	-372.108	0
3.08.01	Corrente	-103.482	-168.994	0
3.08.02	Diferido	-243.987	-203.114	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	575.150	588.804	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	575.150	588.804	0
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	575.150	588.804	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.232.520	1.054.549	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.950.031	1.968.701	0
6.01.01.01	Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	922.619	960.912	0
6.01.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	254.785	246.311	0
6.01.01.03	Depreciação e amortização	80.714	83.912	0
6.01.01.04	Amortização de intangível	272.157	258.700	0
6.01.01.05	Pagamentos com Base em ações	0	51.673	0
6.01.01.06	Perda (ganho) na venda de intangível / Valor residual do ativo imobilizado baixado	-3.983	-11.807	0
6.01.01.07	Perdas (ganhos) cambiais de atividades financeiras	-8.024	-55.551	0
6.01.01.08	Atualização de contingencias	44.498	45.035	0
6.01.01.09	Ajuste a valor presente de recebíveis	0	-11.831	0
6.01.01.10	Despesa de juros sobre empréstimos	259.764	260.666	0
6.01.01.11	Encargos e variação monetária de obrigações pós-emprego	158.886	18.188	0
6.01.01.12	Provisões/(Reversões) no exigível - contingências	-42.039	109.142	0
6.01.01.14	Outras	10.654	13.351	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-717.511	-914.152	0
6.01.02.01	Titulos e valores mobiliarios	56.937	-26.916	0
6.01.02.02	Consumidores, concessionárias e permissionárias	-236.098	-312.683	0
6.01.02.03	Tributos e contribuições	-37.865	31.971	0
6.01.02.04	Estoques	-6.168	4.234	0
6.01.02.05	Serviços prestados a receber	-13.709	-28.393	0
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	1.211	1.992	0
6.01.02.07	Depósitos vinculados a litígios	-24.731	-6.320	0
6.01.02.09	Outros Créditos	-55.070	38.194	0
6.01.02.10	Fornecedores	94.240	30.402	0
6.01.02.11	Obrigações estimadas	-7.108	-5.469	0
6.01.02.12	Tributos e Contribuições	64.989	54.719	0
6.01.02.13	Encargos regulatórios - Contribuições do Consumidor	-4.227	-29.293	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008 à 31/12/2008
6.01.02.14	Contingências	-119.915	-76.320	0
6.01.02.15	Benefícios pós-emprego	-99.131	-93.919	0
6.01.02.16	Outros passivos	20.156	-73.609	0
6.01.02.17	Juros pagos	-252.980	-261.514	0
6.01.02.18	Imposto de renda e contribuição social pagos	-98.042	-161.228	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-691.686	-600.354	0
6.02.01	Aquisição de ações	-45.352	-117.201	0
6.02.02	Recebimento referente a ações	61.625	71.114	0
6.02.03	Recebimento pela venda de ativo imobilizado	15.595	32.408	0
6.02.04	Recebimento pela venda de ativo Financeiro / Investimento	2.802	0	0
6.02.05	Aumento de capital - Incorporações	0	3	0
6.02.06	Aquisições de bens do ativo imobilizado	-141.317	-100.790	0
6.02.07	Aquisições de bens do ativo intangível	-491.021	-456.057	0
6.02.08	Contribuições do consumidor	24.604	31.649	0
6.02.09	Aquisições de ativo financeiro (concessão)	-114.646	-54.707	0
6.02.10	Aplicações/Aquisições no Investimento	-3.976	-6.773	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-787.038	-242.865	0
6.03.01	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-795.344	-594.368	0
6.03.02	Captação de empréstimos e financiamentos	1.094.845	579.440	0
6.03.03	Amortização de empréstimos e financiamentos	-1.086.539	-227.937	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-246.204	211.330	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	760.313	548.983	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	514.109	760.313	0

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldo Iniciais	2.225.822	28.045	1.440.641	-140.880	0	3.553.628	0	3.553.628
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	2.225.822	28.045	1.440.641	-140.880	0	3.553.628	0	3.553.628
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-28.045	-774.871	716.030	0	-86.886	0	-86.886
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	-12.243	0	0	0	-12.243	0	-12.243
5.04.08	Lucro Líquido do período	0	0	0	575.150	0	575.150	0	575.150
5.04.09	Dividendos pagos - Reserva de lucros	0	0	-363.002	0	0	-363.002	0	-363.002
5.04.10	Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-288.693	0	0	-288.693	0	-288.693
5.04.12	Opções Outorgadas não exercidas	0	-15.802	15.802	0	0	0	0	0
5.04.13	Realização ajuste Avaliação Patrimonial	0	0	-24.659	24.659	0	0	0	0
5.04.14	Absorção de prejuízos ajustes de 1º adoção IFRS	0	0	-114.319	114.319	0	0	0	0
5.04.15	Ajuste reflexos de participação societaria	0	0	0	1.902	0	1.902	0	1.902
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	438.552	-575.150	0	-136.598	0	-136.598
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	28.757	-28.757	0	0	0	0
5.06.06	Dividendos propostos mínimos obrigatórios (25%)	0	0	0	-136.598	0	-136.598	0	-136.598
5.06.07	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	214.381	-214.381	0	0	0	0
5.06.08	Constituição de Reserva de Retenção de Lucros	0	0	195.414	-195.414	0	0	0	0
5.07	Saldo Finais	2.225.822	0	1.104.322	0	0	3.330.144	0	3.330.144

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.225.819	22.459	1.370.609	-153.070	0	3.465.817	0	3.465.817
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.225.819	22.459	1.370.609	-153.070	0	3.465.817	0	3.465.817
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3	5.586	-391.152	28.217	0	-357.346	0	-357.346
5.04.01	Aumentos de Capital	3	0	0	0	0	3	0	3
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	51.673	0	0	0	51.673	0	51.673
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-6.361	0	0	0	-6.361	0	-6.361
5.04.08	Opções Outorgadas exercicidas	0	-39.726	0	0	0	-39.726	0	-39.726
5.04.09	Dividendos pagos - Reserva de lucros	0	0	-94.730	0	0	-94.730	0	-94.730
5.04.10	Pagamento de Dividendos Adcionais Propostos	0	0	-268.205	0	0	-268.205	0	-268.205
5.04.11	Realização ajuste Avaliação Patrimonial	0	0	-28.217	28.217	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	461.184	-16.027	0	445.157	0	445.157
5.06.04	Lucro Líquido do Período	0	0	0	588.804	0	588.804	0	588.804
5.06.05	Constituição de Reserva Legal	0	0	30.242	-30.242	0	0	0	0
5.06.06	Dividendos propostos minimos obrigatorios (25%)	0	0	288.693	-288.693	0	0	0	0
5.06.07	Dividendos Adcionais Propostos	0	0	0	-143.647	0	-143.647	0	-143.647
5.06.08	Constituição de Reserva de Retenção de Lucros	0	0	142.249	-142.249	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.225.822	28.045	1.440.641	-140.880	0	3.553.628	0	3.553.628

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 31/12/2008 à 31/12/2008

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	0	0	0	0	0	0	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	9.582.206	9.008.554	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	9.836.991	9.254.630	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-254.785	-246.076	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.318.036	-4.277.406	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.392.464	-3.322.637	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-925.572	-954.769	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.264.170	4.731.148	0
7.04	Retenções	-352.462	-307.957	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-352.462	-307.957	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.911.708	4.423.191	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	173.223	186.745	0
7.06.02	Receitas Financeiras	173.223	186.745	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.084.931	4.609.936	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.084.931	4.609.936	0
7.08.01	Pessoal	231.752	236.764	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	156.253	175.273	0
7.08.01.02	Benefícios	31.257	35.364	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	15.393	20.588	0
7.08.01.04	Outros	28.849	5.539	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.746.405	3.480.428	0
7.08.02.01	Federais	1.517.026	1.392.026	0
7.08.02.02	Estaduais	2.220.013	2.081.205	0
7.08.02.03	Municipais	9.366	7.197	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	531.624	303.940	0
7.08.03.01	Juros	475.835	265.265	0
7.08.03.02	Aluguéis	34.630	22.960	0
7.08.03.03	Outras	21.159	15.715	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	575.150	588.804	0

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008 à 31/12/2008
7.08.04.02	Dividendos	350.979	432.340	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	224.171	156.464	0



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem do Diretor Presidente

O ano de 2010 representou para a Light um período de superação de grandes desafios. As alterações ocorridas na composição do controle acionário da Companhia, ao final de dezembro de 2009, resultaram na alteração da composição da Diretoria Executiva. A nova equipe assumiu em 02 de março de 2010, em meio a diversas falhas de fornecimento, principalmente nas Zonas Sul e Central da cidade do Rio de Janeiro. A necessidade de dar uma pronta resposta, aliada ao fato que a diretoria iniciou atividades compartilhando o mesmo ambiente, fez com que a nova equipe passasse a funcionar, desde o primeiro momento, de forma integrada. Não apenas entre si, mas também com as lideranças da Companhia.

Nesse contexto, logo se traçou um plano emergencial para reduzir o nível de insatisfação dos consumidores afetados com falhas de fornecimento e as consequentes e danosas repercussões na imprensa, de forma a abrir espaço à elaboração de um projeto de mais longo prazo. O assunto foi tratado com transparência, o que resultou na inexistência de registros na imprensa do tipo “a Light não foi localizada ou não respondeu”. Evitou-se assim a divulgação de muitas matérias negativas, que não chegaram a ser elaboradas, e a minimização daquelas que atingiram a Companhia.

As primeiras medidas variaram de providências bastante simples, como a troca do material que compunha as boias das câmaras subterrâneas, sistematicamente furtadas para venda do cobre antes nelas utilizado, até mudanças de cunho estratégico, como a primarização de parte dos serviços de operação e manutenção da rede subterrânea. Essa primarização não derivou de uma posição ideológica e sim da constatação que poderíamos fazer mais, melhor e mais barato se esse serviço específico fosse realizado por equipes próprias. O que foi comprovado pela recuperação da qualidade dos serviços prestados.

Para os fornecedores responsáveis, com condições de prover boa qualidade de serviços, foram instituídas novas exigências, em termos de qualificação e condições de trabalho das correspondentes forças de trabalho. Em contrapartida, a Light firmou novos contratos, de longo prazo, com aumento real dos preços unitários dos serviços. Adotou-se o slogan “Nossa Gente é Toda Gente”, como forma de sinalizar que a Light respeita as equipes terceirizadas e espera delas o mesmo compromisso com a qualidade do serviço que exige de seus funcionários. Essa aposta no sucesso de uma parceria de longo prazo com empresas prestadoras de serviço será continuamente monitorada para que se comprove, na prática, o esperado aumento da confiabilidade e produtividade.

Com o passar dos meses, elaborou-se um plano de recuperação das instalações, focado primeiramente na recuperação da rede subterrânea, que então apresentava maiores problemas, cuja dimensão foi dramaticamente percebida pela população quando ocorreu a explosão de uma câmara subterrânea que causou sérias queimaduras num casal de turistas.

Realizou-se cuidadoso trabalho técnico, incluindo a substituição de equipamentos antigos ou defeituosos, a repartição da rede em seções menores, o monitoramento das câmaras e diversas ações preventivas para antecipação de falhas. Em paralelo, realizou-se uma campanha de comunicação para explicar com clareza que a Light reconhecia a necessidade de melhorar a



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

prestação dos serviços, calcada no entendimento que os consumidores tendem a tolerar falhas de concessionárias de serviços públicos quando percebem um genuíno esforço de aprimoramento. Mas se exasperam quando acham que a concessionária é avessa à crítica e incapaz de realizar autocrítica.

Tendo em vista que o sistema subterrâneo da Light é o maior da América Latina, nem tudo que precisava ser feito pôde ser finalizado em 2010. Ou seja, o trabalho de recuperação tem que prosseguir ao longo de 2011. A rede aérea também foi objeto de atenção. Substituiu-se aproximadamente 530 km da rede mais sujeita a acidentes provocados por galhos de árvores, durante as tempestades ou ventanias, por rede moderna, segura e compacta (*spacer cable*).

Para assegurar o desenvolvimento das regiões onde atua, em termos de confiabilidade, a Light investiu em construção, ampliação e modernização de subestações e linhas de transmissão. Estão sendo construídas seis subestações (três na Baixada Fluminense, duas na Zona Sul da capital e uma em Itaguaí). Além disso, estão sendo ampliadas as operações de seis subestações. A Companhia, dentro do quadro de investimentos, está implantando e modernizando três linhas de transmissão que, somadas, chegam a 21 km de rede elétrica. Estes investimentos fazem parte dos preparativos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e as Olimpíadas de 2016, eventos de repercussão global e que colocarão a área de concessão da Light visível para bilhões de espectadores em todo o planeta.

Ao contrário do que se observava no passado recente, o comportamento do mercado consumidor na área de concessão da Light esteve alinhado com o crescimento da economia do país. A taxa média de crescimento do mercado chegou a 4,2%, com relação ao ano anterior, com evolução positiva em todos os segmentos. Além do aumento do poder aquisitivo das classes de renda mais baixas, assiste-se, pela primeira vez em várias décadas, a uma ação positiva e coordenada de busca de formalização de atividades econômicas até então marginalizadas. É o resultado do restabelecimento de políticas públicas para assegurar o convívio social e a utilização de equipamentos urbanos.

Parte significativa desse sucesso decorre da recuperação do controle do Governo Estadual sobre as “áreas de risco”, outrora dominadas territorialmente por criminosos. Trata-se de retomada do processo civilizatório de fundamental importância para a Light. Isso porque a fraude e o furto de energia diminuem a qualidade do fornecimento e aumentam os acidentes. Além disso, causam prejuízos aos consumidores, que poderiam ter uma tarifa menor se todos pagassem, ao Estado, que deixa de recolher impostos, e à Light. Porém, a pior consequência dessas práticas nefastas é o incentivo ao desperdício. Quem furta, em geral tem consumo perdulário.

A energia furtada na área de concessão da Light soma mais de 5 mil GWh por ano, o que seria suficiente para suprir o estado do Espírito Santo. Apenas 40% da energia furtada desaparecem nas áreas de risco. Os demais 60% somem de forma dispersa em toda a área de concessão. Porém, são as áreas de risco que tendem a oferecer as melhores oportunidades, em termos de relação benefício custo, quando se adotam procedimentos de normalização de natureza coletiva. Trata-se de uma excelente oportunidade de a um só tempo adicionar valor à Companhia e contribuir para a universalização da cidadania. Naturalmente, desde que sejam dadas as necessárias condições de segurança.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Assim, o estabelecimento bem sucedido das Unidades de Polícia Pacificadora – UPPs abre uma fronteira, antes inviável, de expansão do mercado regular de consumo de energia elétrica. Na esteira das forças do Estado, a Light tem entrado nas comunidades pacificadas com o triplo objetivo de auxiliar a autoridade governamental, por meio de novos investimentos, de propiciar uma melhor qualidade no fornecimento de energia elétrica e de combater as fraudes.

Os investimentos nas UPPs ocorrem na forma de reconstrução da rede elétrica (troca de postes, cabos e transformadores, e colocação de medidores eletrônicos), reforma das instalações internas dos imóveis, troca de lâmpadas e de geladeiras. Tudo para fazer com que a conta caiba no bolso do consumidor. Ao longo de 2010 foram beneficiados os moradores de sete comunidades, inclusive Chapéu Mangueira, Cidade de Deus e Cantagalo.

A Light continuou a implantação de redes tecnologicamente avançadas, repetindo a prática dos anos recentes. Os medidores eletrônicos, instalados no alto dos postes, admitem a telemedição e o telecomando, o que permite que se realizem medições, cortes e a religações à distância, sem risco para a Gente da Light. Essa solução, que não é aplicada apenas nas UPPs, só não caminha em ritmo mais acelerado devido ao reduzido número de fornecedores de medidores eletrônicos devidamente homologados. E, devido também às limitações dos poucos fabricantes de medidores homologados para entregar e instalar a quantidade de equipamentos que a Light necessitaria. Apesar do ritmo aquém do desejável, o reflexo dos investimentos em tecnologia já se faz sentir nos indicadores de perdas que apresentam queda pelo terceiro trimestre consecutivo.

Para tornar a medição eletrônica mais disponível, a Light canalizou substantivos recursos de P&D para o desenvolvimento de um sistema de medição inteligente, com real possibilidade de homologação pelo Inmetro. Foram depositados no Inpi seis pedidos de patente decorrentes desse projeto. E três empresas iniciaram a fabricação de protótipos, para testes. Porém, o avanço tecnológico na medição eletrônica é apenas a ponta do iceberg. O resto consiste na colaboração entre a Light e a Cemig para desenvolvimento das chamadas redes inteligentes (*smart grids*), que permitirão, entre outras vantagens, que os clientes recebam informação em tempo real sobre o gasto com energia elétrica, que resultarão em previsíveis modificações de consumo. Trata-se de um projeto de P&D no valor de R\$ 65 milhões, cujo escopo tem sinergia com os estudos coordenados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Ministério das Minas e Energia (MME) e Governo dos Estados Unidos, por meio da U.S. Trade and Development Agency (Agência Norte Americana para o Comércio e Desenvolvimento).

Ao longo de 2010, a Light aperfeiçoou a maneira de se relacionar com os clientes. A Companhia passou a agir de forma proativa, com atendimento especial em caso de interrupções prolongadas em áreas com maior potencial de população impactada (por exemplo, o centro da cidade do Rio e os *shoppings*). Nesses casos, os atendentes da Light passaram a ir até os consumidores, porta a porta, para tirar dúvidas e encaminhar eventuais pedidos de ressarcimento por perdas e por danos elétricos. Agindo assim, evitou-se que os consumidores, prejudicados pela interrupção do fornecimento, procurassem a via judicial.

Além disso, a Light criou um novo canal de atendimento de emergência, o “Light Já”, que permite que o consumidor avise via SMS sobre interrupções de fornecimento de energia. O *Call Center* foi modernizado e tem superado os níveis exigidos pela ANEEL, em termos de facilidade de acesso.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Essas melhorias foram captadas pela pesquisa da revista Exame que concedeu à Light o primeiro lugar no quesito “qualidade de atendimento”, referente ao serviço de energia.

A Light continuou aproveitando, em 2010, a capacidade de seu parque instalado de usinas hidrelétricas, de 855 MW, cujas máquinas bem mantidas e operadas, apresentaram bom índice de disponibilidade. O processo de expansão da atividade de geração ganhou novo ritmo com o alcance do ritmo pleno de construção da Usina Hidrelétrica de Paracambi, de 25 MW, prevista para entrar em operação até o final de 2011. Também segue no cronograma a construção da PCH de Lajes, a partir da instalação de uma máquina em edificação pertencente ao Complexo de Lajes, onde se encontram as maiores usinas em funcionamento da Companhia. Para a construção de uma nova adutora no Complexo, foi concebido complexo arranjo de engenharia ambiental, para evitar o desmatamento. Construiu-se uma grua para movimentar canos e foi feita a inversão dos encaixes, para que a solda pudesse ser feita por dentro, de forma a evitar descarga de resíduos na mata. O projeto da Usina de Itaocara avançou e aguardam-se as últimas autorizações ambientais para iniciar as obras.

O volume comercializado de energia em 2010 (120 MWmed de energia convencional e 19 MWmed de energia incentivada) foi 86% superior ao de 2009. Ao final de 2010 a Light tinha 107 consumidores livres em sua carteira de clientes, entre grandes indústrias, *shoppings*, hotéis e estabelecimentos comerciais em geral, localizados em vários pontos do território nacional, com maior concentração em São Paulo e no Rio de Janeiro. Para melhor atuar no mercado paulista, a Light criou uma subsidiária de comercialização de energia e serviços em São Paulo (LightCom). A Companhia também atuou em projetos de eficiência energética para a Petrobrás (novo Cenpes), Fundação Oswaldo Cruz, Rede Globo (Projac), e outros.

A Light contribuiu ativamente para o aprimoramento do marco regulatório de setor elétrico. Como resultado de uma interação tecnicamente qualificada, foi possível reverter algumas multas que haviam penalizado a Companhia. Tanto as multas imerecidas, quanto as exageradas. Ademais, a Light deu significativas contribuições técnicas no âmbito da Audiência Pública nº 040, da ANEEL, que visa definir as premissas para o 3º ciclo de revisão tarifária, o qual, no caso da Light, se inicia em novembro de 2013, e que foi objeto de grande polêmica no setor elétrico.

Atualmente, a Light tem em carteira dois parques eólicos no Ceará, perfazendo o total de 30 MW, os quais se encontram em fase de Licenciamento Ambiental, devendo ser implementados assim que se viabilize a venda da energia no mercado, por meio de leilões ou de contratos no mercado livre. Além destes parques, a Light analisa constantemente outras oportunidades de investimento em geração hidráulica, eólica, gás natural, resíduos sólidos e solar.

Criou-se uma força tarefa para agir prontamente em casos de acidentes envolvendo técnicos ou público em geral. O resultado já observado foi a minimização do sofrimento dos atingidos e uma melhor imagem da Companhia. Mas nem tudo foram flores. Lamentavelmente ocorreram 4 acidentes fatais (3 empregados de empresas parceiras e 1 com uma senhora que tocou em fio partido). O desenvolvimento de pessoal, além da continuidade dos programas de liderança e cursos técnicos, dentro das escolas da Academia Light, enfrentou este ano o desafio adicional de treinar as novas equipes contratadas dentro do processo de primarização de parte dos serviços de rede. Todos os gestores da empresa foram novamente avaliados por competências, o que



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

alimentou o programa de mapeamento de sucessores. A avaliação por competências foi estendida pela primeira vez a todos os empregados da Companhia.

A política de remuneração variável cumpriu mais uma vez seu objetivo de alinhar os esforços individuais ao atingimento das metas corporativas, prática totalmente incorporada na vida da Companhia.

Nas relações com o mercado investidor, representado ao final do ano por 32,85% das ações da companhia em poder de acionistas minoritários (além do BNDESPar, com 15,02% das ações), a Light organizou ou participou de várias conferências e *road shows*, no país e no exterior. Por conta dessa atuação e, obviamente, da expectativa futura quanto aos resultados operacionais e financeiros da Companhia, observou-se em 2010 uma valorização de 15% no valor das ações. Percentual bem superior à variação do índice Ibovespa (1%) e do índice das empresas de energia elétrica, IEE (12%).

Os investimentos nas atividades de geração, distribuição e corporativas foram de R\$ 700,6 milhões. Trata-se de um recorde histórico. Os dividendos pagos ao longo do ano foram também um recorde na história recente da Companhia, com a distribuição de um total de R\$ 795 milhões.

Na área contábil o desafio foi a conversão das demonstrações financeiras da Companhia aos padrões de contabilidade internacionais, com base em regras complexas e, muitas vezes, de difícil interpretação à luz da realidade do País e do nosso Setor Elétrico. Já com a adoção dos referidos padrões, chegou-se a um fluxo de caixa, medido pelo EBITDA, de R\$ 1.585 milhões, e a um Lucro Líquido de R\$ 575 milhões. São patamares confortáveis, que permitirão à Light continuar honrando os compromissos com os consumidores, fornecedores, credores, governos, empregados e acionistas.

Os bons resultados da Companhia não seriam possíveis sem o ambiente harmônico e favorável à atividade econômica propiciado pelas autoridades federais, estaduais e municipais, cujo esforço conjunto tem resultado em notável progresso ao Rio de Janeiro.

Gerir uma concessionária privada no Brasil, onde ainda remanesce o preconceito contra o lucro associado à prestação de serviço público, não é tarefa fácil. Mas o sucesso é certamente alcançável porque a Light reúne as condições necessárias e suficientes para atingir o tríplice objetivo de: (a) prover um serviço de qualidade a custo razoável para os consumidores; (b); dar lucro aos acionistas e (c) propiciar a nossos colaboradores um bom ambiente de trabalho no exercício de suas competências funcionais.

Vencemos os obstáculos mais imediatos. Porém, muito ainda há por fazer, particularmente no aumento da produtividade. Para isso contamos com a elevada competência, dedicação e empenho de mais de 11.000 profissionais que fazem parte da Gente da Light (3.800 empregados próprios e 7.300 funcionários de empresas prestadoras de serviço).

Jerson Kelman
Diretor Presidente

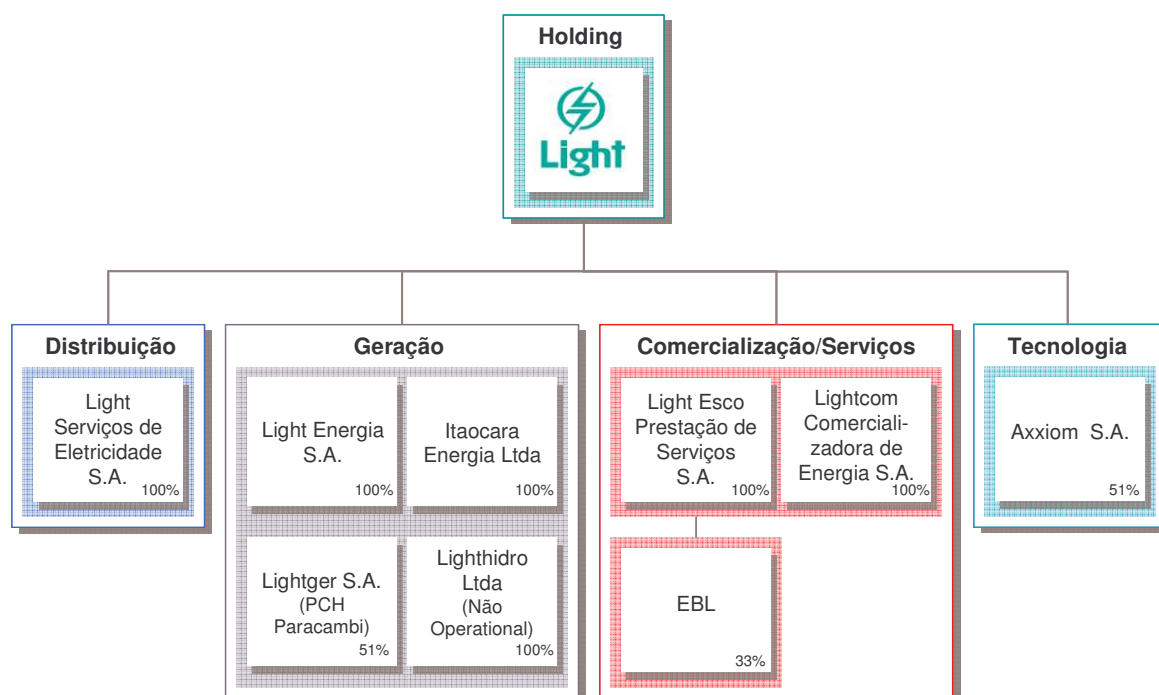
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Perfil Corporativo

A Light está presente em 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, abrangendo uma região com mais de 10 milhões de pessoas e encerrou 2010 com 4.070.263 clientes. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, o Grupo Light é constituído pelas empresas **Light S.A.** (holding); Light Serviços de Eletricidade S.A. (**Light SESA**), de distribuição; Light Energia S.A. (**Light Energia**), de geração e transmissão, e a Light Esco Ltda (**Light Esco**) e a **Lightcom**, ambas em comercialização e serviços.





Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Contexto Operacional**Ambiente de Negócios**

A retomada de direitos pelo Estado nas comunidades do Rio de Janeiro, com as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), associada ao ciclo de crescimento econômico do Brasil e o processo de reurbanização da cidade, especialmente frente aos grandes eventos esportivos que irá sediar – a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e os Jogos Olímpicos, em 2016, se configuram em um cenário de oportunidades para a Light.

A região da área de concessão também deverá receber investimentos volumosos em infraestrutura e registrar um crescimento expressivo em setores como petróleo, turismo, siderurgia e logística, que se refletirão também em ampliação do mercado de trabalho e no surgimento de novos pólos de consumo. E a ampliação do poder aquisitivo impacta diretamente no aumento do consumo de energia elétrica, especialmente com um volume maior de produtos eletrodomésticos adquiridos pela massa de pessoas que passam a fazer parte da classe média.

Para atender a demanda crescente estamos focando nossos investimentos em frentes estratégicas, entre elas, o fortalecimento e melhorias na rede de distribuição, com destaque para o trabalho realizado em 2010 com as câmaras subterrâneas, que incluiu a contratação direta da mão de obra (primarização) e forte capacitação das equipes. Os investimentos visam garantir a qualidade do serviço e focam na execução de ações preventivas para minimizar a necessidade de ações corretivas.

Na geração, vamos ampliar em 117 MW a nossa capacidade instalada atual, que é de 855 MW, com a entrada em funcionamento de três novas usinas nos próximos anos: PCH Lajes, UHE Itaocara e PCH Paracambi, esta com início de suas atividades previsto para o final de 2011. Dessa forma, estamos trabalhando para garantir que o estado do Rio de Janeiro tenha a capacidade de geração necessária para atender a demanda local.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Desempenho Operacional**Distribuição de Energia**

A Light SESA é a quarta maior distribuidora brasileira em número de clientes e a quinta maior em quantidade de energia distribuída, de acordo com o levantamento dos dados de 2009, da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), vinculada ao Ministério das Minas e Energia.

Reajuste Tarifário

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou em novembro o reajuste tarifário anual da Light. O reajuste médio ficou em 6,99% para o período de 12 meses, a partir de 7 de novembro de 2010. A composição do reajuste ficou em 8,31% para o componente estrutural, que passou a integrar a tarifa, enquanto o componente financeiro teve um ajuste negativo de 1,33%.

O efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de 2,17%. Para classe de consumo de baixa tensão (abaixo de 2,3 kV), como residências, o reajuste médio será de 1,93%. Já para a classe de consumo de alta tensão (de 2,3 a 230 kV), como indústria, o aumento será de 2,68%, em média.

Reajuste Tarifário Light 2009	
IRT Estrutural	8,31%
Adicionais Financeiros	- 1,33%
Total	6,99%

O reajuste tarifário acontece anualmente e tem por objetivo repassar os custos não gerenciáveis da concessão (energia comprada para o fornecimento, encargos setoriais e encargos de transmissão) e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis. Os custos gerenciáveis, por sua vez, são calculados em função da variação do IGMP subtraindo-se o valor do Fator X, o qual tem por função repassar ao consumidor os ganhos de produtividade da concessionária decorrentes do crescimento do mercado e do aumento do consumo dos clientes existentes, em um mecanismo que contribui para a modicidade tarifária.

Já a revisão tarifária periódica ocorre em um período médio de quatro anos (de acordo com o contrato de concessão estabelecido pela Aneel) e tem como objetivo preservar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. No caso da Light, o 2º ciclo de Revisão Tarifária Periódica foi homologado em outubro de 2009. A revisão do 3º ciclo da Light está prevista para ocorrer em novembro de 2013.

A variação verificada nos custos não gerenciáveis (Parcela A), de 8,34%, deve-se principalmente ao aumento dos Encargos Setoriais, decorrente tanto da recém aprovada Lei nº 12.111, que aumentou os custos da Conta de Consumo de Combustíveis e da conta de Pesquisa & Desenvolvimento; quanto do aumento dos Encargos de Serviços do Sistema. A Parcela B,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

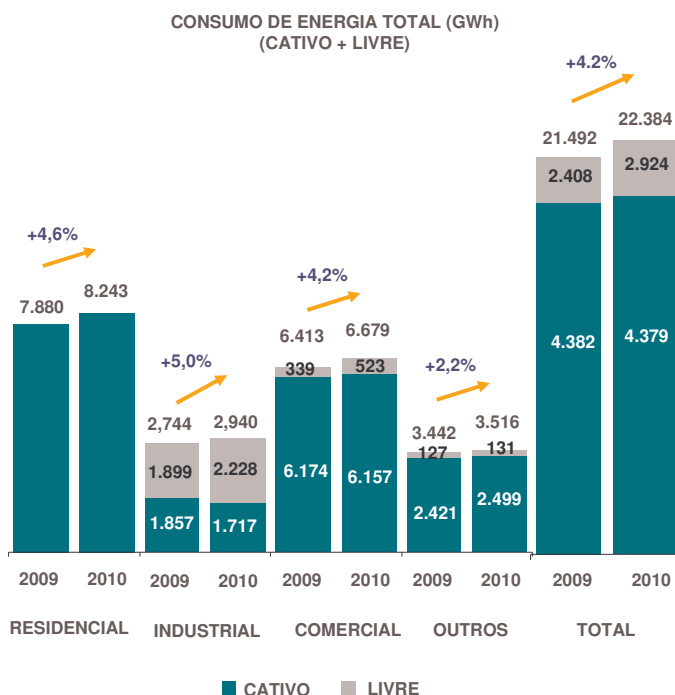
correspondente aos custos gerenciáveis, sofreu um aumento de 7,95%, devido, principalmente, ao aumento do IGPM, de 8,81% no período.

Evolução do Mercado

Os clientes (cativos e livres) faturados na área de concessão consumiram um total de 22.384 GWh em 2010. Com 4.070.591 clientes cativos (inclui consumo próprio) e 45 clientes livres, não foram considerados na consolidação a energia dos seguintes clientes industriais livres: CSN, CSA e Vale. Se considerados esses clientes, a energia vendida total se eleva para 24.588 GWh, a energia vendida total da classe industrial passa a 6.150 GWh e a energia vendida livre na classe industrial se altera para 4.432 GWh. Além dos clientes livres, há nove geradores conectados à rede de distribuição da Companhia que também pagam pela utilização do nosso sistema.

O consumo total de energia na área de concessão da Light SESA (clientes cativos + transporte de clientes livres), apresentou crescimento de 4,2% em 2010 com relação ao ano anterior, influenciado principalmente pelo bom desempenho do mercado livre e pelo acréscimo no consumo dos clientes residenciais.

O verão de 2010, marcado por recordes de temperatura no Rio de Janeiro, associado à ampliação do poder aquisitivo da população, que passou a consumir mais eletrodomésticos, foram os principais fatores que impulsionaram o consumo de energia elétrica no ano, sobretudo no segmento residencial, o de maior representatividade de consumo, com participação de 36,8% do mercado total no ano. O número de clientes residenciais cresceu 1,9%, totalizando 3,76 milhões de clientes faturados em dezembro de 2010, com consumo médio mensal de 184,4 kWh/mês em 2010, em comparação a 179,5 kWh/mês no ano de 2009.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Panorama de Consumo

	Residencial	Comercial	Industrial	Demais classes
Participação no mercado total da Companhia (%)	36,8	29,8	17,6	15,7
Número de clientes faturados (mercado cativo)	3.759.911	275.268	11.403	23.681
Número de clientes faturados (mercado livre)	-	22	22	1

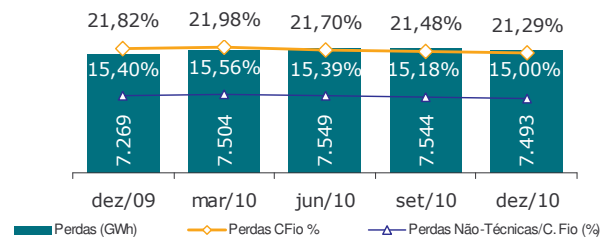
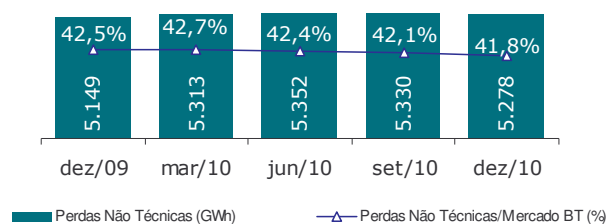
Perdas de Energia Elétrica

As perdas totais da Light SESA somaram 7.493 GWh, ou 21,29% sobre a carga fio, nos 12 meses encerrados em dezembro de 2010, representando uma redução de 0,53 p.p. em relação ao índice de 2009.

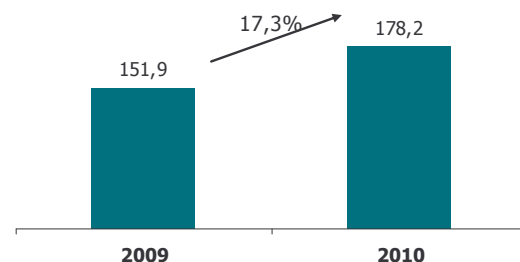
As perdas não técnicas, totalizaram 5.278 GWh no ano de 2010, representando 41,8% em relação à energia faturada no segmento de baixa tensão, ou 15,00% sobre a carga fio, apresentando uma redução de 0,7 p.p. com relação às perdas de 2009.

Os processos convencionais de recuperação de energia, como o de negociação dos débitos de clientes com fraude constatada, proporcionaram no acumulado do ano, um montante de 178,2 GWh de energia recuperada, 17,3% acima do montante recuperado no mesmo período do ano anterior. As regularizações de fraude totalizaram 89.366 clientes neste período, quantidade 0,5% acima do ano de 2009.

Apesar de o início do ano ter sido prejudicado pelos problemas de desligamentos ocorridos na rede de distribuição, causando a redução nas ações de combate às perdas, a recuperação ao longo do ano permitiu o alcance de três trimestres consecutivos de queda. Tal resultado foi possível através da intensificação das ações convencionais de

Evolução das Perdas Totais
12 mesesPerdas Não Técnicas/Mercado BT
12 meses

Recuperação de Energia GWh



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



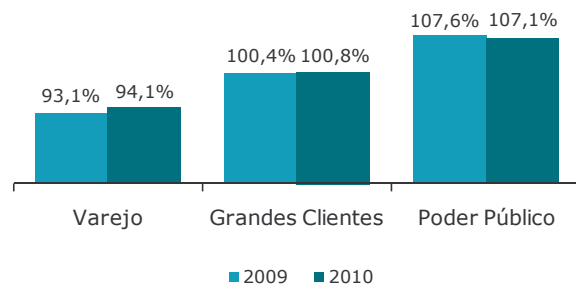
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

recuperação de energia e sobretudo pela aceleração do programa de novas tecnologias, cuja blindagem de rede alcançou um número superior a 150 mil clientes. Aproximadamente 110 mil medidores eletrônicos certificados pelo Inmetro estão instalados, com faturamento através da medição eletrônica remota. Estes medidores são fabricados pela empresa suíça Landis+Gyr e pela empresa americana Itron. Ao final de 2010, o Inmetro homologou o sistema de telemedição centralizada da empresa alemã Elster –, com isso a Light passa a contar com mais um fornecedor.

Inadimplência

A taxa de arrecadação no ano de 2010, ficou em 97,9% do total faturado, 0,6 p.p. acima do índice registrado em 2009. Vale destacar o crescimento da arrecadação no segmento do varejo de 93,1% no ano de 2009, para 94,1% em 2010. Os segmentos de grandes clientes e de poder público continuam apresentando taxas de arrecadação acima do nível de 100%, em função da arrecadação do consumo corrente acrescido dos débitos passados.

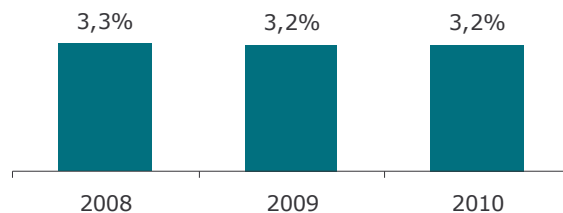
Taxa de arrecadação por segmento
Ano



A constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa em 2010 representou 3,2% da receita bruta de faturamento de energia, totalizando R\$ 254,8 milhões. No final de 2010, foi implementado um plano denominado “Guerra à PCLD”. Este programa especial consiste em ações de cobrança segmentadas, e visa à reversão de PCLD e à retomada do fluxo mensal das contas de energia elétrica através de condições mais flexíveis aos clientes inadimplentes para a quitação de seus débitos.

Este programa permitiu que apesar das dificuldades do início do ano, se mantivesse o mesmo índice alcançado no ano anterior.

PDD/ROB (Fornecimento Faturado)



Qualidade dos Serviços

Regulamentos pela ANEEL, dois indicadores específicos, o DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) avaliam o desempenho das concessionárias quanto à continuidade do serviço prestado de energia elétrica por unidade consumidora.

A Light, em 2010, esteve dividida em 67 conjuntos delimitados geograficamente e as metas globais estabelecidas pela ANEEL para o período foram de 9,95 para DEC e 8,77 para FEC. No



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ano, o resultado da Empresa foi de 5,76 no FEC, abaixo da meta estabelecida pela Agência e de 11,33 para o DEC, refletindo os problemas no fornecimento nos primeiros meses do período. A partir de 2011 será dividida em regiões elétricas, sendo que cada conjunto representará um grupo de consumidores atendidos por uma mesma subestação de energia.

O indicador de duração equivalente de interrupção – DEC, expresso em horas, encerrou o ano de 2010 com o acumulado de 11,33 horas. O indicador de frequência equivalente de interrupção – FEC, expresso em vezes, foi de 5,76.

O elevado nível de qualidade do fornecimento de energia elétrica é fundamental para o bom relacionamento entre a distribuidora de energia e os seus clientes. Em 2010, diversos incidentes afetaram o fornecimento de energia, devido às temperaturas muito acima da média histórica, elevando a demanda de energia no último verão muito além de nossas expectativas, o que levou a Light a intensificar os investimentos na melhoria da rede de distribuição. A Companhia aplicou, neste ano, o montante de R\$ 219,9 milhões visando à melhoria da qualidade do fornecimento de energia elétrica e ao aumento da capacidade de sua rede de distribuição, 41,2% acima do montante investido no mesmo período do ano anterior, de R\$ 155,7 milhões.

As condições climáticas adversas registradas neste ano prejudicaram o desempenho do nosso sistema elétrico, pela ocorrência de índice pluviométrico da ordem de 1.580 mm de chuva, superior em 26% ao ano de 2009 e 32% ao ano de 2008. Também cabe evidenciar as altas temperaturas registradas no verão, que influenciaram o forte crescimento da carga de energia elétrica. O processo de negociação, em novas bases, dos contratos com as empresas terceirizadas que prestam atendimento de emergência e manutenção na rede, ocorrido em meados de 2010, implicou em atrasos nas ações, prejudicando o desempenho operacional do sistema.

Resultados DEC e FEC em 2010

INDICADOR	META Regulatória	APURADO Global
DEC Global 2010	9,95	11,33
FEC Global 2010	8,77	5,76

DEC e FEC				
	Unidade	2008	2009	2010
FEC	número de interrupções	7	6	5,76
	Unidade	2008	2009	2010
DEC	horas	11	10	11,33



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Light é a primeira empresa do setor elétrico a ter a Certificação Selo LAC – Loja Amiga do Cliente, do Instituto Brasileiro de Relações com o Cliente (IBRC). Em 2010, 100% das 36 agências comerciais da Light foram certificadas.

A qualidade no atendimento da Light também foi foco de duas outras pesquisas realizadas pelo IBRC. Na Pesquisa Exame – IBRC de Atendimento ao Cliente 2010, a Light ficou em 1º lugar no Setor de Energia (Brasil) e na Pesquisa O Globo – IBRC: Agência Virtual 2010 teve 85% de aprovação.

Atendimento ao Cliente

O atendimento ao varejo da Light é avaliado por três pesquisas anuais de satisfação: o Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor (IASC), o Índice de Satisfação com a Execução dos Serviços (ISES), da própria Light e a pesquisa da Abradee. A avaliação da Abradee é feita por meio de três indicadores: o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP), o Índice de Aprovação do Cliente (IAC) e o Índice de Satisfação Geral (ISG). Para o segmento Grandes Clientes, a Light também realiza anualmente uma avaliação própria, a Pesquisa de Satisfação de Grandes Clientes.

Em 2010, os transtornos causados pelo verão com temperaturas extremas e os problemas do início do ano com a rede subterrânea resultaram em interrupções no fornecimento de energia e geraram críticas e questionamentos por parte dos clientes da Light. Essas questões afetaram os resultados de algumas das pesquisas de satisfação realizadas no ano. No entanto, mesmo frente a esses obstáculos, uma importante pesquisa mostrou que os clientes perceberam o compromisso da Companhia em dialogar com franqueza sobre esses desafios e propor soluções emergenciais e de médio e longo prazos. Na avaliação da ANEEL (IASC), a Light alcançou 67,55% de satisfação, a maior taxa já registrada pela Empresa. No ano anterior, o IASC ficou em 64,2%.

No atendimento ao cliente, uma das principais iniciativas da Light em 2010 foi a inauguração do novo *call center* com o tema Energia Positiva – Mais força para o Rio, utilizando tecnologias e processos de última geração. A operação conta com 700 atendentes e 300 posições de atendimento e capacidade para realizar até 6,7 milhões de atendimentos comerciais e de emergência por ano.

Foi criado também o Light Já, canal de atendimento de emergência para falta de energia com atendimento automático, através de mensagem de texto via celular.

Geração

Em 2010, a Light produziu 5.125 MWh líquidos¹ de energia, volume 5,6% abaixo dos 5.427 MWh gerados em 2009. Toda a energia da Light é produzida exclusivamente por fonte hidráulica e é proveniente da bacia formada pelo Rio Paraíba do Sul e pelo Ribeirão das Lajes. A Light Energia, que ocupa o 6º lugar como maior empresa privada em capacidade de geração hidráulica do Brasil, de acordo com a ANEEL conta com um parque gerador formado por cinco usinas hidrelétricas, que somam 855 MW de capacidade instalada, e duas usinas elevatórias, além de dois reservatórios de regularização e seis reservatórios de pequeno porte, nos estados do Rio e de São Paulo.

¹ Geração bruta menos consumo próprio, bombeamento de água e perdas técnicas.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No ano de 2010, foi vendido um total de 5.651,8 GWh, volume 11,5% superior ao ano de 2009. A energia vendida no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) no ano foi de 4.189,7 GWh, ficando em linha com o montante vendido no mesmo período de 2009. No Ambiente de Contratação Livre (ACL), a energia vendida totalizou 529,5 GWh, 8,9% superior ao ano de 2009. O volume de energia vendida no mercado spot em 2010 foi 137% acima do ano de 2009. Tal resultado é reflexo do crescimento das vendas no mercado spot durante o primeiro semestre, em função do aumento da geração hidráulica no sistema interligado, o que gerou maior energia secundária para liquidação na CCEE e pela contabilização realizada pela CCEE, que não descontou a energia consumida pelas bombas no primeiro semestre, no montante estimado de aproximadamente 394,3 GWh. Se desconsiderarmos esse valor, o aumento no volume de energia vendida no mercado spot em 2010 seria 35,3% maior se comparado a 2009.

LIGHT ENERGIA (GWh)	2010	2009	%
Venda no Ambiente de Contratação Regulada	4.189,7	4.189,7	0,0%
Venda no Ambiente de Contratação Livre	529,5	486,0	8,9%
Vendas no <i>spot</i> (CCEE)	932,7	393,6	137,0%
Total	5.651,8	5.069,3	11,5%

Projetos em Geração

Nos próximos anos, três novas usinas hidrelétricas da Light vão acrescentar aproximadamente 117 MW na capacidade instalada da Light: PCH Paracambi, PCH Lajes e UHE Itaocara.

Pequena Central Hidrelétrica Paracambi. Com 25 MW de capacidade instalada, teve sua construção iniciada no Ribeirão das Lajes/RJ no final de 2009 e deve começar a operar em dezembro de 2011. Para o desenvolvimento da PCH Paracambi, um trabalho de desapropriação da área atingida pelo reservatório está em andamento. Deverão ser adquiridas 107 propriedades referentes as áreas do reservatório, canteiro de obras e APP. Até o momento foram concluídas as aquisições de 95 imóveis, representando 89% do total a ser desapropriado.

Pequena Central Hidrelétrica Lajes. Com o Projeto Básico em fase de aprovação, essa usina será localizada no Complexo de Lajes/RJ e terá 18 MW de capacidade instalada. Estima-se que a entrada em operação comercial ocorra em no final de 2012.

Usina Hidrelétrica Itaocara. As duas unidades (Itaocara I e II) terão 195 MW de capacidade instalada e estarão localizadas no Rio Paraíba do Sul entre os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. O empreendimento está na fase de aprovação do Projeto Básico e de Licenciamento Ambiental, com previsão de entrada em operação comercial em 2014.

Comercialização

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2010, a Light Esco negociou 3.190,1 GWh, um aumento de 87,4% em relação a 2009. O aumento do volume negociado é decorrente das novas operações de longo e curto prazo ocorridas no ano de 2010, e pela ampliação do portfólio de contratos de vendas, tais como: Owens Illinois, BR Metals, MD Papéis, Schincariol e TRW. Além do aumento do portfólio de contratos de vendas, realizados no ano de 2010, a Light Esco ampliou a comercialização de energia do Grupo Light que será descontratada a partir de 2013.

Além das vendas diretas, a Light Esco manteve sua atuação em consultoria e representação de clientes livres junto à CCEE (broker), cujas atividades envolveram operações de 1.960,60 GWh em 2010.

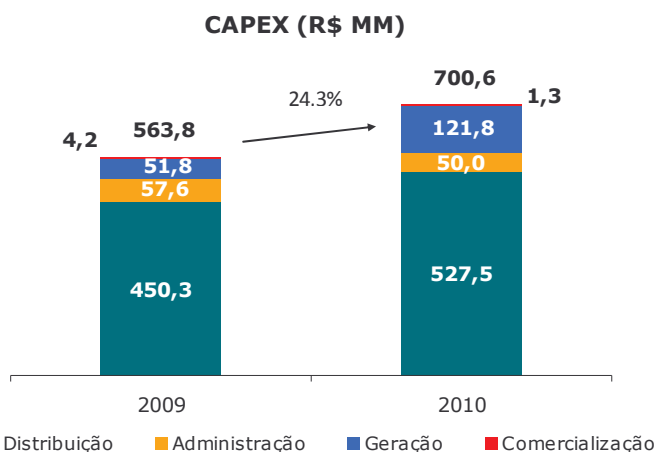
A Light Esco possui atualmente 107 clientes de comercialização de energia, sendo 98 clientes da atividade de trading e 9 clientes na atividade de consultoria e intermediação de contratos (broker), em comparação a 61 clientes em dezembro de 2009.

Dentre os 12 projetos de prestação de serviços em execução que a Light Esco possui atualmente, 6 foram prospectados em 2010, sendo um neste trimestre, que se refere a instalação de sistema de refrigeração para um grande shopping localizado na cidade de São Paulo.

Volume (GWh)	2010	2009	Var. %
Trading	1.229,90	645,8	90,50%
Broker	1.960,60	1.057,00	85,50%
Total	3.190,50	1.702,80	87,40%

Investimentos

Em 2010, os projetos de investimentos da Light totalizaram R\$ 700,6 milhões. O destino principal dos recursos foi na melhoria da qualidade da rede de distribuição, além do combate às perdas, pontos essenciais para garantir um serviço de qualidade, com eficiência e segurança a todos os seus clientes. Outro foco de investimentos foi na ampliação da capacidade de geração de energia do Grupo, que somou R\$ 121,8 milhões no ano.



O Sistema de Alta Tensão recebeu investimentos de mais de R\$ 123,6 milhões, o maior já realizado na história da Light neste segmento. Entre os destaques está a construção de duas novas subestações: Copacabana (120 MVA) e Marapicu (60MVA), o início da construção de mais quatro subestações e a ampliação e melhoramento em outras cinco. Também foram investidos R\$ 134,9 milhões em blindagem de rede, sistema de medição eletrônica e regularização de fraudes.

Comentário Financeiro e de Mercado de Capitais

Desempenho Financeiro

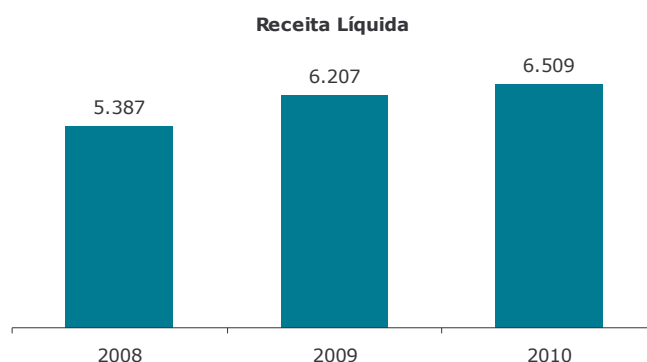
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Receita

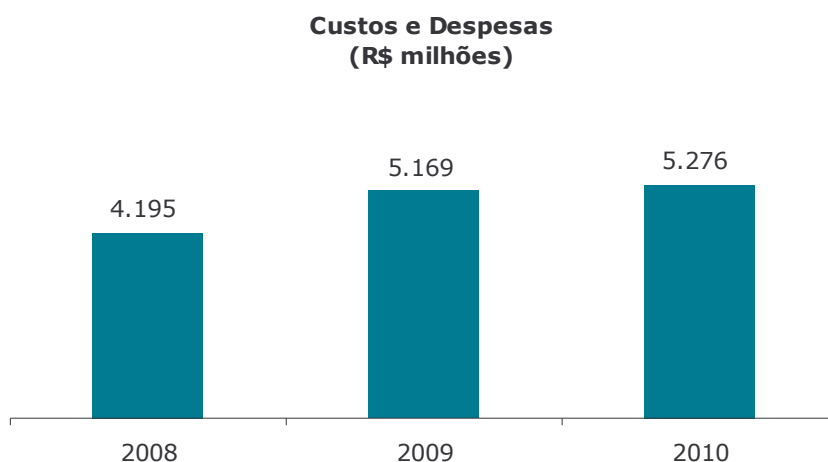
A Receita Operacional Líquida no ano de 2010 foi de R\$ 6.508,6 milhões, 4,9% acima da apurada em 2009, reflexo principalmente do crescimento de 3,2% e de 100,7% nos segmentos de distribuição e de comercialização, respectivamente, em função do maior consumo na área de concessão e da maior atividade de compra e venda de energia. O resultado do segmento de geração também apresentou desempenho positivo, sendo 8,5% maior que a receita registrada no ano passado.



Custos e despesas

No ano de 2010, os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 5.276,4 milhões, apresentando crescimento de 2,1%, principalmente em função dos custos e despesas da distribuidora e das comercializadoras, que tiveram um aumento de 1,5% e 80,9% em comparação com o realizado no ano passado.

Esse aumento tem como principais causas: (i) aumento nos custos e despesas gerenciáveis da distribuidora em 2,8%; e (ii) redução nas provisões no valor de R\$ 93,6 milhões, em função principalmente da reversão de provisão no montante de R\$ 61,7 milhões, devido a vitória da Light no processo movido pela CSN em 1995, requerendo a devolução de valores, no entendimento desta, cobrados a maior pela Light em função do reajuste de tarifas aprovado em 1986 pelo DNAEE (Plano Cruzado).



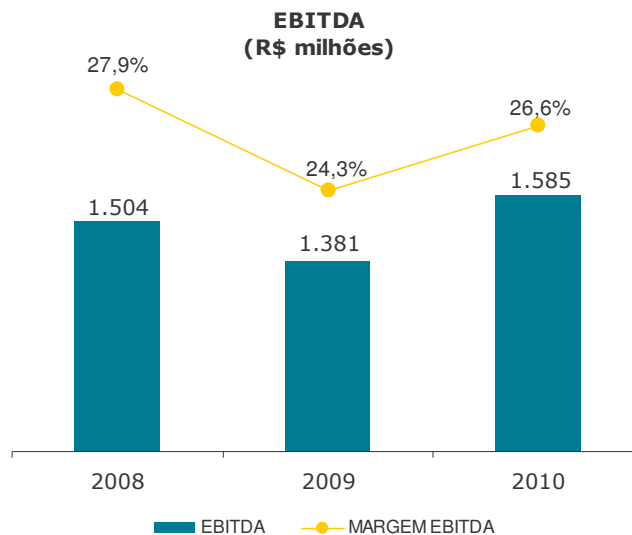
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

EBITDA

No ano, o EBITDA foi de R\$ 1.584,6 milhões, 14,7% superior ao de 2009, com margem EBITDA de 26,6%, 2,3 p.p. acima do realizado no ano passado. A participação do EBITDA do segmento de distribuição foi de 84,2% do EBITDA consolidado do ano. Os segmentos de geração e comercialização responderam por 14,4% e 1,4% do EBITDA consolidado, respectivamente.



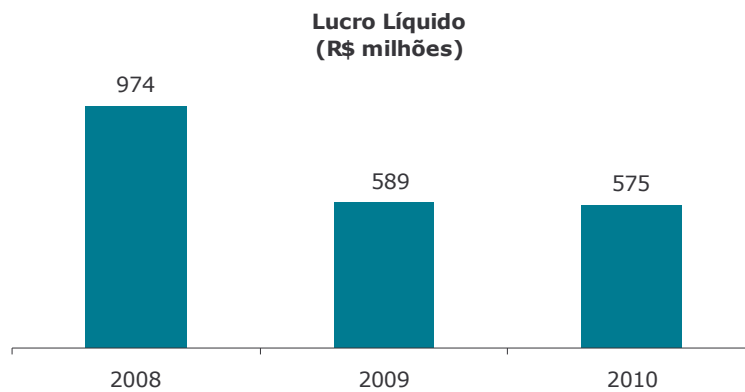
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Lucro Líquido

A Light registrou lucro líquido de R\$ 575,2 milhões em 2010, 2,3% menor que o lucro registrado em 2009 no montante de R\$ 588,8 milhões. Tal resultado é decorrente principalmente da variação no resultado financeiro, com uma despesa financeira líquida de R\$ 319,4 milhões em 2010, 276,1% acima da apurada no ano passado. A despesa financeira foi impactada, principalmente, pelo déficit atuarial e atualização monetária do passivo da Braslight, que somam o montante de R\$ 158,9 milhões. Desconsiderando a parte não recorrente do efeito causado pelo déficit atuarial da Braslight de R\$ 49,3 milhões, o lucro líquido de 2010 teria sido de R\$ 607,7 milhões, 3,2% acima do realizado em 2009.



Proposta de Distribuição de Dividendos

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de março de 2011 foi aprovada proposta de distribuição de dividendos, no valor de R\$ 350.979.306,36 ou R\$ 1,721043 por ação, referentes aos resultados apurados no ano de 2010, a ser aprovada em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas de 28 de abril de 2011.

Situação Financeira

A dívida líquida no fechamento de dezembro foi de R\$ 1.947,4 milhões um aumento de 18,9% em comparação a dezembro de 2009. Tal aumento ocorreu principalmente em função da menor geração de caixa da companhia. Apesar do aumento da dívida líquida, a relação dívida líquida/EBITDA de dezembro de 2010 ficou em linha com a de 2009, de 1,2x.

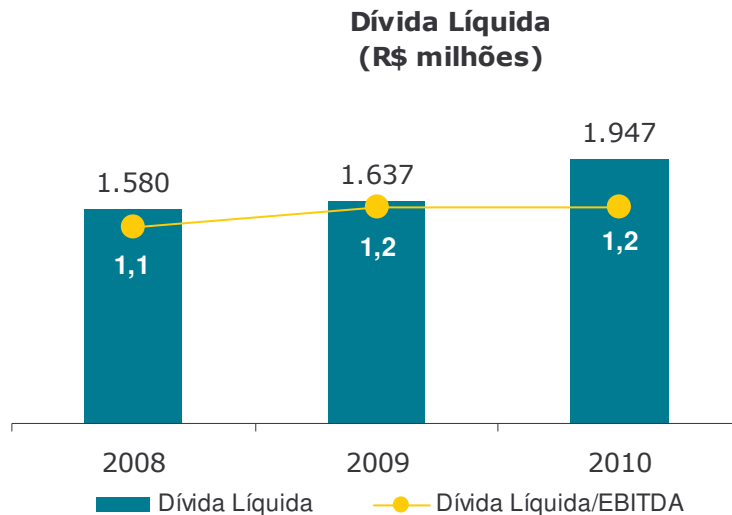
O endividamento apresenta prazo médio de vencimento de 3,1 anos. O custo médio da dívida denominada em reais ficou em 11,1% a.a., 0,2 p.p. abaixo do custo médio da dívida de setembro de 2010. O custo médio para dívida em moeda estrangeira, de US\$ + 5,4% a.a., ficou em linha com o custo da dívida de setembro de 2010. No fechamento de dezembro, somente 3,0% do endividamento total estava denominado em moeda estrangeira e, considerando o horizonte das operações de hedge, a exposição ao risco de moeda estrangeira ficou em 1,7%, 0,2 p.p. abaixo de setembro de 2010. A política de hedge consiste em proteger o fluxo de caixa vencendo nos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

próximos 24 meses (principal e juros), através do instrumento swap sem caixa, com instituições financeiras de primeira linha.



Governança Corporativa e Mercado de Capitais

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital social da Light S.A. era composto por 203.934.060 ações ordinárias, sem valor nominal.

As ações da Light são listadas no Novo Mercado da Bovespa desde Julho de 2005, em consonância com as melhores práticas de governança corporativa e com os princípios de transparência e equidade, além de conceder direitos especiais aos acionistas minoritários. Pelo regulamento deste segmento e conforme estabelecido em seu Estatuto social, a Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado. As ações da Light S.A. compõem os índices Ibovespa, Itag, IGC, IEE, IBrX e ISE.

O Conselho de Administração da Light é composto por 11 membros, sendo 2 deles eleitos de forma independente. Para auxílio do Conselho de Administração existem 5 comitês: Finanças, Gestão, Auditoria, Recursos Humanos e Governança e Sustentabilidade.

Mudanças na composição acionária em 2010

Em cumprimento ao disposto no item 9.1 do seu Acordo de Acionistas (firmado em 23 de março de 2006), em 17 de novembro de 2009, a RME – Rio Minas Energia Participações S.A. (RME), promoveu a incorporação da Lidil Comercial Ltda. (Lidil), e, em 31 de dezembro de 2009, a RME foi cindida em três partes. As parcelas foram incorporadas pela Andrade Gutierrez Concessões S.A. (AGC), Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), e por Luce Empreendimentos e Participações S.A. (LEPSA), sociedade constituída e controlada pelo Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações. A Equatorial Energia S.A. (Equatorial) permaneceu como única acionista da RME. A reorganização societária da RME por seus acionistas simplificou a estrutura societária mediante a eliminação da *holding* RME, passando as quatro acionistas AGC, CEMIG, LEPSA e RME a serem detentoras, cada uma, de 26.576.149 de ações ordinárias de emissão da



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Companhia, representando uma participação direta de aproximadamente 13,03% no capital social.. O Acordo de Acionistas da RME deu lugar a um novo acordo entre os quatro acionistas da Companhia, reproduzindo os direitos e obrigações previstos no Acordo de Acionistas da RME.

Em 30 de dezembro de 2009, CEMIG e AGC celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações (“Contrato AGC”), e em 25 de março de 2010 foi realizado o pagamento referente à aquisição pela CEMIG de 25.494.500 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil e quinhentas) ações ordinárias de emissão da Companhia, de titularidade da AGC, representando 12,50% do capital total e votante da Companhia. Além disso, foi realizado, em 17 de novembro de 2010, o pagamento e a transferência de 1.081.649 (um milhão, oitenta e uma mil, seiscentas e quarenta e nove) ações ordinárias de emissão da Companhia, de titularidade da AGC, representando 0,53% do capital total e votante da Companhia, para a CEMIG, correspondente à parcela remanescente da aquisição.

Em 30 de dezembro de 2009, o Fundo de Investimento em Participações PCP (“FIP PCP”), controlador indireto da Equatorial e a CEMIG, celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato Equatorial”), tendo a Equatorial como parte interveniente e anuente, e visando à alienação da participação indireta do FIP PCP na Companhia, correspondente a 55,41% de um montante de 26.576.149 (vinte e seis milhões, quinhentos e setenta e seis mil, cento e quarenta e nove) ações ordinárias de emissão da Companhia ou de uma à sociedade de cujo capital a CEMIG participe em proporção não inferior a 20% (vinte por cento). Em 29 de abril de 2010, as assembleias gerais ordinária e extraordinária da Equatorial aprovaram a sua cisão parcial, mediante versão da parcela de seu patrimônio líquido correspondente à sua participação no capital social da RME, para uma nova sociedade anônima denominada Redentor Energia S.A. (“Redentor”), constituída especificamente para este fim no momento da Cisão Parcial. O fechamento do Contrato Equatorial está sujeito a determinadas condições previstas no mesmo, ao registro da Redentor na CVM e outras aprovações regulatórias e de órgãos governamentais, conforme aplicável.

Em 24 de março de 2010, a CEMIG celebrou com a Enlighted Partners Venture Capital LLC (“ENLIGHTED”), sociedade de responsabilidade limitada de Delaware, Estados Unidos da América, Contrato de Opção de Venda de Quotas e Outras Avenças (“Opção”). A referida operação teve como objeto a outorga de opção de venda das quotas do Luce Investment Fund (“LUCE Fund”), com sede em Newark, DE, Estados Unidos da América, que detém 75% (setenta e cinco por cento) das quotas do Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações (“FIP Luce”), que, por sua vez, é detentor indireto, através da LEPSA, de 26.576.149 (vinte e seis milhões, quinhentos e setenta e seis mil, cento e quarenta e nove) ações ordinárias de emissão da Companhia, representando, aproximadamente, 13,03% do seu capital total e votante. Em 6 de outubro de 2010, a ENLIGHTED exerceu a opção de venda de suas quotas no LUCE Fund à Cemig ou a terceiro indicado por ela, condicionado ao atendimento de determinados requisitos contratualmente estabelecidos, bem como à aprovação da Aneel, Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e demais agentes financeiros e debenturistas da Companhia e de suas controladoras, quando necessário.

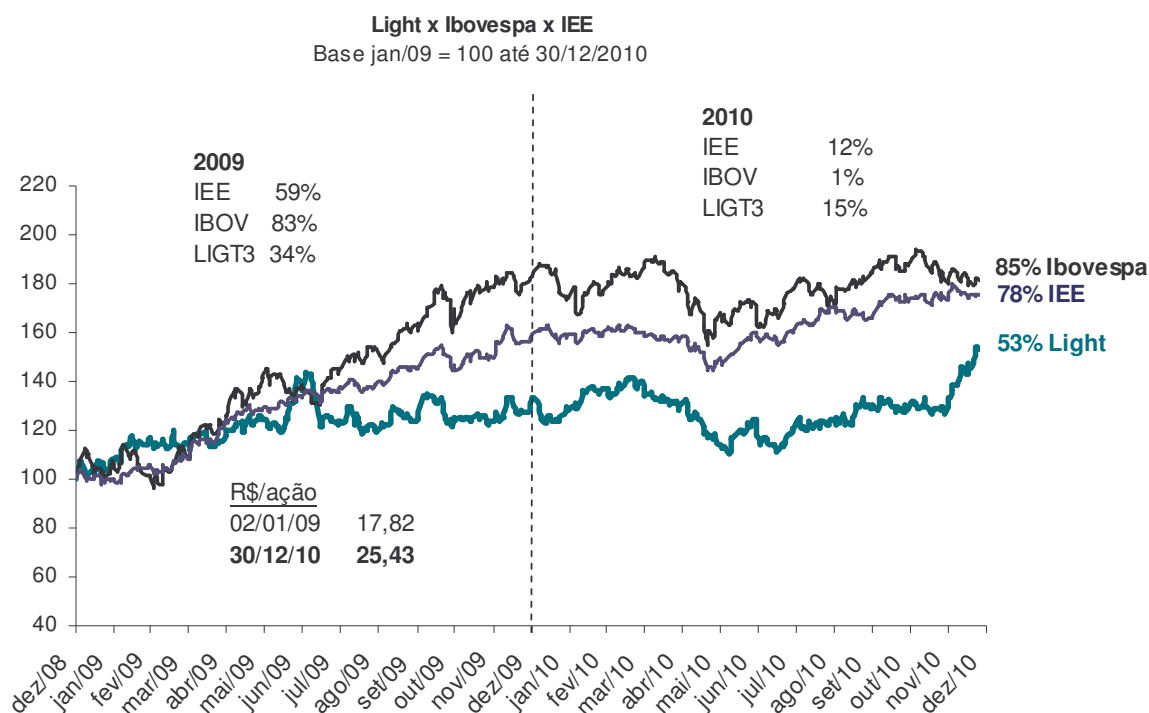
Em 28 de outubro de 2010, a Companhia recebeu correspondência de sua acionista BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, informando que havia alienado, em pregões operados pela BM&FBOVESPA, no período de 19/03/2010 a 27/10/2010, a totalidade de 10.347.200 ações

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ordinárias de emissão da Companhia, reduzindo a participação no seu capital social em 5,07%. Após esta alienação, a participação remanescente da BNDESPAR ficou em 39.429.583 ações ordinárias, equivalentes a 19,33% do capital social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2010, a posição do BNDESPAR era de 30.631.782 ações ordinárias, equivalentes a 15,02% do capital social da Companhia.



Composição acionária

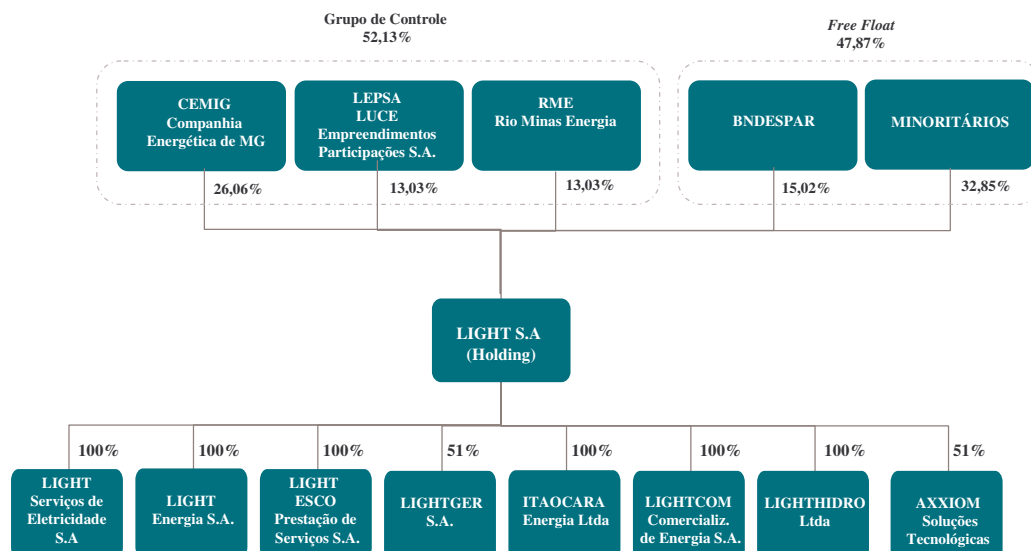
A composição acionária da Light em 31 de dezembro de 2010 era: Grupo de Controle, com 52,13% e *free float*, com 47,87%, sendo 15,02% do BNDESPAR e 32,85% sob o controle de acionistas minoritários. O Grupo de Controle é, por sua vez, constituído pelas empresas Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), com 26,06%, Luce Empreendimentos e Participações S.A (LEPSA), com 13,03% e Rio Minas Energia S.A (RME), com 13,03%.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Composição acionária em 30 de dezembro de 2010



O quadro abaixo indica a quantidade de ações ordinárias detidas pelos acionistas da Light.

Acionistas	Quantidade	Nacionalidade	Particip.	Capital Social (R\$)
RME - RIO MINAS ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A	26.576.150	Brasileira	13,03	290.063.291,07
COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS S.A. - CEMIG	53.152.298	Brasileira	26,06	580.126.560,31
LUCE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	26.576.149	Brasileira	13,03	290.063.280,15
BNDES PARTICIPAÇÕES S.A - BNDESPAR	30.631.782	Brasileira	15,02	334.328,166.35
PÚBLICO	66.997.681	-	32,85	731.240.900,01
Total	203.934.060		100.00	2.225.822.197,89

Compromisso com o Futuro

Gestão de Gente

As ações voltadas para o seu público interno têm como propósito o incentivo ao desenvolvimento pessoal e profissional das 3.693 pessoas que compõem a sua força de trabalho, em alinhamento



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

com os objetivos estratégicos da empresa e para o desenvolvimento das competências essenciais que garantirá a sustentabilidade do negócio.

Em 2010, tivemos 218.301,2 horas de treinamento e desenvolvimento da nossa força de trabalho com o total de 11.789 participações, onde destacamos o Programa de Desenvolvimento da Liderança, Programa de Treinamentos Operacionais e Certificação das Equipes que atuam na rede subterrânea com 37 mil horas.

Tivemos ainda o Programa de Reconhecimento de Empregados, o processo de Avaliação de Competências para Gestores e Empregados, os lançamentos de programas de incentivo ao autodesenvolvimento que foram o Portal do Conhecimento e o Passaporte para o Desenvolvimento.

A Fundação de Seguridade Social – Braslight, entidade fechada de previdência complementar, foi fundada pela Light com a finalidade de propiciar, aos empregados da Companhia vinculados à Fundação, renda de aposentadoria e pensão aos seus dependentes.

Segurança no Trabalho

A Light é a primeira empresa do setor elétrico brasileiro a adotar o Sistema de Gestão de Trabalho Seguro (SGTS), um modelo desenvolvido no Canadá e que foi customizado para atender as especificidades do setor com foco no risco elevado. O SGTS é dividido em cinco grandes temas: Liderança, Gestão de Riscos, Educação, Controle & Proteção e Monitoramento. Um ano após a sua implantação, uma auditoria internacional mostrou que o grau de aderência da Light ao SGTS em suas chegou a 51%, se mantendo dentro da meta da Companhia, que era alcançar 50% no período.

Fez parte ainda das ações de Saúde e Segurança, a reformulação da Política de Segurança e Saúde no Trabalho; a elaboração de 50 procedimentos operacionais passo a passo; a preleção de segurança com mais de 25.000 participações e a introdução de novas tecnologias de proteção.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

O programa de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) é elaborado de acordo com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, que define a obrigatoriedade das concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica em investir 0,2% da sua Receita Operacional Líquida em projetos de P&D, à Resolução Aneel nº 271 de 19 de julho de 2000, e conforme manual aprovado pela Resolução Aneel nº 316 de 13 de maio de 2008.

No ano de 2010, já sob as regras da nova regulamentação da Aneel, foram contratados 12 (doze) novos projetos, com investimento de R\$ 24,7 milhões e, até dezembro deste ano, estavam em execução um total de 89 (oitenta e nove) projetos de P&D, sendo 77 (setenta e sete) projetos pela Light Serviços de Eletricidade S.A. e 12 (doze) da Light Energia S.A.

Meio Ambiente

O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da Light foi implantado em 2001 e tem por objetivo prevenir diversos riscos para a Empresa e estabelecer padrões em todas as suas atividades, atendendo às questões ambientais, evitando multas, embargos de empreendimentos, acidentes ambientais, ações



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

judiciais e danos à imagem da Companhia. Todas as usinas da Empresa possuem, além do SGA, que integra os requisitos ambientais da norma ISO 14001 e os de segurança e saúde ocupacional da OHSAS 18001. GRI PR1

Em 2010, 34 unidades da Light foram certificadas pela ISO 14001, ultrapassando a meta estabelecida para esta fase do programa, que era de 20, e outras 101 unidades foram recertificadas. O processo de certificação teve o apoio integral das diversas equipes para adequar as unidades aos requisitos da norma.

No segmento da distribuição, destaca-se a obtenção de licenças ambientais para implantação de sete novos projetos e, no segmento da geração, 300 pessoas foram treinadas como agentes ambientais e de segurança, sendo que 180 desses agentes foram contratados pela Light para a obra do conduto de Lajes e o reflorestamento de aproximadamente 60ha em áreas do Complexo de Lajes.

Ação Social

Em 2010, a Light investiu R\$ 38 milhões no Programa Comunidade Eficiente, beneficiando mais de 300 mil moradores em ações de eficiência energética em 362 comunidades de baixa renda. A iniciativa faz parte do Programa de Eficiência Energética da Light (PEE), orientado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e que, desde o seu lançamento em 1999, já investiu R\$ 209,6 milhões em 141 projetos que incluem a modernização de sistemas de iluminação, ventilação e refrigeração de espaços públicos, como ginásios e hospitais.

Com o Comunidade Eficiente, que teve início em 2002, a Empresa realiza, ainda, a troca de equipamentos como refrigeradores e lâmpadas por modelos mais eficientes e desenvolve iniciativas de disseminação de informações e conscientização sobre o uso responsável da energia junto aos moradores de comunidades de baixa renda.

A comunidade de Santa Marta, primeira UPP instalada, é um exemplo do sucesso da atuação da Light nessas localidades: antes de 2008, quando a Companhia iniciou as ações de eficiência energética e maior proximidade com os moradores, o número de clientes era de 80, a inadimplência ficava em 24% e as perdas em 93%. Dois anos depois e investimentos que somam R\$3 milhões, o número de clientes passou para 1.600, a inadimplência chegou a 98% e as perdas foram reduzidas a apenas 2,7%.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Outras Informações:

Audidores independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003, informamos que a KPMG Auditores Independentes presta serviços de auditoria externa e revisão trimestral para o Grupo Light e que não realizou nenhum outro serviço não relacionado à auditoria para a Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

O relatório da administração inclui informações relacionadas a investimentos projetados e dados não-financeiros os quais não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e não foram examinados pelos auditores independentes.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Balço Social Anual / 2010

Empresa CONSOLIDADO

1 - Base de Cálculo	2010 Valor (mil reais)			2009 Valor (mil reais)		
Receita líquida (RL)	6.508.584			6.206.897		
Resultado operacional (RO)	922.619			960.912		
Folha de pagamento bruta (FPB)	218.471			222.243		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	14.142	6%	0%	16.762	8%	0%
Encargos sociais compulsórios	35.428	16%	1%	38.997	18%	1%
Previdência privada	6.618	3%	0%	6.559	3%	0%
Saúde	7.712	4%	0%	8.535	4%	0%
Segurança e saúde no trabalho	98	0%	0%	210	0%	0%
Educação	759	0%	0%	909	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	5.736	3%	0%	5.117	2%	0%
Creches ou auxílio-creche	481	0%	0%	499	0%	0%
Participação nos lucros ou resultados	15.146	7%	0%	20.507	9%	0%
Outros	2.855	1%	0%	3.813	2%	0%
Total - Indicadores sociais internos	88.976	41%	1%	101.907	46%	2%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	2.178	0%	0%	2.165	0%	0%
Cultura	5.410	1%	0%	6.178	1%	0%
Saúde e saneamento	14.749	2%	0%	10.793	1%	0%
Esporte	497	0%	0%	837	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0%	0%	0	0%	0%
Outros	51.221	6%	1%	25.502	3%	0%
Total das contribuições para a sociedade	74.056	8%	1%	45.474	5%	1%
Tributos (excluídos encargos sociais)	3.105.901	337%	48%	2.731.688	284%	44%
Total - Indicadores sociais externos	3.179.957	345%	49%	2.777.162	289%	45%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	28.678	3%	0%	19.966	2%	0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0%	0%	0	0%	0%
Total dos investimentos em meio ambiente	28.678	3%	0%	19.966	2%	0%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%			() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2010			2009		
Nº de empregados(as) ao final do período	3.693			3.694		
Nº de admissões durante o período	312			269		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	8.010			7.689		
Nº de estagiários(as)	109			101		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	1.110			1.359		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	861			854		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	23,10%			21,40%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	1.330			1.006		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	16,90%			15,20%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	164			173		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2010			Metas 2011		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	45,88			ND		
Número total de acidentes de trabalho	22			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(x) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(X) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 15.412	no Procon 1.213	na Justiça 38.438	na empresa Reduzir 10%	no Procon Reduzir 10%	na Justiça Reduzir 10%
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa ND	no Procon ND	na Justiça ND	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 100%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2010: 5.084.931			Em 2009: 4.609.936		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	73,68% governo 4,56% colaboradores(as) 6,90% acionistas 10,45% terceiros 4,41% retido			75,50% governo 5,14% colaboradores(as) 9,38% acionistas 6,59% terceiros 3,39% retido		
7 - Outras Informações						

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ÍNDICE

1. CONTEXTO OPERACIONAL
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
3. ADOÇÃO INICIAL DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS
4. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS
5. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
8. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E CLIENTES
9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES
10. TRIBUTOS DIFERIDOS
11. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO
12. OUTROS CRÉDITOS
13. INVESTIMENTOS
14. ATIVO IMOBILIZADO
15. ATIVO INTANGÍVEL
16. FORNECEDORES
17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS FINANCEIROS
18. DEBÊNTURES E ENCARGOS FINANCEIROS
19. ENCARGOS REGULATÓRIOS – CONTRIBUIÇÕES DO CONSUMIDOR
20. CONTINGÊNCIAS
21. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO
22. OUTROS DÉBITOS
23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
25. DIVIDENDOS
26. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS
27. LUCRO POR AÇÃO
28. COMPOSIÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
29. FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA
30. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS
31. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA
32. RESULTADO FINANCEIRO
33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
34. SEGUROS
35. QUESTÕES AMBIENTAIS
36. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO
37. REAJUSTE TARIFÁRIO
38. PLANO DE INCENTIVO DE LONGO PRAZO
39. CONTRATOS DE LONGO PRAZO

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Light S.A.(Companhia) e suas controladas, com sede na cidade do Rio de Janeiro – RJ, tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos.

A Companhia é listada no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&F Bovespa – sob a sigla LIGT3).

A Light S.A. é a controladora direta das seguintes empresas:

Light Serviços de Eletricidade S.A. (Light SESA) - Sociedade por ações de capital aberto que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica, com área de concessão abrangendo 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital

Light Energia S.A. (Light Energia) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro-RJ, que tem como atividade principal estudar, planejar, construir, operar e explorar sistemas de geração e transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos. Compreende as usinas de Pereira Passos, Nilo Peçanha, Ilha dos Pombos, Santa Branca e Fontes Novas, com potência instalada total de 855 MW. A Light Energia possui participação societária nas seguintes controladas:

- ✓ Central Eólica São Judas Tadeu Ltda. - Empresa em fase pré-operacional, que tem como atividade principal produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Estado do Ceará e com potência nominal de 18 MW.
- ✓ Central Eólica Fontainha Ltda. - Empresa em fase pré-operacional, que tem como atividade principal produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Estado do Ceará com potência nominal de 16 MW

Light Esco Prestação de Serviços S.A. (Light Esco) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, que tem como atividade principal a compra, venda, importação, exportação e prestação de serviços de consultoria no setor de energia.

Lightcom Comercializadora de Energia S.A. (Lightcom) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, que tem como objetivo a compra,

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

venda, importação, exportação e prestação de serviços de consultoria no setor de energia.

Itaocara Energia Ltda. (Itaocara Energia) - Empresa em fase pré-operacional, que tem como atividade principal a realização de projeto, construção, instalação, operação e exploração de usinas de geração de energia elétrica.

Lighthidro Ltda. (Light Hidro) - Empresa em fase pré-operacional, para participação em leilões de concessões, autorizações e permissões em novas usinas.

Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social (Instituto Light) – Pessoa Jurídica com direito privado, sem finalidade lucrativa, que tem como objetivo participar em projetos sociais e culturais, com interesse no desenvolvimento econômico e social das cidades, reafirmando a vocação da Companhia como empresa cidadã.

A Light S.A. é controladora em conjunto das seguintes empresas:

Lightger S.A. (Lightger) - Empresa em fase pré-operacional, para participação em leilões de concessões, autorizações e permissões em novas usinas. Em 24 de dezembro de 2008, a Lightger obteve a licença de instalação que autoriza o início das obras de implantação da PCH Paracambi. Controlada em conjunto pela Light S.A. (51%) e pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (49%).

Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (Axxiom) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte-BH, que tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, de gás, de água e esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light S.A. (51%) e pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (49%).

Concessões e autorizações do Grupo Light:

Concessões / autorizações	Data do ato	Data de Vencimento
Geração, Transmissão e Distribuição	jul/1996	jun/2026
PCH Paracambi	fev/2001	fev/2031
Hidroelétrica de Itaocara	mar/2001	mar/2036

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, denominadas CPC)

As presentes demonstrações financeiras incluem:

Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

No balanço de adoção ao IFRS, em 1º de janeiro de 2009, a Companhia avaliou as exceções obrigatórias e isenções opcionais apresentadas no IFRS 1 e CPC 37, e apresentou tais efeitos na Nota Explicativa nº 3.

Demonstrações Financeiras Individuais

As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, emitidos em 2009 e 2010, aprovados por resoluções do CFC, e de acordo com normas da CVM.

Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aprovados por resoluções do CFC e de normas da CVM estão convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

Essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado atribuível aos controladores, apresentados pela Companhia e o patrimônio líquido e o resultado da controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

A Companhia não apurou resultado abrangente, motivo pelo qual não está apresentando a Demonstração do Resultado Abrangente.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Essas são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as IFRS nas quais o CPC 37 foi aplicado.

Demonstrações financeiras de 2009

Até 31 de dezembro de 2009, a Companhia apresentava suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 (Medida Provisória nº449/2008 – MP nº449/2008), complementadas pelos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e de normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM até 31 de dezembro de 2008.

Conforme estabelecido na Deliberação CVM nº 609/2009 (CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), os padrões internacionais foram implementados retroativamente a 1º de janeiro de 2009. Dessa forma, as demonstrações financeiras, originalmente divulgadas, foram ajustadas e estão apresentadas de acordo com as normas contábeis internacionais.

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2011.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens:

- ✓ Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ✓ Ativo atuarial de benefício definido é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido; e
- ✓ Ativo imobilizado das usinas de geração mensurado pelo valor justo como custo atribuído.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto se indicado de outra forma, inclusive as notas explicativas.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

d) Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas CPCs exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes Notas Explicativas:

Nota nº 10 – Imposto de renda e contribuição social diferidos

Nota nº 20 – Contingências

Nota nº 21 – Benefícios Pós-Emprego

Nota nº 28 – Composição da receita operacional líquida (receita não faturada)

3. ADOÇÃO INICIAL DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

A promulgação das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 instaurou para as companhias abertas, o processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade com a emissão pelo CPC e aprovação dos órgãos reguladores contábeis brasileiros, de diversos pronunciamentos, interpretações e orientações contábeis em duas etapas: a primeira etapa, desenvolvida e aplicada em 2008 com a adoção dos pronunciamentos técnicos CPC 00 a 14 (este último revogado a partir de 2010) e a segunda etapa, com a emissão em 2009 dos pronunciamentos técnicos CPC15 a 43 (à exceção do CPC 34), com adoção obrigatória para 2010, com efeito retroativo para 2009 para fins comparativos.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 serão as primeiras apresentadas de acordo com esses pronunciamentos contábeis e de acordo com IFRS. A Companhia preparou o seu balanço de abertura de transição em 1º de janeiro de 2009.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) Isenções adotadas

A Companhia optou por aplicar as seguintes isenções com relação à aplicação retrospectiva:

- ✓ Isenção do valor justo como custo atribuído: a Light Energia optou por mensurar os itens do ativo imobilizado pelo valor justo em 1º de janeiro de 2009.
- ✓ Isenção de combinação de negócios: a Companhia não reapresentou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1º de janeiro de 2009, data de transição.
- ✓ Isenção relativa à aplicação retroativa do ICPC 01: a Companhia considerou impraticável remensurar, individualmente, os ativos que compõem a infraestrutura utilizada na concessão do serviço público nas suas datas de aquisição, optando pelo método do valor residual para mensurar: (i) o ativo intangível, correspondente a parcela estimada dos investimentos realizados que serão amortizados até o final da concessão e (ii) o ativo financeiro, correspondente ao direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção efetuados e não amortizados até o final da concessão.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- b) Conciliação da adoção dos CPCs emitidos em 2009 e 2010 na data de transição e reclassificações efetuadas:

Balanco patrimonial de abertura em 01 de janeiro de 2009:

	Publicado em 31/12/2008	Consolidado		Reapresentado 01/01/2009
		ADOÇÃO INICIAL IFRS Reclassificações	Ajustes	
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e Equivalente de caixa	-	548.983	-	548.983
Títulos e valores mobiliários	-	41.143	-	41.143
Disponibilidades	590.126	(590.126)	-	-
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.350.832	-	(67.977)	1.282.855
Tributos a compensar	836.504	(836.504)	-	-
Tributos e contribuições	-	566.011	-	566.011
Estoques	18.603	-	-	18.603
Rendas a receber swap	6.671	-	-	6.671
Dividendos a receber	-	-	-	-
Serviços prestados	57.500	(52.888)	13.010	17.622
Despesas pagas antecipadamente	383.291	-	(381.624)	1.667
Outros créditos	107.879	(1.210)	-	106.669
TOTAL DO CIRCULANTE	3.351.406	(324.591)	(436.591)	2.590.224
NÃO CIRCULANTE				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	292.594	-	-	292.594
Tributos a compensar	1.109.566	(1.109.566)	-	-
Tributos e contribuições	-	72.807	-	72.807
Tributos diferidos	-	1.307.252	313.852	1.621.104
Ativo Financeiro de Concessões	-	304.229	-	304.229
Rendas a receber	4.413	-	-	4.413
Depósitos vinculados a litígios	194.200	-	-	194.200
Despesas pagas antecipadamente	129.435	-	(125.071)	4.364
Outros créditos	26.420	-	-	26.420
Investimentos	13.615	-	-	13.615
Imobilizado	4.059.358	(3.290.903)	821.324	1.589.779
Intangível	280.958	2.986.674	-	3.267.632
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	6.110.559	270.493	1.010.105	7.391.157
TOTAL DO ATIVO	9.461.965	(54.098)	573.514	9.981.381

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Publicado em 31/12/2008	Consolidado		Reapresentado 01/01/2009
		ADOÇÃO INICIAL IFRS Reclassificações	Ajustes	
PASSIVO CIRCULANTE				
Fornecedores	486.204	-	-	486.204
Folha de pagamento	2.791	-	-	2.791
Tributos	230.461	(230.461)	-	-
Tributos e contribuições	-	230.461	-	230.461
Empréstimos, financiamentos e encargos	116.799	-	-	116.799
Debêntures e encargos	61.523	-	-	61.523
Dividendos a pagar	499.638	-	(268.205)	231.433
Obrigações estimadas	55.052	-	-	55.052
Encargos regulatórios	126.733	-	-	126.733
Contingências	2.237	-	-	2.237
Benefícios pós-emprego	87.744	-	-	87.744
Outros débitos	519.757	(54.098)	(160.661)	304.998
TOTAL DO CIRCULANTE	2.188.939	(54.098)	(428.866)	1.705.975
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos, financiamentos e encargos	1.046.550	-	-	1.046.550
Debêntures e encargos	945.549	-	-	945.549
Tributos	324.743	(324.743)	-	-
Tributos e contribuições	-	324.743	-	324.743
Tributos diferidos	-	-	341.113	341.113
Contingências	998.460	-	(4.577)	993.883
Benefícios pós-emprego	944.417	-	-	944.417
Outros débitos	209.603	-	3.731	213.334
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	4.469.322	-	340.267	4.809.589
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>				
Capital Social	2.225.819	-	-	2.225.819
Reservas de Capital				
Opções Outorgadas Reconhecidas	22.459	-	-	22.459
Reserva de Lucro				
Reserva Legal	103.757	-	-	103.757
Retenção de Lucros	451.669	-	-	451.669
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	546.978	546.978
Lucros/Prejuízos acumulados	-	-	115.135	115.135
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.803.704	-	662.113	3.465.817
TOTAL DO PASSIVO	9.461.965	(54.098)	573.514	9.981.381

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Balanço patrimonial findo em 31 de dezembro de 2009:

		Consolidado		
	Publicado em	ADOÇÃO INICIAL IFRS		Reapresentado
	2009	Reclassificações	Ajustes	2009
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e Equivalente de caixa	-	760.313	-	760.313
Títulos e valores mobiliários	-	68.059	-	68.059
Disponibilidades	828.372	(828.372)	-	-
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.362.365	-	(6.511)	1.355.854
Tributos a compensar	675.881	(675.881)	-	-
Tributos e contribuições	-	442.668	-	442.668
Estoques	14.369	-	-	14.369
Rendas a Receber Swap	4	-	-	4
Dividendos a receber	-	-	-	-
Serviços Prestados	131.902	(98.897)	13.010	46.015
Despesas pagas antecipadamente	260.502	-	(258.121)	2.381
Outros créditos	100.016	(2.766)	-	97.250
TOTAL DO CIRCULANTE	3.373.411	(334.876)	(251.622)	2.786.913
NÃO CIRCULANTE				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	297.798	-	-	297.798
Tributos a compensar	820.843	(820.843)	-	-
Tributos e contribuições	-	40.767	-	40.767
Tributos diferidos	-	1.013.289	102.257	1.115.546
Ativo Financeiro de Concessões	-	354.784	-	354.784
Depósitos vinculados a litígios	200.520	-	-	200.520
Despesas pagas antecipadamente	37.779	-	(36.121)	1.658
Outros créditos	8.725	-	-	8.725
Investimentos	20.388	-	-	20.388
Imobilizado	4.319.087	(3.496.156)	777.637	1.600.568
Intangível	281.608	3.141.372	-	3.422.980
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	5.986.748	233.213	843.773	7.063.734
TOTAL DO ATIVO	9.360.159	(101.663)	592.151	9.850.647

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Publicado em 2009	Consolidado		Reapresentado 2009
		ADOÇÃO INICIAL IFRS Reclassificações	Ajustes	
PASSIVO CIRCULANTE				
Fornecedores	564.181	-	-	564.181
Folha de pagamento	3.338	-	-	3.338
Tributos	285.180	(285.180)	-	-
Tributos e contribuições	-	285.180	-	285.180
Empréstimos, financiamentos e encargos	197.150	-	-	197.150
Debêntures e encargos	96.412	-	-	96.412
Dividendos a pagar	432.340	-	(288.693)	143.647
Obrigações Estimadas	49.036	-	-	49.036
Encargos regulatórios	110.791	-	-	110.791
Contingências	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	95.044	-	-	95.044
Outros débitos	377.471	(101.663)	(39.780)	236.028
TOTAL DO CIRCULANTE	2.210.943	(101.663)	(328.473)	1.780.807
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos, financiamentos e encargos	1.006.204	-	-	1.006.204
Debêntures e encargos	1.165.759	-	-	1.165.759
Tributos	303.585	(303.585)	-	-
Tributos e contribuições	-	303.585	-	303.585
Tributos diferidos	-	-	301.230	301.230
Dividendos a pagar	-	-	-	-
Contingências	673.930	-	(4.577)	669.353
Benefícios pós-emprego	861.386	-	-	861.386
Outros débitos	251.298	-	(42.603)	208.695
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	4.262.162	-	254.050	4.516.212
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>				
Capital Social	2.225.822	-	-	2.225.822
Reservas de Capital				
Opções outorgadas reconhecidas	34.406	-	-	34.406
Ações em Tesouraria	(6.361)	-	-	(6.361)
Reservas de Lucro				
Reserva Legal	133.999	-	-	133.999
Retenção de Lucros	499.188	-	-	499.188
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	518.761	518.761
Lucros/Prejuízos acumulados	-	-	147.813	147.813
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.887.054	-	666.574	3.553.628
TOTAL DO PASSIVO	9.360.159	(101.663)	592.151	9.850.647

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009:

	Consolidado			
	Publicado	ADOÇÃO INICIAL IFRS		Reapresentado
	2009	Reclassificação	Ajustes	2009
RECEITA	8.641.045	-	613.585	9.254.630
CUSTO DA OPERAÇÃO	(3.208.739)	-	161.006	(3.047.733)
RECEITA LÍQUIDA	5.432.306	-	774.591	6.206.897
CUSTO DA OPERAÇÃO	(3.819.422)	-	(599.628)	(4.419.050)
LUCRO BRUTO	1.612.884	-	174.963	1.787.847
DESPESAS OPERACIONAIS	(736.994)	-	(5.012)	(742.006)
Despesas gerais e administrativas	(427.904)	-	-	(427.904)
Despesas com venda	(322.389)	-	-	(322.389)
Outras receitas operacionais	38.144	-	-	38.144
Outras despesas operacionais	(24.845)	-	(5.012)	(29.857)
LUCRO OPERACIONAL	875.890	-	169.951	1.045.841
RESULTADO FINANCEIRO	(70.663)	-	(14.266)	(84.929)
Receita	201.864		(15.119)	186.745
Despesa	(272.527)		853	(271.674)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	-	-	-	-
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	805.227	-	155.685	960.912
Imposto de renda e contribuição social corrente	(168.994)	-	-	(168.994)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(31.402)	-	(171.712)	(203.114)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	604.831	-	(16.027)	588.804

Quadro com efeito dos ajustes decorrentes da adoção dos CPCs emitidos, no Patrimônio Líquido de 01 de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009 e no Lucro Líquido de 2009, com notas explicativas dos mesmos:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2009	01/01/2009		31/12/2009	01/01/2009	
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
Saldo anterior à adoção das novas práticas	2.887.054	604.831	2.803.704	2.887.054	604.831	2.803.704
Investimento (*)	666.574	-	662.113	-	-	-
Equivalência patrimonial (*)	-	(16.027)	-	-	-	-
Dividendos acima do mínimo obrigatório (6)	-	-	-	288.693	-	268.205
Ativos e passivos regulatórios (1)	-	-	-	(205.095)	199.512	(404.607)
Valor justo como custo atribuído (4)	-	-	-	786.000	(42.754)	828.754
Gastos pré operacionais (9)	-	-	-	(8.364)	(934)	(7.430)
Outros (9)	-	-	-	4.312	(140)	4.452
IR e CS diferidos (5)	-	-	-	(198.972)	(171.711)	(27.261)
Total dos ajustes	666.574	(16.027)	662.113	666.574	(16.027)	662.113
Saldo após à adoção das novas práticas	3.553.628	588.804	3.465.817	3.553.628	588.804	3.465.817

(*) Efeito reflexo das controladas na controladora

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição dos principais ajustes decorrentes dos novos pronunciamentos contábeis que afetaram as demonstrações financeiras da Companhia:

- (1) Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis (CPC Estrutura Conceitual): Este pronunciamento estabelece, dentre outros conceitos, as bases para reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas.

As diferenças entre os valores estimados incluídos no cálculo da tarifa de energia elétrica e os efetivamente incorridos pela Companhia, reconhecidos antes da aplicação dos novos CPCs como ativos e passivos regulatórios não são, de acordo com esse pronunciamento, reconhecidos no balanço patrimonial por não atenderem à definição de ativos e/ou passivos. Como consequência, os saldos de ativos e passivos regulatórios contabilizados antes da data de adoção inicial dos novos CPC's foram reconhecidos contra lucros acumulados e no resultado dos exercícios de 2009 e 2010, de acordo com o período de competência.

- (2) CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: O objetivo deste pronunciamento é estabelecer a aplicação de critérios de reconhecimento e base de mensuração apropriadas às provisões, aos passivos, ativos contingentes, bem como a divulgação de informações suficientes nas notas explicativas. De acordo com o pronunciamento, o valor reconhecido como provisão deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente é o valor que a Companhia racionalmente pagaria para liquidar a obrigação na data do balanço ou para transferi-la para terceiros nesse momento.

Tendo em vista que os montantes reconhecidos na conta “Serviços Prestados” relativos aos gastos incorridos nos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e de Eficiência Energética (PEE) representam valores efetivamente desembolsados pela Companhia, reduzindo, portanto, o montante total restante que a Companhia deve despendar em gastos dessa natureza, tais montantes foram baixados contra a conta de provisão do passivo, de modo que os mesmos passem a representar apenas o montante total restante a ser despendido em PEE e em P&D.

- (3) CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: Este Pronunciamento tem como objetivo a definição da base para a apresentação das demonstrações contábeis e para assegurar a sua comparabilidade, tanto com as de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades. Nesse cenário, este Pronunciamento estabelece requisitos gerais para a apresentação das demonstrações contábeis, diretrizes para a sua estrutura e os requisitos mínimos para seu conteúdo.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos cujas expectativas de realização ocorrem nos doze meses seguintes à apresentação das demonstrações contábeis eram registrados no ativo circulante, conforme previsto na Instrução CVM 371/2002. Em observância ao CPC 26 estes impostos diferidos passaram a ser reconhecidos integralmente no ativo/passivo não circulante.

- (4) CPC 27 - Ativo Imobilizado: O objetivo do Pronunciamento é estabelecer o tratamento contábil para ativos imobilizados, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam discernir a informação sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados, bem como suas mutações. Os principais pontos a serem considerados na contabilização do ativo imobilizado são o reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e perdas por desvalorização a serem reconhecidas em relação aos mesmos.

Em atendimento à orientação prevista nos pronunciamentos relativos ao assunto, a controlada Light Energia adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado das usinas que apresentavam valor contábil substancialmente inferior ao seu valor justo. Este procedimento foi incentivado pelo CPC, através do ICPC 10 (Esclarecimentos sobre o CPC 27 e o CPC 28) e pela CVM e a Companhia entende que representa a adoção das melhores práticas de governança corporativa na elaboração de demonstrações financeiras. O ajuste a valor justo do ativo, no montante de R\$828.754 teve como contrapartida a conta do patrimônio líquido, denominada “Ajustes de avaliação patrimonial”, líquido do imposto de renda e contribuição social diferidos de R\$281.776. A depreciação sobre o referido ajuste não resultará em efeitos na base de apuração do imposto de renda e da contribuição social nem na base de distribuição de dividendos. A Companhia manteve as vidas úteis de seus ativos até então adotadas, uma vez que as mesmas são estimadas e definidas pela ANEEL e são praticadas pela indústria e aceitas pelo mercado como adequadas, procedimento este suportado pela OCPC 05 (Orientação sobre Contratos de Concessão).

- (5) CPC 32 – Tributos sobre o lucro: O objetivo do pronunciamento é prescrever o tratamento contábil para os tributos sobre o lucro. Trata dos ativos e passivos correntes e diferidos, relacionados à incidência de tributos sobre o lucro. Exige o reconhecimento de passivos fiscais diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis entre a base fiscal e a base contábil no balanço, exceto em alguns casos específicos. Para reconhecimento de diferenças temporárias dedutíveis entre a base fiscal e a base contábil no balanço, ou para o reconhecimento de prejuízos fiscais e créditos de tributos a compensar, o pronunciamento condiciona o reconhecimento à provável existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível e/ou o prejuízo a compensar possam ser realizados.

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em decorrência dos ajustes de adoção das normas internacionais gerarem impactos sobre o Patrimônio Líquido e Resultado anteriormente utilizados como base de cálculo dos tributos sobre o lucro, torna-se necessário o reconhecimento de Imposto de Renda Diferido (ativo ou passivo) na alíquota de 34% sobre os ajustes de IFRS/CPCs. Para fins das práticas contábeis adotadas pela Companhia (BR GAAP), estava reconhecida uma provisão para não recuperação de imposto de renda diferido ativo, cuja reversão ocorreu ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2009. No entanto, o mencionado ajuste deveria ter sido reconhecido em exercícios anteriores, motivo pelo qual houve reversão da receita contra lucros acumulados no exercício findo em 31 de dezembro de em 2009.

(6) ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos: O Pronunciamento prevê que o valor dos dividendos em montante acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei, ainda não aprovado em assembleia geral, deve ser apresentado e destacado no patrimônio líquido. Pela prática contábil anterior estes dividendos adicionais ao mínimo estatutário eram deduzidos do patrimônio líquido e reconhecidos no passivo.

(7) ICPC 01 – Contratos de Concessão: Essa Interpretação prevê que, uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, a infraestrutura de concessões (incluindo energia elétrica) não pode ser reconhecida como ativo imobilizado, passando a ser reconhecida de acordo com um dos modelos contábeis previstos na Interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, conforme contrato estabelecido entre as partes, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o modelo bifurcado.

Na distribuição de energia elétrica aplica-se o modelo bifurcado em virtude das empresas do segmento serem remuneradas (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão (ativo financeiro da concessão) e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica (ativo intangível).

(8) CPCs 38, 39 e 40 - Instrumentos Financeiros

Todas as normas e interpretações que estão em vigor e são aplicáveis para a Companhia foram adotadas em 2010, conforme abaixo:

- ✓ Alteração ao IFRS 7 Instrumentos Financeiros: O objetivo desta alteração é basicamente melhorar os requerimentos de divulgação. Isto aumenta os requerimentos para a divulgação de mensuração de valor justo, risco de

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

liquidez, risco de mercado, risco de crédito e qualquer outro risco significativo.

- ✓ Alteração ao IFRS 7 referente a hierarquia de valor justo: A alteração estabelece a divisão de hierarquia para valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro classificando como Nível 1. Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Além dos pontos acima descritos, a Companhia adequou suas Demonstrações Financeiras, para fins de divulgação, e passou a apresentar as seguintes informações:

- ✓ Lucro por ação, conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per share*), apresentado na Nota Explicativa nº 28;
- ✓ Informações por segmento, conforme requerido pelo CPC 22 e IFRS 8 (*Operating Segments*), apresentadas na Nota Explicativa nº 39.

- (9) Adicionalmente, ajustando a demonstração financeira na data de transição e em 31 de dezembro de 2009, a Companhia reclassificou, para melhor apresentação, os saldos de disponibilidade para apresentação como caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários e reconheceu ajuste de efeito de reversão de provisão sobre impostos diferidos no saldo de abertura.

- c) Reapresentação das ITRs de 2010, comparativamente com as de 2009 também ajustadas às normas de 2010.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 656, de 25 de janeiro de 2011 a Companhia apresenta abaixo os efeitos no resultado e no patrimônio líquido dos trimestres findos em 31/03/2009, 30/06/2009, 30/09/2009, 31/03/2010, 30/06/2010 e 30/09/2010, decorrentes da plena adoção das normas de 2010.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora				Consolidado			
	31/03/2010		31/03/2009		31/03/2010		31/03/2009	
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
Saldo anterior à adoção das novas práticas	2.995.361	120.550	2.981.969	168.288	2.995.361	120.550	2.981.969	168.288
Gastos pré operacionais	-	-	-	-	(8.519)	(153)	(7.734)	(304)
Investimento	479.260	-	298.907	-	-	-	-	-
Ativos e passivos regulatórios	-	-	-	-	(37.660)	167.435	(354.477)	50.130
Valor justo como custo atribuído	-	-	-	-	776.720	(9.280)	819.085	(9.669)
Equivalência patrimonial	-	104.229	-	26.400	-	-	-	-
IR e CS diferidos	-	-	-	-	(251.280)	(53.773)	(157.967)	(13.757)
	479.260	104.229	298.907	26.400	479.260	104.229	298.907	26.400
Saldo após à adoção das novas práticas	3.474.621	224.779	3.280.876	194.688	3.474.621	224.779	3.280.876	194.688

	Controladora				Consolidado			
	30/06/2010		30/06/2009		30/06/2010		30/06/2009	
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
Saldo anterior à adoção das novas práticas	3.093.636	218.825	3.113.477	289.725	3.093.636	218.825	3.113.477	289.725
Gastos pré operacionais	-	-	-	-	(8.696)	(330)	(7.924)	(494)
Investimento	518.638	-	347.663	-	-	-	-	-
Ativos e passivos regulatórios	-	-	-	-	31.792	236.887	(270.648)	133.959
Valor justo como custo atribuído	-	-	-	-	767.199	(18.801)	809.416	(19.338)
Equivalência patrimonial	-	143.607	-	75.156	-	-	-	-
IR e CS diferidos	-	-	-	-	(271.657)	(74.149)	(183.181)	(38.971)
	518.638	143.607	347.663	75.156	518.638	143.607	347.663	75.156
Saldo após à adoção das novas práticas	3.612.274	362.432	3.461.140	364.881	3.612.274	362.432	3.461.140	364.881

	Controladora				Consolidado			
	30/09/2010		30/09/2009		30/09/2010		30/09/2009	
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
Saldo anterior à adoção das novas práticas	2.861.911	350.102	3.191.030	357.115	2.861.911	350.102	3.191.030	357.115
Gastos pré operacionais	-	-	-	-	(8.839)	(472)	(8.006)	(575)
Investimento	548.323	-	352.897	-	-	-	-	-
Ativos e passivos regulatórios	-	-	-	-	86.267	291.362	(252.925)	151.682
Valor justo como custo atribuído	-	-	-	-	757.918	(28.082)	799.747	(29.007)
Equivalência patrimonial	-	173.292	-	80.390	-	-	-	-
IR e CS diferidos	-	-	-	-	(287.023)	(89.515)	(185.919)	(41.710)
	548.323	173.292	352.897	80.390	548.323	173.292	352.897	80.390
Saldo após à adoção das novas práticas	3.410.234	523.394	3.543.927	437.505	3.410.234	523.394	3.543.927	437.505

Sobre essas informações foram aplicados, pelos auditores independentes, os procedimentos de revisão especial de acordo com os requerimentos da CVM para Informações Trimestrais (NPA 06 do IBRACON), não tendo sido, portanto, auditadas.

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas IFRS e normas CPC.

a) Instrumentos financeiros:

Todos os instrumentos financeiros foram reconhecidos no balanço da Companhia, tanto no ativo quanto no passivo, e são mensurados inicialmente pelo valor justo quando aplicável e após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação.

Ativos financeiros não derivativos - Incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, concessionárias e permissionárias, ativo financeiro da concessão e outros créditos. Os recebíveis e o ativo financeiro de concessões são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais perdas no valor recuperável, quando aplicável, e acrescidos pelos custos de transação diretamente atribuíveis. As aplicações financeiras são mensuradas ao valor justo por meio de resultado.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidas como um ativo ou passivo individual.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado - Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a sua gestão de riscos e sua estratégia de investimentos. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Empréstimos e recebíveis - São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa - Incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, vencíveis até 3 meses da data da aplicação e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

- ✓ Passivos financeiros não derivativos - A Companhia reconhece passivos inicialmente na data em que são originados. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures e fornecedores. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

- ✓ Instrumentos financeiros derivativos - A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

- b) Concessionárias e permissionárias (Clientes) - Incluem o suprimento da energia elétrica, faturado e a faturar, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).
- c) Estoques (inclusive do ativo imobilizado) - Os materiais em estoques, classificados no Ativo Circulante (almoxarifado de manutenção e

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

administrativo) e aqueles destinados a investimentos, classificados no Ativo Não Circulante – Imobilizado (depósito de obras), estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

- d) Ativo Financeiro de Concessões - A controlada Light SESA registrou um ativo financeiro a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor dos ativos em serviços pertencentes à concessão, mensurados ao custo histórico, e que serão reversíveis no final da concessão. Estes ativos são mantidos ao custo amortizado e são remunerados, via tarifa, pela taxa média de remuneração do investimento, representado pelo custo de capital (WACC regulatório), estipulado pela ANEEL, sendo o valor mensalmente reconhecido como receita financeira no grupo de receitas operacionais, em linha com o OCPC 05.
- e) Investimentos - As demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Combinação de Negócios

Aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2009 ou após essa data

Para aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2009 ou após essa data, a Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida, incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não-controladora na companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (geralmente o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. Quando o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente na demonstração de resultados.

Para cada combinação de negócios a Companhia escolhe se irá mensurar a participação não-controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional da participação não-controladora sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais a Companhia incorre com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

Aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2008

Como parte da transição para o IFRS e CPCs, a Companhia optou por não reapresentar as combinações de negócio anteriores a 1º de janeiro de 2008. Com relação a aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009 o ágio representa o montante reconhecido sob as práticas contábeis anteriormente adotadas.

f) Ativo imobilizado

São registrados nesta rubrica apenas os ativos tangíveis não vinculados à infraestrutura da concessão.

- ✓ Reconhecimento e mensuração - São mensurados ao custo de aquisição, formação ou construção, corrigido monetariamente até 1995, deduzido da depreciação acumulada. Juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado. As taxas médias anuais de depreciação estão demonstradas na Nota 14.

Conforme a orientação prevista no CPC 27, que trata de ativo imobilizado, e a interpretação ICPC10, a controlada Light Energia adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado das usinas que apresentavam valor contábil substancialmente inferior ao seu valor justo. Os demais bens do ativo imobilizado foram mantidos ao custo histórico, ou por estarem em construção ou por atenderem aos requisitos de imobilização previstos no CPC 27 e na opinião da Administração, estarem em linha com seus valores justos.

- ✓ Depreciação - É calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pela indústria e aceitas pelo mercado como adequadas.

g) Ativo intangível

- ✓ Pesquisa e Desenvolvimento - Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando a produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia e suas controladas tiverem a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo nos ativos qualificáveis para os quais a data de início da capitalização é 1º de janeiro de 2009 ou posterior. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

- ✓ Ativos de infraestrutura vinculados à concessão - A controlada Light SESA reconhece um ativo intangível resultante do contrato de concessão de serviços quando tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo, na data de reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimos capitalizados, sendo os custos deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.
- ✓ Outros ativos intangíveis - Outros ativos intangíveis que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.
- ✓ Gastos subsequentes - Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.
- ✓ Amortização - É calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviço é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar aos consumidores público pelo uso da infra-estrutura até o final do período da concessão. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

h) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

- ✓ Ativos financeiros (incluindo recebíveis) - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas que não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas, face as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Administração não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução dos ativos financeiros ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2010 e 2009, exceto pela provisão para devedores duvidosos.

- ✓ Ativos não financeiros - Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam entradas de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

i) Benefícios a empregados

- ✓ Planos de contribuição definida - Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.
- ✓ Planos de benefício definido - A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Os custos de patrocínio do plano de pensão e eventuais déficits do plano são reconhecidos pelo regime de competência e em conformidade à Deliberação CVM nº 600/09, baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidos no resultado do exercício.

- ✓ Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados - são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.
- ✓ Benefícios de término de vínculo empregatício - Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária,

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

seja provável que a oferta será aceita, e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável.

- ✓ Participação nos Lucros e Resultados – A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não constituída.
- ✓ Transações de pagamento baseado em ações - O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações é reconhecido na data de outorga, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

O valor justo do valor a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre valorização de ações, que são liquidáveis em caixa, é reconhecido como despesa com o correspondente aumento nos passivos, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é mensurado novamente a cada data de apresentação das demonstrações financeiras e na data de liquidação. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas como despesas com pessoal no resultado.

- j) Imposto de renda e contribuição social – O imposto de renda e a contribuição social do exercício, corrente e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme previsto na Lei nº 11.941/09, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição (RTT) de apuração do lucro real, de modo que as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não têm efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica sujeita ao RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

- k) Fornecedores - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

Inicialmente são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

- l) Empréstimos - Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

- m) Provisões - Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Uma provisão para contingência é constituída mediante avaliação e quantificação das ações, cuja probabilidade de perda é considerada provável na opinião da Administração e de seus assessores legais.
- n) Registro das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE – O custo da energia comprada e as receitas de suprimento estão reconhecidos pelo regime de competência, com base em informações divulgadas pela CCEE, responsável pela apuração dos valores e quantidades de compras e vendas realizadas no âmbito desta, ou por estimativa da Administração, quando essas informações não estão disponíveis.
- o) Capital Social - Ações ordinárias - São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.
- p) Reconhecimento de receitas - A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a mesma.
 - ✓ Receita de venda de energia - é reconhecida quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia e o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade. O faturamento de energia comercializada é efetuado mensalmente pelo suprimento de energia elétrica, conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).
 - ✓ Receita de serviços - A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- ✓ Receita de Construção - A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A controlada Light SESA contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da controlada é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim; e (iii) a controlada terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é registrada no resultado, como custo de construção.
- q) Receitas e despesas financeiras – Incluem juros, variações monetárias e cambiais incidentes sobre direitos e obrigações, sujeitos à atualização monetária até a data do balanço. Os ativos e passivos em moeda estrangeira são convertidos para reais em função da taxa de câmbio reportada pelo Banco Central do Brasil, na data do balanço.
- r) Resultado por ação - O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.
- s) Demonstração por valor adicionado A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.
- t) Moeda estrangeira - Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

- u) Informações por segmento - Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

- v) Distribuição de dividendos - A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembléia Geral.
- w) Normas e interpretações ainda não adotadas - Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, sendo essas:

- ✓ *Improvements to IFRS 2010.*
- ✓ *IFRS 9 Financial Instruments.*
- ✓ *Prepayment of a minimum fund requirement (Amendment to IFRIC 14).*
- ✓ *Amendments to IAS 32 Classification of rights issues.*

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos dos IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

Uma vez que não adotou essas normas de forma antecipada, a Companhia ainda não avaliou os possíveis efeitos das mesmas em suas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**5. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO:**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Light S.A. e suas controladas diretas e em conjunto, a seguir relacionadas:

	Percentual de participação	
	2010 (%)	2009 (%)
Light Serviços de Eletricidade S.A.	100	100
Light Energia S.A.	100	100
Light Esco Prestação de Serviços S.A.	100	100
Lightcom Comercializadora de Energia S.A.	100	-
Light Hidro Ltda.	100	100
Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social	100	100
Itaocara Energia Ltda.	100	100
Lightger S.A.	51	100
Axxiom Soluções Tecnológicas S.A.	51	-

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da investidora na Companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Numerário disponível	386	2.557	50	36.028	27.139	41.029
Aplicações Financeiras de liquidez imediata						
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	37.909	12.027	40.206	478.081	733.174	507.954
Total	38.295	14.584	40.256	514.109	760.313	548.983

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, garantia de recompra diária pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Estes papéis, são representados por Certificado de Depósito Bancário (CDB), no montante de R\$11.122 (R\$ 68.059 em 2009 e R\$41.143 em 2008), estão vinculados como contraparte das garantias oferecidas para participação em leilões de energia e valores provenientes de venda de ativos que ficam retidos para re-investimentos na rede elétrica ou tem seus vencimentos superiores a 3 meses.

8. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E CLIENTES

	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CIRCULANTE			
Fornecimento faturado	1.912.492	1.678.167	1.729.885
Fornecimento não faturado	277.339	286.170	260.361
Parcelamento de débitos (a)	154.896	153.421	140.874
Outras contas a receber	489	-	-
	2.345.216	2.117.758	2.131.120
Comercialização no âmbito da CCEE	5.546	1.001	613
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	46.444	54.946	52.412
	51.990	55.947	53.025
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (b)	(1.058.502)	(817.851)	(901.290)
	1.338.704	1.355.854	1.282.855
NÃO CIRCULANTE			
Parcelamento de débitos (a)	276.092	297.798	292.594
Outras contas a receber	20.169	-	-
	296.261	297.798	292.594

- a) Os saldos de parcelamentos de débitos encontram-se ajustados a valor presente, quando aplicável, conforme Lei nº 11.638/07. O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação relevante de renegociação de dívida dos consumidores (parcelamento de débitos), com base na taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação, sendo em média 1% a.m..

O saldo inclui o valor presente dos contratos de parcelamentos, com cláusulas de opções de antecipações de parcelas, as quais se exercidas, garantem ao cliente um

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO DE APOIO À REFORMA DO REGIME DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

desconto no pagamento. No exercício de 2011 estima-se que serão exercidas opções no montante aproximado de R\$21.007.

- b) Provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos e está em conformidade com as instruções da ANEEL a seguir resumidas:

Clientes com débitos relevantes (grandes clientes):

- Análise individual de saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais – vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais – vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poder público, iluminação pública, serviços públicos e outros – vencidos há mais de 360 dias.

Os saldos vencidos e a vencer relativos ao fornecimento faturado de energia elétrica e ao parcelamento de débitos estão distribuídos da seguinte forma:

Fornecimento Faturado e Parcelamento	Saldos a vencer	Saldos vencidos		TOTAL			PCLD		
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Residencial	240.927	160.278	807.486	1.208.691	1.053.757	1.081.768	(786.940)	(565.483)	(743.636)
Industrial	26.905	11.516	163.843	202.264	216.120	241.717	(39.993)	(37.774)	(32.604)
Comercial	144.495	40.629	300.284	485.408	377.087	347.212	(223.836)	(205.948)	(114.031)
Rural	671	269	628	1.568	1.437	1.387	(499)	(431)	(286)
Poder Público	42.579	17.174	112.970	172.723	160.921	141.857	(4.919)	(5.224)	(6.481)
Iluminação Pública	4.651	2.844	32.171	39.666	41.045	51.028	(1.635)	(2.088)	(2.718)
Serviço Público	220.761	1.263	11.136	233.160	279.019	298.384	(546)	(766)	(1.400)
Total - Circulante e Não Circulante	680.989	233.973	1.428.518	2.343.480	2.129.386	2.163.353	(1.058.368)	(817.715)	(901.156)

No exercício de 2010 foram efetuadas baixas de clientes incobráveis no montante de R\$14.133 (R\$217.391 no exercício de 2009).

9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora					
	Ativo			Passivo		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CIRCULANTE						
Créditos fiscais – IRPJ e CSLL (a)	1.080	703	284	-	-	-
IRRF a pagar	-	-	-	1	-	-
ICMS a pagar	-	-	-	13	-	-
Antecipação de IRPJ / CSLL	-	71	-	-	-	-
Outros	-	-	-	17	53	10
TOTAL	1.080	774	284	31	53	10

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado					
	Ativo			Passivo		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CIRCULANTE						
Créditos fiscais – IRPJ e CSLL (a)	6.838	102.073	107.818	-	-	-
IRRF a compensar	-	11.522	11.522	-	-	-
IRRF a pagar	-	-	-	523	2	2
ICMS a compensar	80.080	109.704	123.440	-	-	-
ICMS a pagar	-	-	-	23.833	5.561	15.166
Parcelamento - Lei 11.941/09 (b)	-	-	-	21.633	21.684	10.973
PIS/COFINS a compensar (c)	17.935	6.634	103.945	-	-	-
PIS/COFINS a pagar	-	-	-	61.234	57.420	51.112
Antecipação de IRPJ / CSLL	156.795	181.364	204.552	-	-	-
Provisão de IRPJ / CSLL	-	-	-	230.408	188.835	143.394
Outros	17.237	31.371	14.734	12.538	11.678	9.814
TOTAL	278.885	442.668	566.011	350.169	285.180	230.461
NÃO CIRCULANTE						
Parcelamento - PAES	-	-	-	-	-	38.406
Parcelamento - Lei 11.941/09 (b)	-	-	-	177.699	303.585	-
IRPJ e CSLL – Lucros no exterior não realizados	-	-	-	-	-	286.337
ICMS a compensar	57.908	40.767	72.807	-	-	-
TOTAL	57.908	40.767	72.807	177.699	303.585	324.743

- a) O saldo refere-se a créditos fiscais originados de saldos negativos a compensar provenientes de retenções de aplicações financeiras e órgãos públicos, no montante de R\$5.743, bem como de créditos de antecipação de IR/CS do exercício de 2009, no montante de R\$1.095. A variação de valor, no exercício, decorre da atualização feita pela taxa SELIC no montante de R\$16.778, juntamente com a constituição de novos créditos no montante de R\$172.200, líquido de compensações no exercício, no montante de R\$284.213.

Novo REFIS (Lei nº 11.941/09) – A Light vêm procedendo aos pagamentos mínimos de cem reais mensais conforme disposição legal, acrescidos do pagamento das parcelas oriundas da migração do PAES – Previdenciário (REFIS II), no valor consolidado anual de R\$7.010. O saldo do parcelamento está atualizado pela SELIC e o montante de atualização registrado no exercício é de R\$16.908.

PASSIVO	Dívida total incluída no REFIS	Compensação Multa e Juros (prejuízo fiscais)	Montante Parcelado Lei nº 11.941/09	Atualizações e Pagamentos em 2009	Saldos em 31/12/2009	Desistência/ Reversão	Atualizações e Pagamentos em 2010	Saldos em 31/12/2010
PAES Previdenciário	(33.503)	16.706	(16.797)	1.005	(15.792)	-	5.865	(9.927)
COFINS 1%	(206.970)	106.853	(100.117)	(1.001)	(101.118)	-	(9.180)	(110.298)
IRPJ e CSLL LIR/LOI	(173.202)	47.542	(125.660)	(1.258)	(126.918)	126.918	-	-
IRPJ comp. não homologada (LIR/LOI)	(10.602)	3.590	(7.012)	(70)	(7.082)	-	(643)	(7.725)
COFINS comp. não homologada (LIR/LOI)	(19.626)	6.926	(12.700)	(127)	(12.827)	-	(1.164)	(13.991)
CSLL comp. não homologada (LIR/LOI)	(3.982)	1.349	(2.633)	(26)	(2.659)	-	(242)	(2.901)
CSLL (dedução JCP)	(19.332)	12.797	(6.535)	(65)	(6.600)	-	(600)	(7.200)
CSLL (exigibilidade suspensa)	(17.606)	5.478	(12.128)	(121)	(12.249)	8.917	(302)	(3.634)
CPMF (câmbio simbólico)	(5.314)	1.745	(3.569)	(36)	(3.605)	-	(327)	(3.932)
IRPJ / CSLL Lei nº 8.200/91	(38.176)	26.923	(11.253)	(112)	(11.365)	-	(1.032)	(12.397)
INSS trimestralidade	(46.011)	25.779	(20.232)	(202)	(20.434)	-	(1.854)	(22.288)
INSS solidariedade	(706)	374	(332)	(3)	(335)	-	(31)	(366)
IRPJ (detência espontânea)	(5.173)	2.781	(2.392)	(24)	(2.416)	-	(218)	(2.634)
CSLL (exigibilidade suspensa)	(5.435)	3.585	(1.850)	(18)	(1.868)	-	(170)	(2.038)
	(585.639)	262.428	(323.211)	(2.058)	(325.269)	135.835	(9.898)	(199.332)

Considerando que o pedido de desistência parcial do mandado de segurança nº 2003.51.01.005514-8, no tocante a tese do momento da tributação (Regime de Caixa x Regime de Competência) do resultado das empresas LIR e LOI, não foi aceito nem pela Fazenda Nacional nem pelo Juízo da causa, a Companhia optou pela desistência total do referido processo. Desta forma, a Light SESA recalculou o lucro no exterior pelo método de equivalência patrimonial de 2002 até 2007 (período do REFIS), pelo

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.	03.378.521/0001-75
--------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

regime de competência, aproveitando-se o saldo de prejuízo fiscal acumulado nesse período para quitação do IR/CS incidentes sobre esse resultado, o que culminou com a sua plena quitação. Consequentemente, a variação do saldo do REFIS no exercício explica-se pela exclusão do valor anteriormente incluído no REFIS, referente ao débito da tese do lucro no exterior, no montante atualizado de R\$135.835, além do valor pago ao PAES – Previdenciário descrito anteriormente.

Débitos por grupo de tributos parcelados:

	Saldos em 31/12/2009	Reversão	Atualização monetária 2010	Saldos em 31/12/2010
RECEITA FEDERAL DO BRASIL				
OUTROS TRIBUTOS	(284.425)	135.835	(13.490)	(162.079)
PREVIDENCIÁRIOS (PAES)	(15.792)	-	5.865	(9.927)
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)				
OUTROS TRIBUTOS	(4.283)	-	(388)	(4.671)
PREVIDENCIÁRIOS	(20.769)	-	(1.885)	(22.654)
	<u>(325.269)</u>	<u>135.835</u>	<u>(9.898)</u>	<u>(199.332)</u>

- b) O saldo do PIS e COFINS a compensar refere-se às contribuições retidas por órgãos públicos e prestação de serviços.

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

	Consolidado					
	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
ATIVO						
Imposto de Renda						
Prejuízos Fiscais	844.992	211.248	1.385.458	346.365	2.169.381	542.345
Diferenças Temporárias	1.786.984	446.746	1.917.214	479.304	2.557.953	639.488
Contribuição Social						
Base Negativa	893.800	80.442	1.303.657	117.329	2.537.064	228.336
Diferenças Temporárias	1.786.984	160.829	1.917.214	172.549	2.343.716	210.934
Total		<u>899.265</u>		<u>1.115.546</u>		<u>1.621.104</u>

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.	03.378.521/0001-75
--------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado					
	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
PASSIVO						
Imposto de Renda						
Diferenças Temporárias	811.043	202.761	885.972	221.493	1.003.271	250.819
Contribuição Social						
Diferenças Temporárias	811.043	72.994	885.972	79.737	1.003.271	90.294
Total		<u>275.755</u>		<u>301.230</u>		<u>341.113</u>

Para fundamentar os créditos fiscais diferidos, a Companhia atualizou, já considerando as realizações até dezembro de 2010, o estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração e apreciado pelo Conselho Fiscal, o qual está baseado nas projeções elaboradas em 2010 e aprovadas pelo Conselho de Administração. O estudo de viabilidade indica a recuperação do saldo em até 5 anos. A seguir, são apresentados os montantes deste ativo fiscal diferido por ano de realização estimado.

ATIVO

2011	211.602
2012	217.625
2013	194.819
2014	264.590
2015	<u>10.629</u>
Total – Light S.A. e Controladas	<u>899.265</u>

A composição da base de cálculo das diferenças temporárias é:

	Consolidado					
	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	IR	CSLL	IR	CSLL	IR	CSLL
ATIVO						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.051.462	1.051.462	808.427	808.427	885.065	885.065
Provisão para participação nos lucros e resultados	19.270	19.270	26.223	26.223	33.200	33.200
Provisões para contingências trabalhistas	169.886	169.886	256.734	256.734	164.725	164.725
Provisões para contingências fiscais	167.657	167.657	163.654	163.654	279.212	279.212
Provisões para contingências cíveis	196.095	196.095	179.490	179.490	456.887	242.650
Impactos provenientes da adoção dos novos CPCs	34.754	34.754	357.602	357.602	574.676	574.676
Outras provisões	147.860	147.860	125.084	125.084	164.188	164.188
TOTAL - ATIVO	<u>1.786.984</u>	<u>1.786.984</u>	<u>1.917.214</u>	<u>1.917.214</u>	<u>2.557.953</u>	<u>2.343.716</u>
PASSIVO						
Custo atribuído Light Energia	748.637	748.637	786.000	786.000	828.754	828.754
Outras provisões	62.406	62.406	99.972	99.972	174.517	174.517
	<u>811.043</u>	<u>811.043</u>	<u>885.972</u>	<u>885.972</u>	<u>1.003.271</u>	<u>1.003.271</u>

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Conciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para imposto de renda e contribuição social:

	Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR)	922.619	960.912
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas pela legislação vigente	(313.690)	(326.710)
Efeito de imposto de renda e contribuição social s/ as adições e exclusões permanentes	(14.905)	109.409
Efeito de imposto de renda e contribuição social s/ equivalência patrimonial	-	(87.463)
Efeito de IR/CS da tributação de off shore	(25.341)	(52.582)
Créditos fiscais diferidos não reconhecidos CVM nº 371/02 - Light S.A.	(1.541)	(18.863)
Incentivos Fiscais	7.887	4.126
Outros	121	86
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(347.469)	(371.997)
IRPJ e CSLL corrente no resultado	(103.482)	(168.994)
IRPJ e CSLL diferido no resultado	(243.987)	(203.114)
	(347.469)	(372.108)

11. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a controlada Light Serviços de Eletricidade S.A (Concessionária - Operador), respectivamente, regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da controlada, a Administração entende que estão atendidas as

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo:

- a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão, líquida de obrigações especiais classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro, líquida de obrigações especiais, classificada como ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da controlada é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- a) Uma parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e
- b) Outra parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem este delegar essa tarefa.

A Administração estima que a indenização do ativo financeiro de concessões será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a infraestrutura da concessão reversível, apurado com base no custo de aquisição/ construção, deduzido das obrigações especiais, ainda não amortizado, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido e foi determinada, na data de transição, conforme demonstrado a seguir:

	Imobilizado	Intangível	Ativo Indenizável (Concessão)
Saldo original publicado em 1º de janeiro de 2009	3.459.072	162.135	-
Bifurcação da obrigação especial	(157.302)	(97.571)	(59.731)
Bifurcação do ativo imobilizado e intangível de acordo com o ICPC 01	(3.133.601)	3.084.245	363.960
Saldos reapresentados de acordo com o ICPC 01 - Light SESA	168.169	3.148.809	304.229
Saldos controladas	1.421.610	118.823	-
Saldos reapresentados de acordo com o ICPC 01 - Consolidado	1.589.779	3.267.632	304.229

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (Concessão) está assim apresentada:

Saldo em 1º de janeiro de 2009	304.229
Adições	51.743
Baixas	(1.188)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	354.784
Adições	114.375
Baixas	(129)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	469.030

12. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CIRCULANTE						
Adiantamento a Fornecedores e Empregados	18	31	30	38.065	20.395	11.835
Aluguéis de Imóveis	-	-	-	302	425	113
Contas a receber de alienação de imóveis	-	-	-	12.130	-	-
Contribuição Iluminação Pública	-	-	-	48.399	25.119	25.740
Dispêndios a Reembolsar	-	-	-	8.111	10.779	13.360
Subvenção Baixa Renda (a)	-	-	-	19.584	15.256	49.926
Outros Valores a Receber - ILP	-	18.634	-	-	18.634	-
Outros	23.842	1.547	137	26.382	6.642	5.695
Total	23.860	20.212	167	152.973	97.250	106.669
NÃO CIRCULANTE						
Bens e Direitos Destinados a Alienação	-	-	-	7.226	7.229	11.597
Energia - Outros	-	-	-	-	-	13.329
Outros	-	-	-	639	1.496	1.494
Total	-	-	-	7.865	8.725	26.420

- a) Do montante registrado, R\$5.489 (R\$3.373 em 31 de dezembro de 2009) foram homologados pela ANEEL em fevereiro de 2011, porém encontram-se pendentes de recebimento, e R\$14.095 (R\$11.883 em 31 de dezembro de 2009) estão em fase de homologação.

13. INVESTIMENTOS

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Avaliados por equivalência patrimonial:						
Light SESA	2.442.433	2.699.254	2.716.401	-	-	-
Light Energia S.A.	815.593	747.962	690.032	-	-	-
Light Esco Prestação de Serviços S.A.	37.787	27.825	17.042	-	-	-
Lightger S.A. (a)	36.767	25.772	(425)	-	-	-
LightCom	2.733	-	-	-	-	-
Itaocara Energia (a)	16.067	11.115	(2.867)	-	-	-
Axdiom Soluções Tecnológicas S.A.	2.304	-	-	-	-	-
Lighthidro Ltda (a)	50	50	50	-	-	-
Subtotal	3.353.734	3.511.978	3.420.233	-	-	-
Ágio por rentabilidade futura	2.034	-	-	-	-	-
Outros Investimentos permanentes	1.020	1.169	1.533	17.586	20.388	13.615
SubTotal	3.054	1.169	1.533	17.586	20.388	13.615
Total	3.356.788	3.513.147	3.421.766	17.586	20.388	13.615

- (a) Empresa em fase pré-operacional

Notas Explicativas

Serviço Público Federal
MISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**INFORMAÇÕES SOBRE AS COMPANHIAS CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO**

31/12/2010	Participação no capital (%)	Capital social integralizado	Patrimônio líquido	Dividendos a receber	Dividendos recebidos	Lucro / Prejuízo do exercício	Total Ativo
Light SESA	100	2.082.365	2.442.433	(23.346)	(89.544)	475.316	8.037.865
Light Energia	100	77.422	815.593	(21.066)	-	88.697	1.538.389
Light Esco	100	7.584	37.787	(3.102)	-	13.064	68.161
LightCom	100	1.000	2.733	(540)	-	2.273	18.831
Light Hidro	100	50	50	-	-	-	67
Instituto Light	100	300	-	-	-	-	2
Itaocara Energia	100	22.294	16.067	-	-	(47)	145.003
Light Ger	51	35.743	36.767	-	-	13	48.819
Axxiom	51	3.672	2.304	-	-	78	4.216

31/12/2009	Participação no capital (%)	Capital social integralizado	Patrimônio líquido	Dividendos a receber	Dividendos recebidos	Dividendos Adicionais Pagos	Lucro do exercício	Total Ativo
Light SESA	100	2.082.365	2.699.254	(125.510)	(481.564)	(169.729)	541.589	8.419.932
Light Energia	100	77.422	747.962	(26.833)	(18.074)	-	84.763	1.616.010
Light Esco	100	7.584	27.825	(3.358)	-	-	14.141	58.753
Light Hidro	100	50	50	-	-	-	-	69
Instituto Light	100	300	-	-	-	-	-	2
Itaocara Energia	100	17.294	11.115	-	-	-	(617)	129.530
Light Ger	100	23.791	25.772	-	-	-	4.406	32.905

01/01/2009	Participação no capital (%)	Capital social integralizado	Patrimônio líquido	Dividendos a receber	Dividendos recebidos	Lucro do exercício	Total Ativo
Light SESA	100	2.082.362	2.716.401	(218.064)	(350.766)	918.164	8.679.914
Light Energia	100	77.422	690.032	(18.074)	(41.387)	76.101	1.547.093
Light Esco	100	7.584	17.042	-	-	6.280	42.933
Light Hidro	100	50	50	-	-	-	53
Instituto Light	100	300	-	-	-	-	-
Itaocara Energia	100	2.697	(2.867)	-	-	-	126.583
Light Ger	100	2.000	(425)	-	-	-	17.556

MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NAS CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO

	01/01/2009	31/12/2009	Aumento de capital	Alienação de Participação	Dividendos recebidos	Dividendos a receber	Outros	Equivalência Patrimonial	31/12/2010
Light SESA	2.716.401	2.699.254	-	-	(708.791)	(23.346)	-	475.316	2.442.433
Light Energia	690.032	747.962	-	-	-	(21.066)	-	88.697	815.593
Light Esco	17.042	27.825	-	-	-	(3.102)	-	13.064	37.787
LightCom	-	-	1.000	-	-	(540)	-	2.273	2.733
Light Ger	(425)	25.772	37.892	(28.851)	-	-	1.941	13	36.767
Light Hidro	50	50	-	-	-	-	-	-	50
Instituto Light	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itaocara Energia	(2.867)	11.115	5.000	-	-	-	(1)	(47)	16.067
Axxiom	-	-	3.672	-	-	-	(1.446)	78	2.304

	01/01/2009	Aumento de capital	Dividendos recebidos	Dividendos a receber	Equivalência Patrimonial	31/12/2009
Light SESA	2.716.401	3	(169.729)	(389.010)	541.589	2.699.254
Light Energia	690.032	-	-	(26.833)	84.763	747.962
Light Esco	17.042	-	-	(3.358)	14.141	27.825
Light Ger	(425)	21.791	-	-	4.406	25.772
Light Hidro	50	-	-	-	-	50
Itaocara Energia	(2.866)	14.597	-	-	(616)	11.115

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**14. ATIVO IMOBILIZADO**

	Consolidado				
	31/12/2010			31/12/2009	01/01/2009
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Geração	2.662.063	(1.436.442)	1.225.621	1.281.715	1.341.295
Transmissão	57.601	(41.504)	16.097	16.770	17.455
Distribuição	47.479	(36.907)	10.572	15.336	22.542
Administração	240.265	(166.885)	73.380	91.141	103.423
Comercialização	9.785	(7.519)	2.266	2.305	3.479
Em Serviço	3.017.193	(1.689.257)	1.327.936	1.407.267	1.488.194
Geração	185.964		185.964	112.751	57.266
Administração	114.993		114.993	80.550	44.319
Em Curso	300.957	-	300.957	193.301	101.585
Total	3.318.150	(1.689.257)	1.628.893	1.600.568	1.589.779

Segue abaixo a mutação do ativo imobilizado:

	Consolidado				
	Saldos em 31/12/2009	Adições	Baixas	Transferências entre contas	Saldos em 31/12/2010
IMOBILIZAÇÕES EM SERVIÇO					
Custo					
Terrenos	105.803	-	(777)	-	105.026
Reservatório, barragens e adutoras	1.247.913	4.121	(1.331)	-	1.250.703
Edificações, obras civis e benfeitorias	271.021	222	(15.289)	-	255.954
Máquinas e equipamentos	1.240.560	6.789	(1.403)	-	1.245.946
Veículos	32.497	65	(71)	-	32.491
Móveis e utensílios	127.130	894	(951)	-	127.073
Total da Imobilização em Serviço - Custo	3.024.924	12.091	(19.822)	-	3.017.193
(-) Depreciação		(12.091)			
Reservatório, barragens e adutoras	(734.988)	(22.524)	1.331	-	(756.181)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(147.937)	(7.853)	6.214	-	(149.576)
Máquinas e equipamentos	(616.922)	(37.738)	576	-	(654.084)
Veículos	(24.857)	(3.114)	73	-	(27.898)
Móveis e utensílios	(92.953)	(9.485)	920	-	(101.518)
Total da Imobilização em Serviço Depreciação	(1.617.657)	(80.714)	9.114	-	(1.689.257)
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO					
Reservatório, barragens e adutoras	43.416	34.198	-	-	77.614
Edificações, obras civis e benfeitorias	29.866	14.645	-	-	44.511
Máquinas e equipamentos	81.300	51.364	-	(13.874)	118.790
Veículos	7.497	2.623	-	(65)	10.055
Móveis e utensílios	14.530	2.081	-	(3.022)	13.589
Estudos e Projetos	16.692	20.481	(775)	-	36.398
Total da Imobilização em Curso	193.301	125.392	(775)	(16.961)	300.957
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO	1.600.568	56.769	(11.483)	(16.961)	1.628.893

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado				
	Saldos em 01/01/2009	Adições	Baixas	Transferências entre contas	Saldos em 31/12/2009
IMOBILIZAÇÕES EM SERVIÇO					
Custo					
Terreno	105.803	-	-	-	105.803
Reservatorio, barragens e adutoras	1.247.913	-	-	-	1.247.913
Edificações, obras civis e benfeitorias	271.950	-	(929)	-	271.021
Máquinas e equipamentos	1.248.149	12.649	(20.238)	-	1.240.560
Veículos	36.732	-	(4.235)	-	32.497
Móveis e utensílios	139.784	535	(13.189)	-	127.130
Total da Imobilização em Serviço - Custo	3.050.331	13.184	(38.591)	-	3.024.924
(-) Depreciação					
Reservatorio, barragens e adutoras	(711.660)	(23.328)	-	-	(734.988)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(140.535)	(8.021)	619	-	(147.937)
Máquinas e equipamentos	(593.192)	(37.999)	14.269	-	(616.922)
Veículos	(24.953)	(3.595)	3.691	-	(24.857)
Móveis e utensílios	(91.797)	(10.969)	9.813	-	(92.953)
Total da Imobilização em Serviço Depreciação	(1.562.137)	(83.912)	28.392	-	(1.617.657)
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO					
Reservatorio, barragens e adutoras	22.389	21.027	-	-	43.416
Edificações, obras civis e benfeitorias	15.102	14.764	-	-	29.866
Máquinas e equipamentos	49.737	45.605	-	(14.042)	81.300
Veículos	3.645	3.852	-	-	7.497
Móveis e utensílios	6.146	8.756	-	(372)	14.530
Estudos e Projetos	4.566	13.060	(934)	-	16.692
Total da Imobilização em Curso	101.585	107.064	(934)	(14.414)	193.301
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO					
	1.589.779	36.336	(11.133)	(14.414)	1.600.568

(i) A controlada Light SESA não possui em seu acervo, bens e direitos em uso de propriedade da União.

(ii) Taxas anuais de depreciação:

As principais taxas de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL nº 367 de 02 de junho de 2009, são as seguintes:

Geração	(%)	Comercialização	(%)	Administração	(%)	Transmissão	(%)
Barramento	2,5	Edificações	4,0	Edificações	4,0	Condutor do sistema	2,5
Disjuntor	3,0	Equipamento geral	10,0	Equipamento geral	10,0	Equipamento geral	10,0
Edificações	4,0	Veículos	20,0	Veículos	20,0	Estrutura do sistema	2,5
Equipamentos da tomada d'água	3,7					Religadores	4,3
Estrutura da tomada d'água	4,0						
Gerador	3,3						
Grupo motor - gerador	5,9						
Reserv., barragens e adutoras	2,0						
Sistema de comunicação local	6,7						
Turbina hidráulica	2,5						
Taxa média depreciação Geração	3,8	Taxa média depreciação Comercialização	11,3	Taxa média depreciação Administração	11,3	Taxa média depreciação Transmissão	4,8

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**15. INTANGÍVEL**

	Consolidado				
	31/12/2010		31/12/2009	01/01/2009	
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Intangível					
Direito de uso da concessão	5.897.129	(3.218.801)	2.678.328	2.667.560	2.674.501
Ágio de rentabilidade futura	2.034	-	2.034	-	-
Outros	450.714	(367.943)	82.771	77.070	96.570
Em Serviço	6.349.877	(3.586.744)	2.763.133	2.744.630	2.771.071
Direito de uso da concessão	788.111	-	788.111	489.639	329.364
Outros	62.528	-	62.528	188.711	167.197
Em Curso	850.639	-	850.639	678.350	496.561
TOTAL INTANGÍVEL (1)	7.200.516	(3.586.744)	3.613.772	3.422.980	3.267.632

- (1) Líquido de obrigações especiais, que representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

O intangível em curso inclui os estoques de materiais destinados a projetos, cujo montante em 31 de dezembro de 2010 totalizava R\$43.808 (R\$26.904 em 31 de dezembro de 2009) e uma provisão para desvalorização de estoque de R\$5.749 (R\$5.749 em 31 de dezembro de 2009).

No exercício de 2010, foi incorporado ao Ativo Intangível, a título de capitalização de juros, o montante de R\$9.183 (R\$29.973 no exercício de 2009), registrado por transferência e em contrapartida ao resultado financeiro.

A infraestrutura utilizada pela controlada Light SESA, é vinculada ao serviço de distribuição, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador, o qual se ocorrer deve atender à Resolução ANEEL nº 20/99.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da Light SESA entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura, via tarifa. Assim sendo, o

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

Segue abaixo a mutação do ativo intangível:

	CONSOLIDADO				Saldos em 31/12/2010
	Saldos em 31/12/2009	Adições	Baixas	Transferências entre contas	
Em Serviço					
Direito de uso da concessão	5.691.229	259.135	(53.235)	-	5.897.129
Ágio de rentabilidade futura	-	2.034	-	-	2.034
Outros	413.090	37.624	-	-	450.714
Total do Intangível em Serviço	6.104.319	298.793	(53.235)	-	6.349.877
(-) Depreciação					
Direito de uso da concessão	(3.023.643)	(240.387)	45.229	-	(3.218.801)
Outros	(336.184)	(31.759)	-	-	(367.943)
Total do Intangível em Serviço Depreciação	(3.359.827)	(272.146)	45.229	-	(3.586.744)
Em Curso					
Direito de uso da concessão	605.289	579.084	-	(396.262)	788.111
Outros	73.199	21.578	-	(32.249)	62.528
Total do Intangível em Curso	678.488	600.662	-	(428.511)	850.639
TOTAL DO ATIVO INTANGÍVEL (I)	3.422.980	627.309	(8.006)	(428.511)	3.613.772

	CONSOLIDADO				Saldos em 31/12/2009
	Saldos em 01/01/2009	Adições	Baixas	Transferências entre contas	
Em Serviço					
Direito de uso da concessão	5.549.279	226.674	(84.724)	-	5.691.229
Outros	397.368	15.722	-	-	413.090
Total do Intangível em Serviço	5.946.647	242.396	(84.724)	-	6.104.319
(-) Depreciação					
Direito de uso da concessão	(2.874.778)	(224.193)	75.328	-	(3.023.643)
Outros	(300.975)	(35.209)	-	-	(336.184)
Total do Intangível em Serviço Depreciação	(3.175.753)	(259.402)	75.328	-	(3.359.827)
Em Curso					
Direito de uso da concessão	446.947	471.293	(2.885)	(310.066)	605.289
Outros	49.791	40.982	-	(17.574)	73.199
Total do Intangível em Curso	496.738	512.275	(2.885)	(327.640)	678.488
TOTAL DO ATIVO INTANGÍVEL (I)	3.267.632	495.269	(12.281)	(327.640)	3.422.980

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**16. FORNECEDORES**

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CIRCULANTE						
Comercialização no âmbito de CCEE	-	-	-	59.626	21.813	13.117
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	-	48.836	49.024	43.859
Encargos do serviço do sistema	-	-	-	2.216	7.284	6.462
Energia livre – ressarcimento a geradoras (a)	-	-	-	54.185	54.185	-
Leilões de energia	-	-	-	150.231	127.704	114.434
Itaipu binacional	-	-	-	84.842	90.837	111.737
UTE Norte Fluminense	-	-	-	73.677	67.688	81.595
Outros	-	-	-	-	-	6.611
	-	-	-	473.613	418.535	377.815
Materiais e serviços	280	6.348	283	184.808	145.646	108.389
Total	280	6.348	283	658.421	564.181	486.204

a) Energia Livre – Ressarcimento à Geradoras

A ANEEL aprovou em reunião de Diretoria, de 15 de dezembro de 2009, a metodologia e os procedimentos para o cálculo dos saldos da Energia Livre e da Perda de Receita de geradores e distribuidores após o encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) nas tarifas de fornecimento. Entretanto, a Resolução nº 387, de 15 de dezembro de 2009, publicada em 12 de janeiro de 2010, concluiu o processo de cálculo dos saldos finais de Perda de Receita e de Energia Livre e definiu os valores de ressarcimento entre os agentes, que estavam em validação em 31 de dezembro de 2010.

Os saldos de fornecedores de energia, encargos de rede e de materiais e serviços, tem o prazo de liquidação médio de até 90 dias.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS FINANCEIROS**

Financiador	Consolidado					
	Principal		Encargos		Total	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	31/12/2010	31/12/2009
TN - Par Bond	-	64.848	838	-	65.686	68.641
TN - Caução - Par Bond	-	(38.844)	-	-	(38.844)	(35.060)
TN - Discount Bond	-	45.249	146	-	45.395	47.443
TN - Caução - Discount Bond	-	(27.276)	-	-	(27.276)	(24.597)
TN - C. Bond	5.512	13.780	330	-	19.622	26.364
TN - Debit. Conv.	6.174	3.087	31	-	9.292	16.185
TN - Bib	200	401	11	-	612	852
BNDES - Importação	-	-	-	-	-	446
KFW III, IV, e V - Tranche A/B/C	-	-	-	-	-	1.439
TN - Flirb	-	-	-	-	-	-
TN - New Money	-	-	-	-	-	-
Societe Generale II	-	-	-	-	-	-
MOEDA ESTRANGEIRA - TOTAL	11.886	61.245	1.356	-	74.487	101.713
Eletrobrás	564	2.033	1	-	2.598	3.809
CCB Bradesco	-	450.000	11.340	-	461.340	458.381
BNDES - FINEM	82.616	227.193	1.353	-	311.162	394.139
BNDES - FINEM direto	16.973	135.946	2.346	-	155.265	59.806
BNDES - FINEM + I	16.973	135.946	2.609	-	155.528	59.811
BNDES - FINEM direto PSI	8.316	96.768	747	-	105.831	35.284
Capital de Giro - Santander	-	80.000	2.646	-	82.646	82.601
BNDES - PROESCO 1ª captação	119	338	2	-	459	1.812
BNDES - PROESCO 2ª captação	230	768	4	-	1.002	-
BNDES - PROESCO 3ª captação	109	371	1	-	481	-
BNDES - PROESCO 4ª captação	339	1.694	18	-	2.051	-
BNDES - PROESCO 5ª captação	793	3.963	22	-	4.778	-
RGR	-	-	246	-	246	246
Fianças bancárias diversas	-	-	209	-	209	194
MOEDA NACIONAL - TOTAL	127.032	1.135.020	21.544	-	1.283.596	1.096.083
SWAP	-	-	4.060	1.235	5.295	5.558
TOTAL GERAL	138.918	1.196.265	26.960	1.235	1.363.378	1.203.354

Abaixo segue quadro com condições contratuais dos Empréstimos em 31 de dezembro de 2010:

Financiador	Data de Assinatura	Moeda	Taxa de Juros a.a	Amortização do Principal		
				Início	Forma de pagamento	Parcelas Restantes
TN - Par Bond	29/04/1996	US\$	6%	2024	Única	1
TN - Caução - Par Bond	29/04/1996	US\$	US Treasury	2024	Única	1
TN - Discount Bond	29/04/1996	US\$	Libor + 13/16	2024	Única	1
TN - Caução - Discount Bond	29/04/1996	US\$	US Treasury	2024	Única	1
TN - C. Bond	29/04/1996	US\$	8%	2004	Semestral	7
TN - Debit. Conv.	29/04/1996	US\$	Libor + 7/8	2004	Semestral	3
TN - Bib	26/04/1996	US\$	6%	1999	Semestral	6
Eletrobrás	Diversas	UFIR	5%		Mensal e Trimestral	entre 2 e 120
CCB Bradesco	18/10/2007	CDI	CDI + 0,85%	2012	Anual	6
BNDES - FINEM	05/11/2007	TJLP	TJLP + 4,3%	2009	Mensal	45
BNDES - FINEM direto	30/11/2009	TJLP	TJLP + 2,58%	2011	Mensal	72
BNDES - FINEM + I	30/11/2009	TJLP	TJLP + 1% + 2,58%	2011	Mensal	72
BNDES - FINEM direto PSI	30/11/2009	TJLP	4,5%	2011	Mensal	101
Capital de Giro - Santander	03/09/2010	CDI	CDI + 1,4%	2010	Anual	1
BNDES - PROESCO 1ª captação	12/12/2008	TJLP	TJLP + 2,5%	2009	Mensal	46
BNDES - PROESCO 2ª captação	15/6/2009	TJLP	TJLP + 2,51%	2009	Mensal	53
BNDES - PROESCO 3ª captação	15/6/2010	TJLP	TJLP + 2,18% e 4,5%	2010	Mensal	53
BNDES - PROESCO 4ª captação	15/9/2010	TJLP	TJLP + 2,05% e 5,5%	2010	Mensal	60
BNDES - PROESCO 5ª captação	16/12/2010	TJLP	TJLP + 2,05% e 5,5%	2010	Mensal	60

O empréstimo mantido com o Banco Real (ABN Amro) com vencimento em agosto de 2010 no montante de R\$80.000, foi renovado com o Banco Santander (novo controlador do Banco Real) mantendo-se o mesmo valor e custo de CDI + 1,4% a.a., com vencimento em 03 de setembro de 2014.

Em 2010 foram sacados R\$246.942 do financiamento contratado com o BNDES em 30 de novembro de 2009 para o programa de investimentos da Light SESA e R\$10.155 para a Light Energia, referentes aos anos de 2009 e 2010.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.	03.378.521/0001-75
--------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 27 de setembro de 2010 houve a liberação de R\$7.322 para a Light Esco através da linha especial de financiamento Proesco, de forma direta, para implantação do projeto de eficiência energética.

Além das cauções destacadas no quadro acima, os empréstimos estão garantidos por recebíveis no montante aproximado de R\$45.978.

As parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos de longo prazo têm os seguintes vencimentos (não inclui encargos financeiros) em 31 de dezembro de 2010:

	Moeda Nacional	Moeda estrangeira	Total
2012	223.461	8.799	232.260
2013	223.448	5.712	229.160
2014	282.556	2.756	285.312
2015	140.153	-	140.153
após 2015	265.402	43.978	309.380
TOTAL	1.135.020	61.245	1.196.265

A variação percentual das principais moedas estrangeiras e dos principais indicadores, base de atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures, teve o seguinte comportamento para os exercícios:

	Variação %		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
USD - Dólar Americano	(4,31)	(25,49)	31,94
EUR	(11,14)	(22,57)	24,13
UMBNDDES	(3,76)	(25,66)	33,86
IGP-M	11,32	(1,71)	9,81
CDI	9,75	9,87	12,37
SELIC	9,78	9,92	12,48

Covenants

A captação CCB Bradesco, os empréstimos com o Banco Santander e com o BNDES FINEM, classificados no circulante e no não circulante, prevêm a manutenção de indicadores de endividamento e cobertura de juros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e suas controladas atingiram todos os indicadores requeridos contratualmente.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**18. DEBÊNTURES E ENCARGOS FINANCEIROS**

Financiador	Consolidado					
	Principal		Encargos	Total		
	Circulante	Não Circulante	Circulante	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Debêntures 1ª Emissão	-	-	-	-	8.057	24.066
Debêntures 4ª Emissão	19	67	-	86	107	118
Debêntures 5ª Emissão	61.822	727.824	17.760	807.406	955.598	982.888
Debêntures 6ª Emissão	298.670	-	3.061	301.731	298.409	-
MOEDA NACIONAL - TOTAL	360.511	727.891	20.821	1.109.223	1.262.171	1.007.072

Abaixo segue quadro com as condições contratuais das Debêntures em 31 de dezembro de 2010:

Financiador	Data de Assinatura	Moeda	Taxa de Juros a.a	Amortização do Principal			
				Forma de pagamento	Parcelas Restantes	Término	
Debêntures 4ª Emissão	30/06/2005	TJLP	TJLP + 4%	Mensal	54	2015	
Debêntures 5ª Emissão	22/01/2007	CDI	CDI + 1,50%	Trimestral	13	2014	
Debêntures 6ª Emissão	01/06/2009	CDI	115% do CDI	Única	1	2011	

O montante total do principal está representado líquido dos custos com a emissão das debêntures, conforme previsto na deliberação CVM nº 556/08. Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

Emissão	31/12/2010			31/12/2009	01/01/2009
	Valor incorrido	Valor a apropriar	Custo Total	Custo Total	Custo Total
Debêntures 1ª Emissão	-	-	-	1.070	1.069
Debêntures 4ª Emissão	7.448	20	7.468	7.468	7.468
Debêntures 5ª Emissão	7.094	5.354	12.448	12.448	12.457
Debêntures 6ª Emissão	3.961	1.330	5.291	5.291	-
TOTAL	18.503	6.704	25.207	26.277	20.994

As parcelas relativas ao principal das debêntures de longo prazo têm os seguintes vencimentos (não inclui encargos financeiros) em 31 de dezembro de 2010:

2012	179.839
2013	243.438
2014	304.606
2015	8
TOTAL	727.891

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Covenants

A 5ª e a 6ª Emissão de Debêntures, classificadas no circulante e no não circulante, prevêem a manutenção de indicadores de endividamento e cobertura de juros. No período findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e suas controladas atingiram todos os indicadores requeridos contratualmente.

19. ENCARGOS REGULATÓRIOS – CONTRIBUIÇÕES DO CONSUMIDOR

	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CIRCULANTE			
Quota da conta de consumo de combustível – CCC	25.472	4.298	24.895
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	17.182	17.173	16.638
Quota de reserva global de reversão – RGR	1.394	5.359	6.428
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica -PROINFA	-	10.792	5.369
Encargos de capacidade e aquisição emergencial	73.170	73.169	73.403
	<u>117.218</u>	<u>110.791</u>	<u>126.733</u>

Conta Consumo de Combustível (CCC) - É a parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, com o objetivo de subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) - Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

Reserva Global de Reversão (RGR) - É um encargo do setor elétrico brasileiro pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) - Criado pela Lei nº 10.438/2002, o Proinfa tem como finalidade estimular o aumento da participação de fontes alternativas renováveis como pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), usinas eólicas e empreendimentos termelétricos. O custo do programa, cuja energia é contratada pela Eletrobrás, é pago por todos os consumidores finais (livres e cativos) do Sistema Interligado Nacional (SIN), exceto os de baixa renda com consumo mensal igual ou inferior a 80 quilowatts-hora (kWh).

Encargo de Capacidade Emergencial e Encargo de Aquisição Emergencial (ECE e EAE) – São os custos de natureza operacional, tributária e administrativa, incorridos pela Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE na contratação de capacidade de geração ou de potência, que foram rateados aos consumidores finais de

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.	03.378.521/0001-75
--------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

energia elétrica atendidos pelo Sistema Elétrico Interligado Nacional, de forma proporcional ao consumo individual verificado.

20. CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível em diversas instâncias processuais. A Administração reavalia periodicamente os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus assessores legais, vem constituindo provisão para os riscos cujas chances de um desfecho desfavorável são consideradas prováveis e cujos valores são quantificáveis. Além disso, não registra os ativos das demandas com possibilidade de ganho, por serem considerados incertos.

A movimentação das provisões para contingências são:

CIRCULANTE

	Consolidado			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras
Saldos em 01 de janeiro de 2009	597	-	-	1.640
Baixas / reversões	(597)	-	-	(1.640)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	-	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2009 e 2010 não existem contingências registradas no Circulante.

NÃO CIRCULANTE

	Consolidado			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras
Saldos em 01 de janeiro de 2009	164.128	252.930	493.823	83.002
Adições	18.399	53.352	371	3.982
Atualizações	-	12.999	29.281	3.213
Baixas / pagamentos	(16.380)	(57.875)	-	(2.519)
Baixas / reversões	(2.492)	(9.257)	-	(555)
Reversão - Lei. 11.941/09	-	-	(357.049)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	163.655	252.149	166.426	87.123
Adições	18.208	38.909	1.578	36.121
Atualizações	-	22.614	16.485	5.398
Baixas / pagamentos	(13.371)	(75.852)	(4.147)	(26.944)
Baixas / reversões	(836)	(82.238)	-	(53.381)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	167.656	155.582	180.342	48.317
Depósitos Judiciais	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	18.746	26.160	40.354	1.655

20.1 Contingências Trabalhistas

Existem aproximadamente 3.372 ações trabalhistas em andamento (3.680 em 31 de dezembro de 2009) nas quais a Companhia e suas controladas figuram como reclamadas. Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: horas extras, adicional de periculosidade, equiparação salarial, dano moral, responsabilidade subsidiária/solidária de empregados de empresas contratadas para

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.	03.378.521/0001-75
--------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

prestação de serviços terceirizados e diferença da multa de 40% do FGTS decorrente da correção por expurgos inflacionários.

20.2 Contingências Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como parte ré em aproximadamente 37.171 processos de natureza cível (39.506 em 31 de dezembro de 2009), sendo 18.138 na justiça comum estadual e federal referentes a Ações Cíveis (14.947 em 31 de dezembro de 2009), dentre os quais os que possuem pedidos quantificáveis somam R\$310.800 (R\$747.873 em 31 de dezembro de 2009) e 19.033 ações que tramitam em Juizados Especiais Cíveis (24.559 em 31 de dezembro de 2009), envolvendo um valor total de pedidos no montante de R\$300.959 (R\$377.124 em 31 de dezembro de 2009).

Contingências Cíveis	Valor Provisionado (Perda Provável)		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
a) Ações Cíveis	87.842	124.576	113.303
b) Juizado Especial Cível	25.138	29.555	33.783
c) Plano Cruzado	42.602	98.018	105.844
Total	155.582	252.149	252.930

- a) A provisão para as Ações Cíveis engloba processos quantificáveis, nos quais a Light SESA é ré, e que possuem prognóstico de perda provável na avaliação dos respectivos advogados patronos. Grande parte das causas é relacionada a pleitos de danos materiais e morais pela postura ostensiva da empresa no combate as irregularidades na rede, além de questionamentos de valores pagos por consumidores.

A controlada Light SESA possui 11.831 Ações Cíveis nas quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perda são possíveis, e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. O valor, atualmente quantificável, referente às ações possíveis é de R\$159.200 (R\$480.060 em 31 de dezembro de 2009).

- b) As ações de Juizado Especial Cível referem-se, em grande parte, a discussões quanto a relações de consumo, tais como cobrança indevida, corte indevido, corte por inadimplência, problemas na rede, irregularidades diversas, reclamação de conta, reclamação de medidor e problemas na transferência de titularidade. Há um limite de 40 salários mínimos para as causas em trâmite perante o Juizado Especial Cível. O provisionamento é feito com base em média móvel do valor de condenação nos últimos 12 meses.
- c) No último trimestre de 2010, a Companhia obteve, em última instância (Superior Tribunal de Justiça – STJ), a decisão definitiva sobre o processo nº 1995.001.073862-

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.	03.378.521/0001-75
--------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2. contra a CSN onde discutiam a legalidade do reajuste tarifário autorizado pelo DNAEE durante o período de congelamento de preços (Plano Cruzado). Esta decisão possibilitou a reversão do valor provisionado, no montante de R\$61.735, com contra partida na rubrica despesas operacionais.

20.3 Contingências Fiscais

As provisões constituídas para contingências fiscais estão compostas da seguinte forma:

Contingências Fiscais	Valor Provisionado (Perda Provável)		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
PIS / COFINS	-	-	214.237
PIS/COFINS – RGR e CCC	8.561	8.561	17.709
INSS – auto de infração	40.964	39.291	37.756
INSS – trimestralidade	22.579	21.504	92.677
Lei nº 8.200/91	-	-	20.063
ICMS	94.400	88.039	76.610
Contribuição Social	-	-	27.076
CIDE	4.988	4.792	4.593
Outros	8.850	4.239	3.102
Total	180.342	166.426	493.823

A Light SESA, após a edição da Lei nº 11.941/2009 que concedeu a possibilidade de parcelamento de débitos fiscais federais, optou por incluir os débitos objeto de alguns processos judiciais e administrativos no referido parcelamento, no montante total de R\$713.000. Cumpre ressaltar que, a adesão ao referido parcelamento já foi deferida pela Receita Federal do Brasil, nos termos da mensagem eletrônica encaminhada à Companhia em 12 de dezembro de 2009, e no momento aguarda-se a consolidação dos referidos débitos.

A Light SESA possui processos fiscais, administrativos e judiciais, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perda são possíveis, e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. O valor quantificável no momento, em tais processos, é de R\$858.400 (R\$1.156.600 em 31 de dezembro de 2009).

Estão destacados a seguir, alguns processos tributários, com perda estimada como possível, de grande relevância ou que tiveram desdobramentos no ano de 2010:

(i) IN 86 (2003 a 2005) - Auto de infração lavrado para cobrança de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória, relacionada à entrega dos arquivos eletrônicos, no formato previsto na IN nº 86/2001, referentes aos anos-calendário de 2003 a 2005. Julgado improcedente o Recurso Voluntário da Companhia, tendo sido interposto Recurso Especial. O valor envolvido neste caso em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 257.800 (R\$240.200 em 31 de dezembro de 2009).

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(ii) Contribuição ao Salário Educação – Trata-se de glosa de deduções efetuadas pela Companhia por ocasião dos recolhimentos de contribuição ao salário educação efetuados no período de 07/1996 a 06/2006. Foi julgada parcialmente procedente a Impugnação da Companhia, tendo sido reduzido o valor do débito de R\$9.300 para R\$624. A Companhia interpôs Recurso Voluntário em face do valor remanescente.

(iii) Repasse PIS/COFINS – Até 31 de dezembro de 2010, a controlada Light SESA possuía 203 ações judiciais em trâmite, movidas por clientes que questionavam o repasse do PIS e da COFINS no preço da energia elétrica, pleiteando-se a devolução de todos os valores pagos indevidamente. Em 22 de agosto de 2010 o Superior Tribunal de Justiça julgou um *leading case* do setor elétrico, considerando o repasse do PIS/COFINS nas faturas de energia elétrica legal. Diante do posicionamento jurisprudencial favorável às distribuidoras, a probabilidade de perda, que era possível, passou a ser considerada remota.

(iv) IUEE – Trata-se de processo ajuizado pela controlada Light SESA com o escopo de anular cobrança de Imposto Único sobre Energia Elétrica (IUEE), por ter a controlada deixado de incluir nas faturas dos consumidores classificados como “poderes públicos” o referido imposto. Foi dado provimento ao Recurso de Apelação da controlada. O valor histórico (em 2004) envolvido neste caso é de R\$3.400.

(v) LIR/LOI - IRPJ/CSLL - Lucro X Equivalência – A controlada Light SESA discutia no mandado de segurança nº 2003.51.01.005514-8, a exigência do IRPJ e da CSL sobre os lucros auferidos pelas investidas LIR e LOI desde 1996, mas não disponibilizados, bem como a exigência da inclusão dos resultados de equivalência patrimonial na apuração do IRPJ e da CSL, para os períodos-base até 2002 e posteriores. A Light SESA tentou desistir parcialmente deste mandado de segurança para incluir os débitos no parcelamento da Lei nº 11.941/09 e continuar discutindo a aplicação do método de equivalência patrimonial. No entanto, a Fazenda não concordou com a desistência parcial, tendo sido corroborada pelo juízo do processo. Assim, a Light SESA efetuou a desistência integral deste mandado de segurança e, por conta disso, alterou o procedimento que vinha adotando para a tributação do IRPJ/CSLL, que antes era feito pelo lucro, mas com a desistência da discussão, passou a ser feito pela equivalência patrimonial. O Fisco discordou da adoção de tal procedimento e autuou a Light SESA no valor de R\$ 131.500. A Light SESA apresentou impugnação em face desta autuação.

20.4 Outras Contingências

a) Contingências Regulatórias Administrativas

Neste tópico a Companhia ressalta as contingências regulatórias de suas controladas Light SESA e Light Energia, decorrentes de discussões administrativas com a ANEEL:

a.1) Auto de Infração ANEEL nº 007/2010-SFE – O auto foi lavrado em 17 de fevereiro de 2010, com aplicação de multa no valor de R\$9.544 em decorrência da fiscalização realizada pela Agência em dezembro/2009 para identificação e avaliação das causas das

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

interrupções no sistema de distribuição subterrâneo da Concessionária. A Companhia apresentou defesa ao AI em 05 de março de 2010 requerendo o cancelamento das não-conformidades, e subsidiariamente, a redução das multas aplicadas. Alternativamente à imposição de penalidades, a Companhia requereu a conversão da multa em Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta (TAC). A Diretoria da ANEEL negou o pedido de celebração do TAC e a Companhia interpôs recurso retido contra esta decisão. No momento aguarda-se a manifestação definitiva da ANEEL a respeito do recurso interposto e do pedido de celebração do TAC. Foi constituída provisão do valor total da multa aplicada.

a.2) Auto de Infração ANEEL nº 071/2010-SFF – O auto foi lavrado em 17 de março de 2010, com aplicação de multa no valor de R\$448 sob o fundamento de terem sido verificadas não-conformidades em fiscalização econômica, financeira e contábil realizada na controlada Light SESA. A controlada interpôs recurso em 01 de abril de 2010 requerendo a conversão das penalidades de multa em advertência e no momento aguarda manifestação da ANEEL a respeito. O Despacho ANEEL nº 1665/2010, de 10 de junho de 2010, reduziu a penalidade para R\$419. No momento aguarda-se a manifestação definitiva da ANEEL a respeito do recurso interposto. Foi constituída provisão do valor total da multa aplicada.

a.3) Auto de Infração ANEEL nº 013/2010-SFG – O auto foi lavrado em 04 de maio de 2010, com aplicação de multa no valor de R\$1.120, em virtude da Agência ter apontado falha no processo de auto-restabelecimento (*black-start*) das unidades geradoras das UHEs Fontes Nova, Nilo Peçanha e Pereira Passos, na recomposição do SIN após a perturbação do dia 10 de novembro de 2009. A Light Energia interpôs recurso ao AI em 19 de maio de 2010, requerendo a redução das penalidades. A Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração - **SFG** manteve a decisão e aguarda-se julgamento pela Diretoria da ANEEL. Foi constituída provisão do valor total da multa aplicada.

a.4) Auto de Infração nº 061/2010-SFE – O auto foi lavrado em 19 de maio de 2010, com aplicação de multa no valor de R\$5.049, sob o fundamento de terem sido verificadas não-conformidades em fiscalização comercial e técnica realizada pela ANEEL em maio de 2009. A controlada Light SESA interpôs recurso ao AI em 03 de junho de 2010, solicitando o cancelamento das penalidades e subsidiariamente a sua redução. A Superintendência de Fiscalização de Serviços de Eletricidade - SFE manteve a decisão e aguarda-se julgamento pela Diretoria da ANEEL. Foi constituída provisão do valor total da multa aplicada.

a.5) Auto de Infração ANEEL nº 082/2010-SFE – O auto foi lavrado em 18 de junho de 2010, com aplicação de multa no valor de R\$16.052 sob o argumento de que a controlada Light SESA teria violado os indicadores de continuidade DEC e FEC de 65 conjuntos no ano de 2009, tendo sido considerada a ocorrência de 10 de novembro de 2009 (Apagão Furnas) no cálculo dos indicadores. A Companhia interpôs recurso ao AI em 08 de julho de 2010, requerendo a redução da penalidade para que a interrupção ocorrida no dia 10 de novembro de 2009 não seja considerada para fins de apuração dos

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

indicadores de DEC e FEC e no momento aguarda manifestação da ANEEL a respeito. Foi constituída constituiu provisão no valor de R\$4.110, mediante parecer de seus assessores jurídicos, de que é provável a redução da multa pela ANEEL, tendo em vista a tese de defesa da controlada sobre o expurgo das horas da interrupção das linhas de transmissão de Furnas, por se tratar de hipótese ou de caso fortuito/força maior ou de fato de terceiro, em ambos os casos se constituindo em excludente de responsabilidade da Light SESA.

21. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

As empresas do Grupo Light são patrocinadoras instituidoras da Fundação de Seguridade Social – BRASLIGHT, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados do Grupo Light vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes.

A BRASLIGHT foi instituída em abril de 1974 e possui quatro planos – A, B, C e D – implantados em 1975, 1984, 1998 e 2010, respectivamente, tendo o plano C recebido migração de aproximadamente 96% dos participantes ativos dos planos A e B.

Atualmente estão em vigor os Planos A e B do tipo Benefício Definido, C do tipo Benefício Misto e D do tipo contribuição definida.

a) Segue abaixo as obrigações registradas no Balanço Patrimonial da Companhia com benefícios de plano de pensão:

	31/12/2010			31/12/2009		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Dívida contratual com fundo de pensão	95.048	920.630	1.015.678	95.044	861.386	956.430
Outros	507	-	507	-	-	-
Total	95.555	920.630	1.016.185	95.044	861.386	956.430

Em 02 de outubro de 2001 a Secretaria de Previdência Complementar aprovou contrato para o equacionamento do déficit técnico e refinanciamento das reservas a amortizar, que está sendo pago em 300 parcelas mensais a partir de julho de 2001. Em 31 de dezembro de 2010 restavam 186 parcelas mensais, que totalizam o passivo contratual de R\$1.015.678.

Até maio de 2009, as parcelas eram atualizadas pela variação do IGP-DI (com um mês de defasagem) e juros atuariais de 6% ao ano. A partir de junho 2009 o índice de correção passou a ser o IPCA (com um mês de defasagem) em substituição ao IGP-DI.

O contrato é ajustado anualmente pelo déficit ou superávit registrado na Braslight, e consequentemente as parcelas a vencer podem sofrer aumento ou redução em função disso. Esse reajuste é reconhecido integralmente no resultado do exercício das patrocinadoras, como resultado financeiro.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As movimentações ocorridas no passivo contratual nos exercícios de 2010 e 2009 são como segue:

	Total Consolidado	Circulante	Não circulante
Passivo contratual em 01/01/2009	1.032.161	87.744	944.417
Amortizações no exercício	(93.928)	(93.928)	-
Atualizações no exercício	18.197	64.345	(46.148)
Transferência para o circulante	-	36.883	(36.883)
Passivo contratual em 31/12/2009	956.430	95.044	861.386
Amortizações no exercício	(93.251)	(93.251)	-
Atualizações no exercício	152.499	54.243	98.256
Transferência para o circulante	-	39.012	(39.012)
Passivo contratual em 31/12/2010	1.015.678	95.048	920.630

b) Descrição dos planos

Plano A/B - os benefícios são do tipo "benefício definido" e correspondem à diferença entre um percentual, variável de 80% a 100%, do maior valor entre a média dos últimos 12 e dos últimos 36 salários, atualizados para a data de início do benefício, e o valor do benefício concedido pelo INSS.

Plano C - os benefícios programáveis, durante a fase de capitalização, são do tipo "contribuição definida", sem vinculação com o INSS, e os benefícios de risco (auxílio doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio doença), bem como os de renda continuada, estes uma vez concedidos, são do tipo "benefício definido". As duas parcelas têm seus patrimônios apurados em quotas.

Ao participante que migrou do Plano A/B para o Plano C foi concedido um benefício saldado de renda vitalícia, com reversão em pensão, proporcional ao tempo de contribuição à Braslight na ocasião de migração, contado de sua última inscrição na Fundação, diferido para recebimento após o mesmo ter completado um conjunto de condições de habilitação. Esta parcela é denominada Subplano de Benefício Definido Saldado do Plano C.

Plano D - aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social - PREVIC/MPS em 22 de março de 2010 e teve sua primeira contribuição no mês de abril de 2010. Neste plano, os benefícios são do tipo "contribuição definida" antes e após a sua concessão.

Os valores apurados conforme laudo atuarial e reconhecidos no Balanço Patrimonial estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO DE APOIO À REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
FUNDAÇÃO DE APOIO À REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.	03.378.521/0001-75
--------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Conciliação dos valores reconhecidos no balanço			
Valor justo dos ativos do plano	1.120.960	1.105.523	1.013.384
Valor presente da obrigação atuarial com cobertura	(2.123.507)	(2.055.223)	(1.785.142)
Ativo líquido (passivo descoberto)	<u>(1.002.547)</u>	<u>(949.701)</u>	<u>(771.758)</u>
Passivo líquido, CVM nº 600/2009	(1.002.547)	(949.701)	(771.758)
Saldo do contrato ajustado e contabilizado, conforme contrato de equalização do déficit	(1.015.678)	(956.430)	(1.032.161)

A movimentação no valor justo dos ativos dos planos nos períodos apresentados é demonstrada a seguir:

	31/12/2010	31/12/2009
Conciliação do valor justo dos ativos		
Valor justo dos ativo no início do ano	1.105.523	1.013.384
Rendimento esperado no ano	114.886	121.732
Ganhos/(perdas) atuariais nos ativos do plano	11.169	55.974
Contribuições da patrocinadora	94.601	95.300
Contribuições de participantes	50	69
Benefícios pagos pelo plano/empresa	<u>(205.269)</u>	<u>(180.937)</u>
Valor justo dos ativo no final do ano	<u>1.120.960</u>	<u>1.105.523</u>

A movimentação na obrigação de benefício definido nos períodos apresentados é demonstrada a seguir:

	31/12/2010	31/12/2009
Conciliação do valor das obrigações atuariais		
Valor justo das obrigações no início do ano	(2.055.223)	(1.785.142)
Custo do serviço corrente bruto	(1.592)	(1.565)
Juros sobre obrigação atuarial	(212.216)	(210.679)
Contribuições de participantes vertidas no ano	(50)	(69)
Ganhos/(perdas) atuariais	(59.695)	(238.705)
Benefícios pagos no ano	<u>205.269</u>	<u>180.937</u>
Valor justo das obrigações no final do ano	<u>(2.123.507)</u>	<u>(2.055.223)</u>

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado estão demonstrados a seguir:

Valores Reconhecidos na Demonstração do Resultado	2010	2009
Custo do serviço corrente	1.592	1.565
Custo dos juros	212.216	210.679
Retorno esperado dos investimentos	<u>(114.886)</u>	<u>(121.732)</u>
Custo esperado estimado	<u>98.922</u>	<u>90.512</u>

O retorno real sobre os ativos dos planos foi de R\$114.394 em 2010 (R\$141.846 em 31 de dezembro de 2009).

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.	03.378.521/0001-75
--------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Premissas Atuariais:

	2010	2009
Taxa de juros nominal (desconto) a valor presente do passivo atuarial	10,66%	10,77%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano nominal	10,96%	10,77%
Taxa anual de inflação	4,40%	4,50%
Taxa de crescimento salarial	6,49%	6,59%
Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,40%	4,50%
Fator de capacidade	98,00%	98,00%
Taxa rotativa	Baseado na idade	Baseado na idade
Tábua geral de mortalidade	AT - 83 (1)	AT - 83 (1)
Tábua de entrada em invalidez (planos A/B)	LIGHT - Forte	LIGHT - Forte
Tábua de entrada em invalidez (plano C saldado)	LIGHT - Forte	LIGHT - Forte
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57
Participantes ativos	3.454	3.638
Participantes aposentados e pensionistas	5.679	5.727

(1) Tábua sem agravamento

22. OUTROS DÉBITOS

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CIRCULANTE						
Adiantamento de Clientes	-	-	-	3.491	8.691	-
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-	-	-	4.000	4.293	3.274
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	-	-	-	503	1.038	7.404
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	-	1.007	2.173	14.808
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	48.925	76.012	77.936
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	-	37.445	49.090	47.031
Encargos Ex-isolados	-	-	-	10.966	-	-
Taxa de Iluminação Pública	-	-	-	69.243	51.402	40.917
Provisão Para Demissão Voluntária	-	-	-	23.113	-	-
Outros débitos - devolução a consumidores	-	-	-	-	11.622	46.893
Outros	1.981	1.524	1.286	37.625	31.707	66.735
Total	1.981	1.524	1.286	236.318	236.028	304.998
NÃO CIRCULANTE						
Provisão para Honorários de êxito	-	-	-	14.306	13.275	13.136
Reserva para reversão	-	-	-	69.933	69.933	69.933
Uso de bem público - UBP (a)	-	-	-	128.746	115.651	117.583
Outros	-	-	-	13.670	9.836	12.682
Total	-	-	-	226.655	208.695	213.334

- a) De acordo com o contrato de concessão nº 12/2001, de 15 de março de 2001, que regula a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no rio Paraíba do Sul, nos Municípios de Itaocara e Aperibé, a controlada Itaocara Energia Ltda. deverá recolher à União, como pagamento do Uso do Bem Público, a partir da data de entrada em operação (prevista para 2013) até o final da concessão ou enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$2.017, atualizado pela variação do IGP-M ou por outro índice que vier a sucedê-lo, em caso de sua

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

extinção. Durante a fase de construção a contrapartida da atualização do passivo está sendo reconhecida no ativo intangível, sem efeito no resultado. Após a entrada em operação a atualização será reconhecida diretamente no resultado do exercício (vide nota 13).

b) Honorários de êxito

A Companhia constituiu provisão no montante de R\$14.306, referente aos compromissos de honorários de êxito das causas com prognóstico de perda remota.

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Light S.A. tem como grupo Controlador a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, Luce Empreendimentos e Participações S.A. e Rio Minas Energia Participações S.A. (RME) - Sociedade controlada pela Redentor Energia.

As Participações em controladas operacionais estão descritas na Nota Explicativa nº 1.

Segue resumo das transações com partes relacionadas ocorridas nos exercícios findos em 2010 e 2009:

Item	Contratos com o mesmo grupo (Objetivos e características do contrato)	Vínculo com a Light S.A.	Consolidado							
			Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
			31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
1	<u>Contrato estratégico</u> Contrato de compromisso de compra de energia elétrica da Light SESA com a CEMIG	CEMIG (Participa do grupo controlador)	-	-	8.653	8.503	-	-	67.473	100.237
2	<u>Contrato estratégico</u> Contrato de compromisso de compra de energia elétrica da Light SESA com a CEMIG	CEMIG (Participa do grupo controlador)	-	-	166	-	-	-	1.263	-
3	<u>Contrato estratégico</u> Contrato de compromisso de venda de energia elétrica da Light Energia com a CEMIG	CEMIG (Participa do grupo controlador)	2.561	2.528	-	-	21.769	22.553	-	-
4	<u>Contrato estratégico</u> Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição da Light SESA com a CEMIG	CEMIG (Participa do grupo controlador)	381	180	-	-	2.291	2.059	-	-
5	<u>Contrato estratégico</u> Compromisso com encargos de uso da Rede Básica da Light SESA com CEMIG	CEMIG (Participa do grupo controlador)	-	-	1.634	2.248	-	-	17.264	16.977
6	<u>Contrato estratégico</u> Compromisso com encargos de uso da Rede Básica da Light Energia com CEMIG	CEMIG (Participa do grupo controlador)	10	10	-	-	120	115	-	-
7	<u>Empréstimos</u> Contrato de Mútuo com a Light S.A., que é detentora de 50,9% do capital da Lightger, que, para honrar os compromissos financeiros assumidos para a implantação da PCH Paracambi.	Light S.A.	-	-	11.156	-	-	-	115	-
8	<u>Plano Previdenciário</u> Fundação de Seguridade Social - BRASLIGHT	BRASLIGHT (Participa indiretamente do grupo controlador)	-	-	1.016.185	956.430	-	-	152.499	18.197

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Segue quadro resumo dos contratos firmados com partes relacionadas:

Item	Contratos com o mesmo grupo (Objetivos e características do contrato)	Vínculo com a Light S.A.	Valor Original	Data	Data de Vencimento ou prazo	Condições de rescisão ou de término	Saldo remanescente 31/12/2010	Condições Contratuais
1	<u>Contrato estratégico</u> Contrato de compromisso de compra de energia elétrica da Light SESA com a CEMIG	CEMIG (Participa do grupo controlador)	614.049	Jan/2006	Dez/2038	30% do saldo remanescente	450.358	Preço praticado no mercado regulado
2	<u>Contrato estratégico</u> Contrato de compromisso de compra de energia elétrica da Light SESA com a CEMIG	CEMIG (Participa do grupo controlador)	37.600	Jan/2010	Dez/2039	30% do saldo remanescente	36.348	Preço praticado no mercado regulado
3	<u>Contrato estratégico</u> Contrato de compromisso de venda de energia elétrica da Light Energia com a CEMIG	CEMIG (Participa do grupo controlador)	156.239	Jan/2005	Dez/2013	N/A	54.066	Preço praticado no mercado regulado
4	<u>Contrato estratégico</u> Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição da Light SESA com a CEMIG	CEMIG (Participa do grupo controlador)	-	Nov/2003	Indeterminado	N/A	381	Preço praticado no mercado regulado
5	<u>Contrato estratégico</u> Compromisso com encargos de uso da Rede Básica da Light SESA com CEMIG	CEMIG (Participa do grupo controlador)	-	Dez/2002	Indeterminado	N/A	1.634	Preço praticado no mercado regulado
6	<u>Contrato estratégico</u> Compromisso com encargos de uso da Rede Básica da Light Energia com CEMIG	CEMIG (Participa do grupo controlador)	-	Dez/2002	Indeterminado	N/A	10	Preço praticado no mercado regulado
7	<u>Empréstimos</u> Contrato de Mútuo com a Light S.A., que é detentora de 50,9% do capital da Lightger, que, para honrar os compromissos financeiros assumidos para a implantação da PCH Paracambi.	Light S.A	11.042	Out/2010	Out/2011	N/A	11.156	CDI + 0,9% a.a
8	<u>Plano Previdenciário</u> Fundação de Seguridade Social - BRASLIGHT	BRASLIGHT (Participa indiretamente do grupo controlador)	535.052	Jun/2001	Jun/2026	N/A	1.016.185	IPCA+ 6% a.a

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições usuais de mercado.

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 22 de março de 2010, foi aprovada a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia fixados nos montantes de R\$14.506, R\$2.060 e R\$97, nas Companhias Light SESA, Light S.A e Light Energia, respectivamente.

Política de Remuneração do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitês

(i) Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício de 2010.

Conselho de Administração

Remuneração fixa:	100%
Remuneração variável:	-

Diretoria

Remuneração fixa:	41%
Remuneração variável:	43%
Outros	16%

Conselho Fiscal

Remuneração fixa:	100%
Remuneração variável:	-

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria pagos pela Companhia no exercício de 2010:

2010	Consolidado			
	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
número de membros	22	5	7	34
Remuneração Fixa anual	1.090	369	5.747	7.206
Salário ou Pró-labore	1.090	369	4.219	5.677
Benefícios diretos e indiretos	-	-	1.529	1.529
Remuneração variável	-	-	6.074	6.074
Bônus	-	-	5.884	5.884
Outros (ILP)	-	-	190	190
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	2.183	2.183
Valor total da remuneração por órgão	1.090	369	14.004	15.463

Remuneração anual média do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal relativa ao exercício de 2010:

2010	Controladora			
	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	22	5	7	34
Valor da maior remuneração individual	95	74	1.102	1.270
Valor da menor remuneração individual	47	74	455	576
Valor médio da remuneração individual	71	74	625	769

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social da Light S.A. está representado por 203.934.060 ações ordinárias escriturais sem valor nominal (203.934.060 em 31 de dezembro de 2009), sendo o seu Capital Social de R\$2.225.822 (R\$2.225.822 em 31 de dezembro de 2009), conforme a seguir:

ACIONISTAS	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	Quantidade de Ações	% Participação	Quantidade de Ações	% Participação	Quantidade de Ações	% Participação
Grupo Controlador	106.304.597	52,12	106.304.597	52,12	106.304.597	52,12
RME Rio Minas Energia Participações S.A.	26.576.150	13,03	26.576.150	13,03	100.719.912	49,39
Lidl Comercial Ltda	-	0,00	-	-	5.584.685	2,73
Andrade Gutierrez Concessões S.A.	-	-	26.576.149	13,03	-	-
Companhia Energética de Minas Gerais S.A.	53.152.298	26,06	26.576.149	13,03	-	-
Luce Empreendimentos e Participações S.A.	26.576.149	13,03	26.576.149	13,03	-	-
Outros	97.629.463	47,88	97.629.463	47,88	97.629.181	47,88
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	30.631.782	15,03	49.776.782	24,41	68.555.918	33,62
EDF International S.A	-	0,00	-	0,00	13.391.345	6,57
Público	66.997.681	32,85	47.593.781	23,34	15.681.918	7,69
Ações em Tesouraria	-	-	258.900	0,13	-	-
Total Geral	203.934.060	100	203.934.060	100	203.933.778	100

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Light S.A. está autorizada a aumentar o seu capital mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária até o limite de 203.965.072 ações ordinárias, destinado exclusivamente a atender ao exercício dos Bônus de Subscrição emitidos, observando estritamente as condições previstas nos Bônus de Subscrição (Estatuto Social art. 5º parágrafo 2).

Em 25 de março de 2010, a Companhia divulgou Fato Relevante sobre o pagamento referente à aquisição pela CEMIG de 25.494.500 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil e quinhentas) ações ordinárias de emissão da Companhia, de titularidade da AGC, representando 12,50% do capital total e votante da Companhia. Em 18 de novembro de 2010, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado sobre o pagamento referente à aquisição pela CEMIG de 1.081.649 (um milhão, oitenta e uma mil seiscentas e quarenta e nove) ações ordinárias de emissão da Companhia, de titularidade da AGC, representando 0,53% do capital total e votante da Companhia. Tais transações estavam previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações, firmado em 30 de dezembro de 2009, entre a CEMIG e AGC, conforme fatos relevantes divulgados pela Light, CEMIG e AGC naquela data.

b) Reservas de Capital

A Light S.A., em consonância com a deliberação CVM nº 562 emitida em 17 de dezembro de 2008, tinha registrado em seu patrimônio líquido, no ano de 2009, na rubrica reservas de capital, o montante de R\$34.406 (R\$22.459 em 01 de janeiro de 2009) referente às opções de compra de ações outorgadas a alguns de seus executivos, correspondente ao período de *vesting* já incorrido até aquela data. No 1º trimestre de 2010 essas opções de compra foram integralmente exercidas.

c) Reserva de Lucros

A Light S.A. possui duas reservas de lucro, destacadas abaixo:

- Reserva Legal – Constituída à base de 5% do Lucro Líquido do exercício, conforme legislação em vigor.
- Reserva de Retenção de Lucros – Constituída com o Lucro Líquido do exercício remanescente após as destinações com base em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração, a ser aprovado pela Assembléia Geral.

d) Ações em Tesouraria

Conforme fato relevante publicado em 6 de novembro de 2009, a Companhia aprovou o plano de aquisição de ações de sua própria emissão com o objetivo de atender ao Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, na modalidade de Opções de Compra de Ações de forma que não haja necessidade de emissão de novas ações e a consequente

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.	03.378.521/0001-75
--------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

diluição dos acionistas. Em 31 de dezembro de 2009, a quantidade de ações em tesouraria era de 258.900, equivalente a R\$6.361. Em janeiro de 2010 as ações em tesouraria foram entregues aos executivos que possuíam direito à opções de compra de ações (conforme divulgada na nota 40) e, portanto não existem saldo remanescente em 31 de dezembro de 2010.

25. DIVIDENDOS

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15/12/76, Os dividendos propostos no encerramento do exercício foram calculados como se segue:

	31/12/2010
Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	
Lucro líquido do exercício	575.150
Reserva Legal	(28.757)
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	546.393
 Dividendos Propostos	
Dividendos mínimo obrigatório (25%)	136.598
Dividendo adicionais aos propostos	214.381
TOTAL DOS DIVIDENDOS	350.979

(1) Os dividendos adicionais propostos foram registrados na rubrica específica dentro do Patrimônio Líquido, de acordo com as normas do CPC 08.

26. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

O Programa de Participação nos Lucros e Resultados, implantado em 1997, é corporativo e está atrelado principalmente ao resultado de Lucro Líquido e EBITDA consolidado da Companhia. O pagamento é composto por duas partes, sendo uma fixa e outra variável. O Programa vem evoluindo ao longo dos anos de forma a propiciar um maior engajamento dos empregados na melhoria dos resultados operacionais da Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2010 o saldo provisionado de participação nos lucros ou resultados da Companhia era de R\$15.308, com pagamento previsto para abril de 2011.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.	03.378.521/0001-75
--------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

27. LUCRO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per Share*), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009
NUMERADOR		
Lucro líquido do exercício (R\$)	575.150	588.804
DENOMINADOR		
Média ponderada do número de ações ordinárias	203.934.060	203.933.966
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ORDINÁRIA	<u>2,820</u>	<u>2,887</u>

Em 31 de dezembro de 2009 e 2010 não há diferenças entre o lucro por ação básico e diluído.

28. COMPOSIÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	2010	2009
Fornecimento/Suprimento (nota 29)	8.432.859	8.043.088
Arrendamentos, aluguéis e outras	36.606	48.451
Receita de Uso da Rede	705.309	515.713
Receita de Construção	552.831	526.986
Renda de Prestação de Serviço	71.055	31.118
Serviço taxado	2.186	2.675
Outras Receitas	36.145	86.599
RECEITA BRUTA	<u>9.836.991</u>	<u>9.254.630</u>
Fornecimento Faturado -ICMS	(2.219.444)	(2.080.591)
PIS / COFINS	(535.303)	(449.125)
Outros	(3.685)	(2.553)
IMPOSTOS SOBRE RECEITA	<u>(2.758.432)</u>	<u>(2.532.269)</u>
Conta de Consumo de Combustível - CCC	(220.500)	(177.422)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(206.184)	(206.076)
Reserva Global de Reversão - RGR	(57.654)	(77.720)
Empresa de Pesquisa Energetica -EPE	(6.146)	(5.685)
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FNDCT	(12.295)	(11.363)
Eficiência Energética - PEE	(27.545)	(25.835)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(14.481)	(11.363)
Outros Encargos	(25.170)	-
ENCARGOS DO CONSUMIDOR	<u>(569.975)</u>	<u>(515.464)</u>
TOTAL DAS DEDUÇÕES	<u>(3.328.407)</u>	<u>(3.047.733)</u>
RECEITA LÍQUIDA	<u>6.508.584</u>	<u>6.206.897</u>

Serviço Público Federal
Missão de Valores Mobiliários
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
Empresa Comercial, Industrial e Outras

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**29. FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA**

	N ° de Contas faturadas ^{(1) (2)}		Consolidado			
			GWh ⁽¹⁾		R\$	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Residencial	3.759.911	3.688.998	8.243	7.880	2.746.002	2.569.692
Industrial	11.403	11.749	1.717	1.857	335.307	405.557
Comércio, serviços e outras	275.268	271.768	6.157	6.074	1.866.809	1.852.986
Rural	11.185	11.072	51	50	9.500	9.357
Poder público	10.451	10.177	1.441	1.410	449.051	434.749
Iluminação pública	726	525	677	675	103.316	100.652
Serviço público	1.319	1.300	1.095	1.071	223.958	213.616
Consumo próprio	328	327	78	67	-	-
Fornecimento faturado	4.070.591	3.995.916	19.459	19.084	5.733.943	5.586.609
ICMS	-	-	-	-	2.194.042	2.069.067
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(8.830)	25.810
TOTAL FORNECIMENTO ⁽³⁾	4.070.591	3.995.916	19.459	19.084	7.919.155	7.681.486
Venda no leilão de energia gerada	-	-	4.719	4.676	429.371	332.516
Energia de curto prazo	-	-	1.565	853	84.333	29.086
TOTAL SUPRIMENTO	-	-	6.284	5.529	513.704	361.602
TOTAL GERAL	4.070.591	3.995.916	25.743	24.613	8.432.859	8.043.088

(1) Não examinado pelos auditores independentes

(2) Número de contas faturadas no mês de dezembro de 2010, com e sem consumo

(3) Light SESA

30. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Natureza do Gasto	Custo do Serviço		Despesas Operacionais			
					Outras receitas (despesas) operacionais	
	Com Energia	De Operação	Com Vendas	Gerais e Admin	2010	2009
Pessoal e Administradores	-	(168.302)	(17.646)	(79.806)	-	(265.754)
Material	-	(27.452)	(2.187)	(3.851)	-	(33.490)
Serviço de Terceiros	-	(156.965)	(80.267)	(123.194)	-	(360.426)
Energia Elétrica Comprada para Revenda (nota 31)	(3.392.464)	-	-	-	-	(3.392.464)
Depreciação e amortização	-	(311.224)	(1.163)	(40.075)	-	(352.462)
Provisão p/Crédito de Liq. Duvidosa	-	-	(254.785)	-	-	(254.785)
Provisão para Contingências	-	-	-	37.100	-	37.100
Custo de construção	-	(552.831)	-	-	-	(552.831)
Outras	-	(24.603)	(1.444)	(75.240)	9.828	(91.459)
	(3.392.464)	(1.241.377)	(357.492)	(285.066)	9.828	(5.266.571)

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO DE APOIO À RECURSOS DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**31. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA**

	Consolidado			
	GWh		R\$	
	2010	2009	2010	2009
Encargos de conexão	-	-	(19.968)	(19.044)
Energia de Curto Prazo (Spot)	1.068	1.327	(25.234)	(65.877)
Encargos Uso da Rede	-	-	(419.401)	(408.011)
UTE Norte Fluminense	6.351	6.351	(806.846)	(935.536)
Itaipu - Binacional	5.420	5.649	(548.741)	(630.975)
O.N.S.	-	-	(17.752)	(15.913)
PROINFA	532	480	(83.501)	-
ESS	-	-	(128.976)	-
Outros contratos e Leilão de Energia	14.683	13.627	(1.342.045)	(1.247.281)
	<u>28.054</u>	<u>27.434</u>	<u>(3.392.464)</u>	<u>(3.322.637)</u>

32. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
RECEITA				
Acréscimo moratório s/ contas de energia e parcelamento de débitos	-	-	75.546	75.944
Atualização de créditos tributários	66	-	21.449	33.007
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.003	1.571	59.977	61.197
Operações de swap	-	-	298	(10.308)
Outras	522	27	15.953	26.905
	<u>2.591</u>	<u>1.598</u>	<u>173.223</u>	<u>186.745</u>
DESPESA				
Ajuste a valor presente do Contas a receber	-	-	(13)	19.072
Ajuste superávit/ (déficit) Braslight	-	-	(49.263)	48.616
Atualização de passivos tributários	-	-	(34)	(23.392)
Atualização de provisão para contingências	-	-	(44.498)	(45.036)
Despesas bancárias	(15)	(286)	(16.782)	(6.409)
Encargos e variação monetária com financiamento BNDES	-	-	(53.953)	-
Encargos e variação monetária sobre passivo atuarial Braslight	-	-	(109.625)	(66.813)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos - ME	-	-	(7.184)	(10.726)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos - MN	-	-	(184.108)	(184.560)
Encargos sobre transações de energia livre	-	-	-	(47.575)
Estorno Crédito de IR Debenture 4ª Emissão	-	-	(11.523)	-
Juros e multas sobre Tributos	-	-	10.885	(4.577)
Multas regulatórias	-	-	(10.805)	-
Parcelamento- Redução multas e juros Lei.11.941 / 09 (REFIS)	-	-	-	128.921
Parcelamento- multas e juros Lei.11.941 / 09 (REFIS)	-	-	3.284	(101.199)
Variação monetária - MN	-	-	1	(22)
Variação cambial - ME	-	-	12.859	44.698
Operações de swap	-	-	(4.612)	(7.554)
Outras	(50)	(30)	(27.246)	(15.118)
	<u>(65)</u>	<u>(316)</u>	<u>(492.617)</u>	<u>(271.674)</u>
TOTAL	<u>2.526</u>	<u>1.282</u>	<u>(319.394)</u>	<u>(84.929)</u>

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Abaixo, são comparados os valores contábeis e de mercado dos ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	Controladora			
	31/12/2010		31/12/2009	
	Contabilizado	Mercado	Contabilizado	Mercado
ATIVO				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	38.295	38.295	14.584	14.584
Outros créditos (nota 12)	23.860	23.860	20.212	20.212
	<u>62.155</u>	<u>62.155</u>	<u>34.796</u>	<u>34.796</u>
PASSIVO				
Fornecedores (nota 16)	280	280	6.348	6.348
	<u>280</u>	<u>280</u>	<u>6.348</u>	<u>6.348</u>

	Consolidado			
	31/12/2010		31/12/2009	
	Contabilizado	Mercado	Contabilizado	Mercado
ATIVO				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	514.109	514.109	760.313	760.313
Títulos e valores mobiliários (nota 7)	11.122	11.122	68.059	68.059
Concessionárias e permissonárias (nota 8)	1.634.965	1.634.965	1.653.652	1.653.652
Swaps	211	211	4	4
Ativo financeiro de concessões (nota 11)	469.030	469.030	354.784	354.784
Outros créditos (nota 12)	152.973	152.973	97.250	97.250
	<u>2.782.410</u>	<u>2.782.410</u>	<u>2.934.062</u>	<u>2.934.062</u>
PASSIVO				
Fornecedores (nota 16)	658.421	658.421	564.181	564.181
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	1.335.183	1.342.054	1.183.003	1.195.561
Debêntures (nota 18)	1.088.402	1.095.106	1.241.675	1.241.675
Swaps (nota 17)	5.295	5.295	5.558	5.558
	<u>3.087.301</u>	<u>3.100.876</u>	<u>2.994.417</u>	<u>3.006.975</u>

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009 que revogou a Deliberação nº 566/2008, a descrição dos saldos contábeis e dos valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e 2009, estão identificadas a seguir:

✓ Aplicações financeiras

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários estão mensuradas ao seu valor de custo corrigido na data do balanço, que se aproxima do seu valor de mercado, conforme avaliação da administração.

✓ Títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários estão mensuradas ao seu valor na data do balanço, que corresponde ao seu valor de mercado.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

✓ Consumidores, concessionárias e permissionárias (clientes)

São classificados como “empréstimos e recebíveis”, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

✓ Ativo financeiro de concessões

São classificados como “empréstimos e recebíveis”, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

✓ Fornecedores

Contas a pagar a fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia e suas controladas, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

Estes saldos estão classificados como “passivo financeiro não mensurado ao valor justo” e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, que não divergem significativamente do valor de mercado.

✓ Empréstimos, financiamentos e debêntures

São mensurados pelo “método do custo amortizado corrigido”. Os valores de mercado foram calculados utilizando-se taxas de juros aplicáveis a instrumentos de natureza, prazos e riscos similares, ou com base nas cotações de mercado desses títulos. Os valores de mercado para o financiamento do BNDES são idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. No caso das debêntures, o valor contábil e de mercado são idênticos, considerando não haver um mercado líquido de negociação das mesmas que possa servir de referência precisa para o cálculo de mercado. Esses instrumentos financeiros estão classificados como “passivos financeiros não mensurados a valor justo”.

✓ Swaps

São mensurados pelo “valor de mercado”. A determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis e a metodologia usual de precificação: para a ponta ativa (em dólares norte-americanos) a avaliação do valor nominal (nacional) até a data de vencimento e descontado a valor presente às taxas de cupom limpo, publicadas nos boletins da Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&F Bovespa.

É importante ressaltar que os valores de mercado estimados de ativos e passivos

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

financeiros foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de mercado mais adequada. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

a) Instrumentos Financeiros por categoria:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010			31/12/2010		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Total
ATIVO						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	386	37.909	38.295	36.028	478.081	514.109
Títulos e valores mobiliários (nota 7)	-	-	-	-	11.122	11.122
Concessionárias e permissonárias (nota 8)	-	-	-	1.634.965	-	1.634.965
Swaps	-	-	-	-	211	211
Ativo financeiro de concessões (nota 11)	-	-	-	469.030	-	469.030
Outros créditos (nota 12)	23.860	-	23.860	152.973	-	152.973
	<u>24.246</u>	<u>37.909</u>	<u>62.155</u>	<u>2.292.996</u>	<u>489.414</u>	<u>2.782.410</u>
	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Total	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Total
PASSIVO						
Fornecedores (nota 16)	280	-	280	658.421	-	658.421
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	-	-	-	1.335.183	-	1.335.183
Debêntures (nota 18)	-	-	-	1.088.402	-	1.088.402
Swaps (nota 17)	-	-	-	-	5.295	5.295
	<u>280</u>	<u>-</u>	<u>280</u>	<u>3.082.006</u>	<u>5.295</u>	<u>3.087.301</u>

b) Política para utilização de derivativos

A Companhia possui uma política para utilização de instrumentos de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração que determina a proteção do serviço da dívida (principal mais juros e comissões) denominado em moeda estrangeira a vencer em até 24 meses, vedando qualquer utilização de caráter especulativo, seja em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Em linha com o disposto na política, a Companhia e suas controladas não possuem contratos a termo, opções, *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e “derivativos exóticos”. Ademais, fica evidenciado através do quadro anterior que a Companhia e suas controladas utilizam o *swap* cambial sem caixa (US\$ versus CDI), cujo Valor Nocial Contratado equivale ao montante de serviço da dívida denominada em moeda estrangeira a vencer em até 24 meses.

Além disso, foram realizadas em outubro de 2010 operações de *swap* de taxa de juros associadas ao vencimento de CCB Bradesco.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.	03.378.521/0001-75
14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS	

c) Gerenciamento de riscos e objetivos alcançados

A administração dos instrumentos de derivativos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em fiscalização permanente do cumprimento da política para utilização de derivativos, bem como acompanhamento das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

d) Fatores de Risco

No curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais e taxas de juros, conforme pode ser evidenciado no quadro abaixo:

Composição da dívida (não inclui encargos financeiros):

	Consolidado			
	31/12/2010		31/12/2009	
	R\$	%	R\$	%
USD	73.131	3,0	99.721	4,1
Cesta moedas BNDES	-	-	444	-
Moeda estrangeira (circulante e não circulante)	73.131	3,0	100.165	4,1
CDI	1.618.316	66,8	1.763.892	72,7
TJLP	624.457	25,8	521.542	21,5
Outros	107.681	4,4	39.079	1,7
Moeda nacional (circulante e não circulante)	2.350.454	97,0	2.324.513	95,9
Total geral (circulante e não circulante)	2.423.585	100,0	2.424.678	100

Em 31 de dezembro de 2010, de acordo com o quadro acima, o montante de dívida denominada em moeda estrangeira é de R\$73.131, ou 3,01% do principal da dívida.

Para o montante de serviço da dívida em moeda estrangeira a vencer em até 24 meses, foram contratados instrumentos de derivativos financeiros, na modalidade de *swap*, cujo valor nocional em 31 de dezembro de 2010 era de US\$19.191, de acordo com a política para utilização de instrumentos de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração. Dessa forma, se descontarmos esse montante do total da dívida em moeda estrangeira, a exposição cambial passa a 1,72% do total da dívida.

A seguir, destacam-se algumas considerações e análises acerca dos fatores de riscos que impactam o negócio das empresas do Grupo Light:

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

✓ Risco de taxa de câmbio

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Light Sesa são denominados em moeda estrangeira, esta se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “*swap*”) para proteção do serviço associado às tais dívidas (principal mais juros e comissões) a vencer em até 24 meses além do swap de taxas anteriormente mencionado. As operações de derivativos apresentaram um perda de R\$1.134 no quarto trimestre de 2010 (perda de R\$1.671 no quarto trimestre de 2009) e uma perda de R\$4.406 no ano de 2010 (perda de R\$17.862 no ano de 2009). O valor líquido das operações de *swap* vigentes em 31 de dezembro de 2010, considerando o valor justo, é negativo em R\$5.084 (negativo em R\$5.554 em 31 de dezembro de 2009), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Swap de moeda

Instituição	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nocial Contratado (US\$)	Valor Justo Dez/10 (R\$) Ativa	Valor Justo Dez/10 (R\$) Passiva	Valor Justo Dez/10 (R\$) Saldo
Banco Itau	US\$+2,20%	100% CDI	18/06/09	10/03/11	69	-	(36)	(36)
Citibank	US\$+2,33%	100% CDI	18/06/09	12/04/11	5.436	-	(2.846)	(2.846)
Banco Itau	US\$+2,30%	100% CDI	10/09/09	12/09/11	66	-	(22)	(22)
Banco Itau	US\$+2,79%	100% CDI	09/10/09	11/10/11	5.273	-	(1.155)	(1.155)
Citibank	US\$+3,20%	100% CDI	10/03/10	12/03/12	63	-	(14)	(14)
Banco Itau	US\$+2,82%	100% CDI	12/04/10	11/04/12	5.010	-	(1.006)	(1.006)
Bradesco	US\$+2,50%	100% CDI	10/09/10	10/09/12	63	-	(7)	(7)
HSBC	US\$+2,20%	100% CDI	11/10/10	09/10/12	3.211	-	(209)	(209)
Totais					19.191	-	(5.295)	(5.295)

Swap de taxa

Instituição	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nocial Contratado (R\$M)	Valor Justo Dez/10 (R\$) Ativa	Valor Justo Dez/10 (R\$) Passiva	Valor Justo Dez/10 (R\$) Saldo
HSBC	CDI+0,85%	101,9%CDI +(TJLP-6%)	11/10/10	09/10/11	150.000	211	-	211
Totais					150.000	211	-	211

O valor contabilizado encontra-se mensurado pelo seu valor justo em 31 de dezembro de 2010. Todas as operações com instrumentos financeiros derivativos encontram-se registradas em câmaras de liquidação e custódia e não existe nenhuma margem depositada em garantia. As operações não possuem custo inicial.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de câmbio e de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro da Companhia e de suas controladas.

A metodologia utilizada para o “Cenário Provável” foi considerar que tanto as taxas de câmbio quanto os juros manterão o mesmo nível verificado em 31 de dezembro de 2010

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

até o final do exercício de 2011, mantendo-se constantes os montantes de passivos, derivativos e aplicações financeiras verificados nesta data. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro em 2011, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações em 31 de dezembro de 2010 e a projeção dos encargos e remuneração sobre estes saldos. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia e de suas controladas.

Risco de Desvalorização da Taxa de Câmbio:

Operação	Risco	R\$		
		Cenário (I): Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
PASSIVOS FINANCEIROS		(7.418)	(26.705)	(45.993)
Par Bond	USD	(3.891)	(10.919)	(17.947)
Discount Bond	USD	(1.612)	(6.324)	(11.035)
C. Bond	USD	(1.543)	(6.575)	(11.608)
Debit. Conv.	USD	(336)	(2.696)	(5.057)
Bib	USD	(36)	(191)	(346)
DERIVATIVOS	USD			
Swaps		(2.199)	6.161	14.521
Referência para ativos e passivos Financeiros			+25%	+50%
Cotação R\$/US\$ (Fim do exercício)		1,6662	2,0828	2,4993

Risco de Apreciação da Taxa de Câmbio:

Operação	Risco	R\$		
		Cenário (I): Provável	Cenário (IV)	Cenário (V)
PASSIVOS FINANCEIROS		(7.418)	11.869	31.157
Par Bond	USD	(3.891)	3.137	10.165
Discount Bond	USD	(1.612)	3.099	7.811
C. Bond	USD	(1.543)	3.489	8.521
Debit. Conv.	USD	(336)	2.025	4.386
Bib	USD	(36)	119	274
DERIVATIVOS	USD			
Swaps		(2.199)	(10.559)	(18.919)
Referência para ativos e passivos Financeiros			-25%	-50%
Cotação R\$/US\$ (Fim do exercício)		1,6662	1,2497	0,8331

Diante do quadro acima, é possível identificar que apesar do *hedge* parcial para a dívida em moeda estrangeira (apenas limita-se ao serviço da dívida a vencer em até 24 meses), à medida que a cotação do R\$/US\$ cresce, a despesa financeira dos passivos aumenta, mas a receita financeira dos derivativos também compensa parcialmente esse impacto negativo e vice-versa. Com isso, evidencia-se a proteção do caixa proporcionada pela política de derivativos da Companhia e de suas controladas.

✓ Risco de taxa de juros

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO DE APOIO À REFORMA DO REGIME DE PREVIDÊNCIA
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos e financiamentos das controladas, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. A política para utilização de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco. No entanto, a Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de forma a avaliar a eventual necessidade de contratar derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Vide abaixo análise de sensibilidade do risco de taxa de juros, demonstrando os efeitos no resultado da variação nos cenários:

Risco de Elevação das Taxas de Juros:

Operação	Risco	R\$		
		Cenário (I): Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS	CDI			
Aplicações Financeiras		51.985	64.981	77.977
PASSIVOS FINANCEIROS		(259.363)	(314.847)	(370.623)
Debêntures 5ª Emissão	CDI	(97.782)	(119.246)	(140.710)
CCB Bradesco	CDI	(52.171)	(64.244)	(76.317)
CCB Bco Santander	CDI	(9.751)	(11.909)	(14.067)
Debêntures 4ª Emissão	TJLP	(11)	(13)	(14)
FINEM BNDES 2006-2008	TJLP	(33.187)	(38.107)	(43.026)
FINEM BNDES 2009-2010	TJLP	(13.584)	(15.977)	(18.371)
FINEM BNDES 2009-2010 TJLP+1	TJLP	(15.234)	(17.651)	(20.068)
PROESCO	TJLP	(652)	(772)	(893)
Debêntures 6ª Emissão	CDI	(36.991)	(46.928)	(57.157)
DERIVATIVOS				
Swaps de moedas	CDI	(2.199)	(2.896)	(3.591)
Swap de taxas	CDI	1.139	1.093	1.045
Swap de taxas	TJLP	1.139	(1.029)	(3.197)
Referência para ATIVOS FINANCEIROS			+25%	+50%
CDI (% fim do exercício)		10,64%	13,30%	15,96%
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS			+25%	+50%
CDI (% fim do exercício)		10,64%	13,30%	15,96%
TJLP (% fim do exercício)		6,00%	7,50%	9,00%

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**Risco de Queda das Taxas de Juros:**

Operação	Risco	R\$		
		Cenário (I): Provável	Cenário (IV)	Cenário (V)
ATIVOS FINANCEIROS	CDI			
Aplicações Financeiras		51.985	38.988	25.992
PASSIVOS FINANCEIROS		(259.363)	(204.163)	(149.238)
Debêntures 5ª Emissão	CDI	(97.782)	(76.318)	(54.853)
CCB Bradesco	CDI	(52.171)	(40.098)	(28.025)
CCB Bco Santander	CDI	(9.751)	(7.593)	(5.436)
Debêntures 4ª Emissão	TJLP	(11)	(9)	(8)
FINEM BNDES 2006-2008	TJLP	(33.187)	(28.268)	(23.349)
FINEM BNDES 2009-2010	TJLP	(13.584)	(11.191)	(8.797)
FINEM BNDES 2009-2010 TJLP+1	TJLP	(15.234)	(12.817)	(10.400)
PROESCO	TJLP	(652)	(531)	(410)
Debêntures 6ª Emissão	CDI	(36.991)	(27.338)	(17.960)
DERIVATIVOS				
Swaps de moedas	CDI	(2.199)	(1.498)	(795)
Swap de taxas	CDI	1.139	1.183	1.226
Swap de taxas	TJLP	1.139	3.307	5.476
Referência para ATIVOS FINANCEIROS			-25%	-50%
CDI (% fim do exercício)		10,64%	7,98%	5,32%
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS			-25%	-50%
CDI (% fim do exercício)		10,64%	7,98%	5,32%
TJLP (% fim do exercício)		6,00%	4,50%	3,00%

✓ Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia utiliza de todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

✓ Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados nas notas 17 e 18.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial, do mercado financeiro e de empresas ligadas, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão das aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam a Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo:

	Consolidado				
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos a taxas de juros					
Pós-Fixadas					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	74.465	676.162	1.999.085	228.921	2.978.633
Instrumentos a taxas de juros					
Pré-Fixadas					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.181	57.188	108.932	185.814	354.115

e) Gestão do Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

f) Valor Justo Hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- ✓ Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- ✓ Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- ✓ Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado			
	Mensuração do Valor Justo			
	31/12/2010	Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2	Sem mercado ativo Nível 3
ATIVO				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	478.081	-	478.081	-
Títulos e valores mobiliários (nota 7)	11.122	-	11.122	-
Swaps	211	-	211	-
	<u>489.414</u>	<u>-</u>	<u>489.414</u>	<u>-</u>
PASSIVO				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	1.335.183	-	1.335.183	-
Debêntures (nota 18)	1.088.402	-	1.088.402	-
Swaps (nota 17)	5.295	-	5.295	-
	<u>2.428.880</u>	<u>-</u>	<u>2.428.880</u>	<u>-</u>

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Níveis 1 e 3 durante o exercício em análise e que não ocorreram transferências entre os níveis para este mesmo exercício.

34. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2010, o Grupo Light possuía seguros com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais se podem citar:

Seguro de Riscos Operacionais - cobre os danos materiais ocasionados a prédios, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios decorrentes de incêndio, explosão, desentulho, alagamentos, terremoto, quebra de maquinário e danos elétricos.

Todos os ativos do Grupo Light estão segurados na modalidade de Riscos Operacionais, com cobertura “All Risks”, com exceção das linhas de transmissão e distribuição.

Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O) - Tem por objetivo proteger os Executivos por perdas e danos resultantes de suas atividades como Conselheiros, Diretores e Administradores da Sociedade.

Seguro de Responsabilidade Civil e Geral - objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos involuntários, danos físicos a pessoas e/ou danos materiais causados a terceiros e relacionados à poluição, contaminação ou vazamentos súbitos.

Seguro de Transporte Internacional – embarques de carga/equipamentos, Seguro Garantia Financeira – Comercialização de Energia (8 apólices) e Seguro Incêndio – Imóveis Alugados.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria e conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 31 de dezembro de 2010, a cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração é resumida como segue:

RISCOS	Data de Vigência		Importância Segurada	Prêmio
	De	Até		
Directors & Officers (D&O)	10/08/2010	10/08/2011	US\$20.000	US\$ 76
Responsabilidade Civil e Geral	25/09/2010	25/09/2011	R\$20.000	R\$448
Riscos Operacionais*	31/10/2010	31/10/2011	R\$ 3.664.000	R\$1.482

*Limite Máximo de Indenização (LMI) de R\$300.000.

35. QUESTÕES AMBIENTAIS

Dentre as ações mais relevantes desempenhadas pela Companhia que visam garantir a qualidade ambiental, destacamos as seguintes:

- ✓ Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) (1): A Companhia iniciou o levantamento da emissão de gases de efeito estufa referente às suas atividades realizadas desde 2006. A partir desse levantamento estipulou-se uma meta de redução anual das emissões de GEE, que tem sido alcançada e até superada tendo em vista os esforços empenhados para tornar os processos mais eficientes (com menor geração de resíduos e gases).
- ✓ Gestão de Resíduos (1): Empresas especializadas são contratadas para garantir a destinação correta de todos os resíduos gerados pela Companhia, incluindo perigosos e recicláveis. Na manutenção das usinas do Parque Gerador, por exemplo, existe um contrato com empresa especializada no fornecimento de toalhas laváveis e reutilizáveis, em substituição aos panos e estopas, o que reduz em até 60%. Com relação às atividades da Distribuidora, contamos com um contrato que garante o reaproveitamento dos equipamentos em desuso retirados da rede de energia elétrica, o que permite enorme diminuição no consumo de recursos naturais e geração de resíduos.
- ✓ Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e Sistema de Gestão Integrado (SGI) (1): A Companhia possui atualmente 247 sites certificados pela ISO 14001, norma esta que estabelece critérios para a Gestão Ambiental. A Light Energia, por sua vez, possui tripla certificação – Qualidade, Saúde e Segurança e Meio Ambiente de todo Parque Gerador em operação. Dentre os empreendimentos certificados em Sistema de Gestão Ambiental (SGA) estão subestações de energia elétrica, linhas de distribuição aérea 138 kV, agências comerciais, usinas hidrelétricas, entre outros. O SGA da Companhia permite o gerenciamento dos aspectos e impactos ambientais advindos das atividades listadas, bem como o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, a conscientização e o treinamento em meio ambiente dos colaboradores entre outros. A manutenção de um sistema com tal conjuntura exige uma série de investimentos para evitar possíveis não conformidades.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO DE APOIO À RECURSOS DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- ✓ Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (1): O programa, iniciado em 1992, possui metas anuais de 50 hectares de plantio e 300 hectares de manutenção de áreas plantadas no entorno dos reservatórios da Light, contribuindo diretamente para a biodiversidade local e regional. Em 2010 a Companhia superou essas metas realizando plantio em 56 hectares e manutenção em 353 hectares de áreas reflorestadas e florestas remanescentes da Mata Atlântica.
- ✓ Manejo de Macrófitas Aquáticas (1): A vegetação aquática que se forma ao longo dos reservatórios pode causar sérios problemas na geração da energia, no controle de cheias e aos múltiplos usos da água, exigindo um grande investimento para controlar seu crescimento populacional.
- ✓ Programa de Repovoamento de Rios e Reservatórios (1): A Companhia assumiu compromisso junto à Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro para recuperação da fauna de peixes do Rio Paraíba do Sul. O projeto elaborado pelo Instituto Estadual do Ambiente – INEA prevê a soltura de 1 milhão de alevinos, dos quais 200 mil serão fornecidos pela Light.
- ✓ Responsabilidade socioambiental (1): Educação é coisa séria para a Companhia, que há muitos anos atua financiando projetos de educação ambiental e escolas dos níveis fundamental e técnico em municípios da sua área de concessão. O Projeto de Inclusão Socioambiental é uma dessas iniciativas, em parceria com a Secretaria de Educação de Pirai-RJ, e pesquisadores da UNESP, UNIRIO, UFRRJ, FIOCRUZ e CETAS/IBAMA (Seropédica-RJ) que visa levar aos professores, alunos e funcionários da Escola de Lajes, aos colaboradores da empresa e à comunidade, oportunidades de conhecer os recursos ambientais locais disponíveis e formar multiplicadores das ações sustentáveis, com ênfase nos cuidados ambientais necessários à prevenção da poluição hídrica e do aquecimento global.
- ✓ Tais iniciativas contribuíram para permanência da Light na carteira do ISE Bovespa desde 2007.

No exercício de 2010, os montantes investidos nos projetos acima descritos, entre outros, totalizaram R\$ 4.976.

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**36. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO**

As informações por segmento foram preparadas de acordo com o CPC 22 (Informações por Segmento), equivalente ao IFRS 8 e estão sendo apresentadas em relação aos negócios da Companhia e suas controladas, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas.

A Administração da Companhia considera que os segmentos são: distribuição de energia, geração de energia, comercialização de energia e outros (inclusive a holding). A Companhia está segmentada de acordo com sua operação, que tem riscos e remunerações diferentes.

As informações por segmento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 estão apresentadas a seguir:

	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 2010
Ativo circulante	2.200.937	166.428	61.605	114.245	(165.047)	2.378.168
Ativo não circulante	2.152.886	1.017	20.409	195	(218.002)	1.956.505
Investimento	16.374	149	-	3.356.792	(3.355.729)	17.586
Imobilizado	189.015	1.433.849	5.039	990	-	1.628.893
Intangível	3.478.653	131.766	-	1.319	2.034	3.613.772
Passivo circulante	1.954.713	217.644	39.398	140.045	(165.047)	2.186.753
Passivo não circulante	3.640.719	647.138	7.134	1.038	(218.002)	4.078.027
Patrimônio líquido	2.442.433	868.427	40.521	3.332.458	(3.353.695)	3.330.144

	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 2009 Reapresentado
Ativo circulante	2.592.400	241.920	49.947	191.464	(288.818)	2.786.913
Ativo não circulante	2.324.417	668	1.889	68	(307.244)	2.019.798
Investimento	16.448	150	2.581	3.514.356	(3.513.147)	20.388
Imobilizado	180.658	1.414.844	4.336	730	-	1.600.568
Intangível	3.306.009	116.971	-	-	-	3.422.980
Passivo circulante	1.632.313	256.089	29.473	151.750	(288.818)	1.780.807
Passivo não circulante	4.088.365	733.617	1.455	19	(307.244)	4.516.212
Patrimônio líquido	2.699.254	784.847	27.825	3.553.680	(3.511.978)	3.553.628

Serviço Público Federal
MISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Resultado por segmento:

	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 2010	Consolidado 2009 Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL	9.347.209	365.018	303.668	-	(178.904)	9.836.991	9.254.630
Fornecimento Faturado	7.927.985	-	-	-	-	7.927.985	7.655.676
Fornecimento não faturado	(8.830)	-	-	-	-	(8.830)	25.810
Suprimento - Energia Elétrica	66.446	359.050	249.872	-	(161.664)	513.704	361.602
Receita de Construção	552.831	-	-	-	-	552.831	526.986
Outras	808.777	5.968	53.796	-	(17.240)	851.301	684.556
DEDUÇÕES A RECEITA	(3.250.106)	(45.077)	(33.224)	-	-	(3.328.407)	(3.047.733)
Fornecimento Faturado -ICMS	(2.194.042)	-	(25.402)	-	-	(2.219.444)	(2.080.591)
Encargos do Consumidor	(556.347)	(13.628)	-	-	-	(569.975)	(515.464)
PIS	(89.735)	(5.606)	(1.098)	-	-	(96.439)	(81.702)
COFINS	(407.984)	(25.830)	(5.050)	-	-	(438.864)	(367.423)
Outros	(1.998)	(13)	(1.674)	-	-	(3.685)	(2.553)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	6.097.103	319.941	270.444	-	(178.904)	6.508.584	6.206.897
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(5.037.251)	(152.913)	(248.539)	(6.772)	178.904	(5.266.571)	(5.161.056)
Pessoal	(238.196)	(20.683)	(3.165)	(3.710)	-	(265.754)	(271.863)
Material	(22.674)	(814)	(9.996)	(6)	-	(33.490)	(25.911)
Serviço de Terceiros	(317.603)	(15.832)	(24.575)	(2.416)	-	(360.426)	(274.105)
Energia Comprada	(3.344.010)	(17.701)	(209.297)	-	178.544	(3.392.464)	(3.322.637)
Depreciação	(290.232)	(61.618)	(612)	-	-	(352.462)	(343.557)
Provisões	(208.357)	(9.328)	-	-	-	(217.685)	(306.045)
Custo de Construção	(552.831)	-	-	-	-	(552.831)	(526.986)
Outras	(63.348)	(26.937)	(894)	(640)	360	(91.459)	(89.952)
Equivalência Patrimonial	-	-	-	579.394	(579.394)	-	-
RESULTADO FINANCEIRO	(289.098)	(33.869)	967	2.606	-	(319.394)	(84.929)
Receita Financeira	194.356	6.993	1.493	2.671	(32.290)	173.223	186.745
Despesa Financeira	(483.454)	(40.862)	(526)	(65)	32.290	(492.617)	(271.674)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	770.754	133.159	22.872	575.228	(579.394)	922.619	960.912
Contribuição Social	(77.440)	(15.751)	(1.926)	-	-	(95.117)	(168.994)
Imposto de Renda	(217.998)	(28.745)	(5.609)	-	-	(252.352)	(203.114)
RESULTADO LÍQUIDO	475.316	88.663	15.337	575.228	(579.394)	575.150	588.804

37. REAJUSTE TARIFÁRIO

A ANEEL, em reunião pública de diretoria, ocorrida em 3 de novembro de 2010, aprovou o reajuste médio das tarifas da Light Serviços de Eletricidade S.A. (Light SESA) de 6,99% para o período de 12 meses a partir de 7 de novembro de 2010.

O índice do reajuste tarifário é constituído por dois componentes: o Estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 8,31%; e o Financeiro, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses, de -1,32%.

Reajuste Tarifário Light 2010	%
IRT Estrutural	8,31
Adicionais Financeiros	(1,32)
Total	6,99

Cabe destacar que as novas tarifas já incorporam os efeitos da nova metodologia proposta no Termo Aditivo aprovado pela ANEEL na reunião de diretoria do dia 2 de fevereiro de 2010.

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em conformidade com contrato de concessão, a receita da concessionária é dividida em duas parcelas. A “Parcela A” que envolve os chamados “custos não gerenciáveis” relacionados à atividade de distribuição de energia elétrica e que são apenas repassados para a tarifa de energia e independem da gestão da concessionária. E a “Parcela B” que compreende o valor remanescente da receita, envolvendo, portanto, os chamados “custos gerenciáveis”, ou seja, administrados pela própria concessionária. Fazem parte dessa parcela as despesas de operação e manutenção, a cota de depreciação e a remuneração dos investimentos.

O objetivo do reajuste tarifário é restabelecer o poder de compra da receita da concessionária, segundo fórmula prevista no contrato de concessão. Acontece anualmente, na data de aniversário do contrato, exceto no ano de revisão tarifária. Para aplicação dessa fórmula, são calculados todos os custos não-gerenciáveis da distribuidora (“Parcela A”). Os outros custos gerenciáveis, constantes da “Parcela B”, são corrigidos pelo IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas. A correção da “Parcela B” ainda depende do Fator X, índice fixado pela ANEEL na época da revisão tarifária. Sua função é repartir com o consumidor os ganhos de produtividade da concessionária, decorrentes do crescimento do número de unidades consumidoras e do aumento do consumo do mercado existente, o que contribui para a modicidade tarifária.

A variação verificada nos custos gerenciáveis (“Parcela A”) de 8,34%, deve-se principalmente ao aumento dos Encargos Setoriais, decorrente tanto da recém aprovada Lei nº 12.111, que aumentou os custos da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e da conta de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D); quanto do aumento dos Encargos de Serviços do Sistema (ESS), que decorre da inclusão da previsão dos custos associados ao despacho de térmicas, fora da ordem de mérito, por razão de segurança energética, por ordem do CMSE. A “Parcela B”, correspondente aos custos gerenciáveis, reflete a variação acumulada do IGP-M no período de novembro de 2009 a outubro de 2010, de 8,81%, deduzido o Fator X de 0,86%, resultando no percentual final de 7,95%.

Os consumidores da Light SESA observam um aumento médio em suas contas de luz de 2,20%, desde 7 de novembro de 2010

38. PLANO DE INCENTIVO DE LONGO PRAZO**a) Plano de Incentivo em Opções de Ações**

Em 6 de novembro de 2009, os executivos que tinham direito ao plano de incentivo de longo prazo foram destituídos de seus cargos. O plano previa no item 10, que em caso de término do contrato de trabalho, antes do término de carência, os beneficiários poderiam exercer um percentual de até 95% das opções que lhes foram outorgadas, dependendo do prazo de término do contrato em relação ao período de *vesting*.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.	03.378.521/0001-75
--------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Do total de opções outorgadas (6.917.733 ações) os executivos tiveram direito a 95%, correspondente a 6.571.846 ações.

Em 31 de dezembro de 2010 todas as opções já haviam sido exercidas.

Para exercício dessa obrigação decorrente do exercício de opção, pelos executivos, a Companhia comprou ações no mercado, mantendo-as em tesouraria até a liquidação das obrigações.

b) Plano de Incentivo em “Opções Fantasma”

A Modalidade de “Opções Fantasma” foi oferecida aos executivos elegíveis indicados pelo Conselho de Administração e está diretamente atrelada à criação de valor da Light, medida por meio da variação da Unidade de Valor da Light (UVL). O cálculo da UVL é resultante da ponderação dos seguintes fatores:

1. Valor de mercado das ações da Light S.A;
2. Valor econômico (múltiplo do EBITDA);
3. Valor de dividendos distribuídos.

A diferença entre a UVL prevista no Programa para o ano de outorga e a UVL verificada no ano de exercício multiplicado pela quantidade de opções exercidas pelo participante montará o total do bônus de longo prazo a ser pago a cada participante.

A Companhia efetuou provisão no montante de R\$10.669 (R\$4.132 em 31 de dezembro de 2009) referente ao período de *vesting* incorrido no ano de 2010 com contrapartida na rubrica despesas de pessoal.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

39. CONTRATOS DE LONGO PRAZO

a) Contratos de uso do sistema de distribuição (CUSD)

Todas as usinas da controlada Light Energia estão conectadas à rede de distribuição e têm vigência até a data de extinção das concessões. Em 31 de dezembro de 2010 o saldo remanescente dos contratos é de R\$243.319 (R\$244.470 em 31 de dezembro de 2009)

b) Contratos de venda de energia elétrica

Em 31 de dezembro de 2010, a Light Energia possuía compromissos de venda de energia com posição em MWmédio, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Energia Contratada TOTAL (MWmédio)
2011	523,2
2012	521,2
2013	510,1
2014	510,2
2015	479,9
2016	479,9
2017	479,9
2018	479,9
2019	479,9
2020	449,6
2021	449,6
2022	449,6
2023	449,6
2024	449,6
2025	449,6
2026	449,6

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Contratos de compra de energia elétrica

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía compromissos de compra de energia como segue:

Ano	Mwmed Contrato bilateral	Mwmed Leilões de energia	Mwmed Total Contratos
2011	1.341	1.816	3.157
2012	1.341	1.883	3.224
2013	1.341	1.505	2.846
2014	1.341	949	2.290
2015	1.341	883	2.223
2016	1.341	865	2.206
2017	1.341	934	2.275
2018	1.341	939	2.280
2019	1.341	939	2.280
2020	1.341	939	2.280
2021	1.341	939	2.280
2022	1.341	939	2.280
2023	1.341	919	2.260
2024	1.341	877	2.218
2025	616	681	1.297
2026	-	634	634

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO DE APOIO À REFORMA DO REGIME DE PREVIDÊNCIA
DPP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO****EFETIVOS**

Aldo Floris

Ana Marta Horta Veloso

Djalma Bastos de Moraes

João Márcio Lignani Siqueira

Firmino Ferreira Sampaio Neto

Luiz Carlos Costeira Urquiza

Carlos Roberto Teixeira Junger

Sérgio Alair Barroso

Maria Silvia Bastos Marques

Carlos Alberto da Cruz

Elvio Lima Gaspar

SUPLENTE

Lauro Alberto de Luca

João Procópio Loures Vale

Vago

Fernando Henrique Schuffner Neto

Carlos Augusto Leone Piani

Paulo Roberto Reckziegel Guedes

Ricardo Simonsen

Luiz Fernando Rolla

Almir José dos Santos

Carmen Lúcia Claussen Kanter

Joaquim Dias de Castro

CONSELHO FISCAL**EFETIVOS**Eduardo Grande Bittencourt
(Presidente)Isabel da Silva Ramos Kemmelmeier
(Conselheiro)Ari Barcelos da Silva
(Conselheiro)Maurício Wanderley Estanislau da Costa
(Conselheiro)Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond
(Conselheiro)**SUPLENTE**

Ricardo Genton Peixoto

Ronald Gastão Andrade Reis

Eduardo Gomes Santos

Márcio Cunha Cavour Pereira de Almeida

Aliomar Silva Lima

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2010

01987-9 LIGHT S.A.

03.378.521/0001-75

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

DIRETORIA EXECUTIVA

Jerson Kelman

Diretor Presidente

João Batista Zolini Carneiro

Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Evandro Leite Vasconcelos

Diretor de Energia

Paulo Carvalho Filho

Diretor de Gestão Empresarial

Ana Silvia Corso Matte

Diretora de Gente

José Humberto Castro

Diretor de Distribuição

Paulo Roberto Ribeiro Pinto

Diretor de Novos Negócios e Institucional

SUPERINTENDENCIA DE CONTROLADORIA

Luciana Maximino Maia
 Superintendente de Controladoria
 CPF 144.021.098-50
 CRC-RJ 091476/O-0

Suzanne Lloyd Gasparini
 Contadora - Gerente de Contabilidade
 CPF 081.425.517-56
 CRC-RJ 107359-0

Proposta de Orçamento de Capital**Orçamento de Capital para o exercício de 2011 da Light S.A.**

Com relação aos projetos constantes no Orçamento de Capital para o exercício findo em 2010, foram realizados 99% dos valores previstos, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Aplicações - 2010 - R\$ MIL	Previsto	Realizado	A Realizar
Distribuição	481.084	513.293	32.209
Expansão	137.826	169.810	31.984
Recuperação de Energia	186.564	134.868	(51.696)
Melhoria da Qualidade	87.082	98.943	11.861
Gerenciamento do Sistema	10.218	7.612	(2.606)
Redes de Transmissão	54.717	88.820	34.103
Diversos	4.677	13.240	8.563
Geração	76.427	42.685	(33.742)
Modernização de Usinas	30.111	26.499	(3.612)
Automação	37.650	14.988	(22.662)
Diversos	8.666	1.198	(7.468)
Light Esco	6.125	1.292	(4.833)
Apoio	58.306	50.268	(8.038)
TI	36.906	38.936	2.030
Patrimônio	14.800	8.115	(6.685)
Diversos	6.600	3.217	(3.383)
Projetos de Geração	84.303	93.161	8.858
PCH Lajes	34.022	22.258	(11.764)
PCH Paracambi	35.356	72.844	37.488
UHE Itaocara	14.925	(1.941)	(16.866)
Total	706.245	700.699	(5.546)

Proposta de Orçamento de Capital

Atendendo ao previsto no parágrafo 2º, do artigo 196, da Lei nº 6.404/76, foi submetido à Assembléia e aprovado por unanimidade dos acionistas presentes, o Orçamento de Capital consolidado do Grupo Light, para o exercício de 2011, no valor de R\$960.474 mil, conforme fontes de financiamento abaixo:

Fontes de Recursos - R\$ MIL	2011
Reserva de Retenção de Lucros de Exercícios Passados	37.669
Retenção de Lucro Exercício 2010	195.414
Aumento do Endividamento	727.391
Total das Fontes de Recursos	960.474

A seguir é apresentado o resumo das aplicações do Orçamento de Capital para o exercício de 2011 (incluídos os valores não realizados em 2010 e transferidos para este exercício):

Aplicações - R\$ MIL	2011
Distribuição	706.014
Expansão	152.875
Recuperação de Energia	255.860
Melhoria da Qualidade	120.529
Gerenciamento do Sistema	43.790
Redes de Transmissão	121.443
Diversos	11.517
Geração	31.359
Melhoria da Qualidade	1.244
Modernização de Usinas	28.800
Diversos	1.315
Light Esco	12.000
Apoio	78.901
TI	41.404
Patrimônio	33.173
Diversos	4.324
Projetos de Geração	132.200
PCH Lajes	18.335
PCH Paracambi	51.544
UHE Itaocara	62.321
Total	960.474

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**a) Composição Acionária****a.1) Acionistas com mais de 5% das Ações da Light S.A., em 31 de Dezembro de 2010:****POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA**

ACIONISTAS	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES ORDINÁRIAS	
	QUANTIDADE¹	%	QUANTIDADE¹	%	QUANTIDADE¹	%
GRUPO CONTROLADOR:						
RME Rio Minas Energia Participações	26.576.150	13,03	26.576.150	13,03	100.719.912	49,39
CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais (*)	53.152.298	26,06	26.576.149	13,03	-	-
Luce Empreendimentos e Participações	26.576.149	13,03	26.576.149	13,03	-	-
Andrade Gutierrez Concessões S.A. (*)	-	-	26.576.149	13,03	-	-
Lidil Comercial Ltda	-	-	-	-	5.584.685	2,73
EDP International S.A	-	-	-	-	15.681.918	7,69
OUTROS:						
BNDES Participações S.A – BNDESPAR (*)	30.631.782	15,02	49.776.782	24,41	68.555.918	33,62
Minoritários	66.997.681	32,86	47.852.681	23,47	13.391.345	6,57
Total	203.934.060	100,00	203.934.060	100,00	203.933.778	100,00

(*) Empresa de Capital Aberto

a.2) Acionistas com mais de 5% das Ações da RME - Rio Minas Energia Participações S.A., em 31 de Dezembro de 2010:

ACIONISTAS	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES ORDINÁRIAS	
	QUANTIDADE¹	%	QUANTIDADE¹	%	QUANTIDADE¹	%
CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais (*)	53.152.298	50,00	26.576.149	25,00	-	-
Andrade Gutierrez Concessões S.A. (*)	-	-	26.576.149	25,00	-	-
LEPSA	-	-	-	-	-	-
Luce Brasil FIP	26.576.149	25,00	26.576.149	25,00	-	-
Equatorial Energia (*)	26.576.150	25,00	26.576.150	25,00	-	-
RME Rio Minas Energia Participações S.A.	-	-	-	-	100.719.912	94,75
Lidil Comercial Ltda	-	-	-	-	5.584.685	5,25
Total	106.304.597	100,00	106.304.597	100,00	106.304.597	100,00

(*) Empresa de Capital Aberto

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

a.3) Acionistas com mais de 5% das Ações da Luce Empreendimentos e Participações S.A., em 31 de Dezembro de 2010:

Luce Empreendimentos e Participações S.A (LEPSA)				
Acionistas	31/12/2010		31/12/2009	
	Ações Ordinárias		Ações Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Luce Brasil FIP	997	99,70	997	99,70
Aldo Floris	1	0,10	1	0,10
Lauro Alberto De Luca	1	0,10	1	0,10
Marcio B. Moraes Jardim	1	0,10	1	0,10
Total	1.000	100,00	1.000	100,00

Luce Brasil FIP				
Acionistas	31/12/2010		31/12/2009	
	Quotas		Quotas	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Luce Investment Fund Energy Series	133.067.080	75,00	133.067.080	75,00
Fundação Seguridade Social -BRASLIGHT	44.355.693	25,00	44.355.693	25,00
Total	177.422.773	100,00	177.422.773	100,00

Luce Investment Fund Energy Series				
Acionistas	31/12/2010		31/12/2009	
	Quotas		Quotas	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Enlighted Partness Venture Capital LLC	3.416,14937	88,75	3.416,14937	88,75
Outros	433,02925	11,25	433,02925	11,25
Total	3.849,17862	100,00	3.849,17862	100,00

Enlighted Partness Venture Capital LLC				
Acionistas	31/12/2010		31/12/2009	
	Quotas		Quotas	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Liberal International Ltd	100,00	100,00	100,00	100,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Liberal International Ltd				
Acionistas	31/12/2010		31/12/2009	
	Quotas		Quotas	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Aldo Floris	3.400.000	100,00	3.400.000	100,00
Total	3.400.000	100,00	3.400.000	100,00

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**b) Posição dos Controladores, Administradores, Membros do Conselho Fiscal e ações em circulação:**

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
POSIÇÃO EM:						
ACIONISTAS	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	Quantidade de Ações Ordinárias (1) (Em unidades)	%	Quantidade de Ações Ordinárias (1) (Em unidades)	%	Quantidade de Ações Ordinárias (1) (Em unidades)	%
Controladores	106.304.597	52,13	106.304.597	52,13	106.304.597	52,13
Administradores						
Conselho de Administração (1)	70.023	0,03	2.520	0,00	25	0,00
Diretoria	2.000	0,00	2.000	0,00	2.000	0,00
Conselho Fiscal	900	0,00	0	0,00	0	0,00
Ações em Tesouraria						
Ações em Circulação:						
BNDES Participações	30.631.782	15,02	49.776.782	24,41	68.555.918	33,62
EDF International S.A	0	0,00	0	0,00	13.391.345	6,57
Outros(minoritários)	66.924.758	32,82	47.848.161	23,46	15.679.893	7,68
Total	203.934.060	100,00	203.934.060	100,00	203.933.778	100,00
Ações em Circulação	97.629.463	47,87	97.629.463	47,87	97.629.181	47,87

- (1) A LIGHT S.A possui apenas ações ordinárias por estar no Novo Mercado da Bovespa.
 (2) Dessas ações, vinte estão detidas à Título Fiduciário, mediante assinatura de Ordem de Transferência de Ações (OTA), com o Grupo de Controle.

c) Vinculação à Câmara de Arbitragem

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Light S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Light S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Light S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Light S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Brd – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Light S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2011

KPMG Auditores Independentes

CRC-SP-14.428/O-6-F-RJ

Vânia Andrade de Souza

Contadora CRC-RJ-057.497/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da LIGHT S.A. no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº 6.404/76, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras e a proposta de distribuição dos lucros, todos os documentos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, da controladora e consolidado.

Nossos exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior, foram complementados, ainda, por análise de documentos e substancialmente por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia.

Desta forma, tendo em conta, ainda, o relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido em 25 de março de 2011, sem ressalvas, este CONSELHO FISCAL, pela unanimidade de seus membros, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apresentados à Assembléia Geral Ordinária de Acionistas para deliberação.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2011.

Eduardo Grande Bittencourt
Presidente

Ari Barcelos da Silva
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond
Isabel da Silva Ramos Kemmelmeier
Mauricio Wanderley Estanislau da Costa

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes referenciadas no relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Jerson Kelman
Diretor Presidente

João Batista Zolini Carneiro
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

José Humberto de Castro
Diretor de Distribuição

Evandro Leite Vasconcelos
Diretor de Energia

Ana Silvia Corso Matte
Diretora de Gente

Paulo Roberto Ribeiro Pinto
Diretor de Novos Negócios e Institucional

Paulo Carvalho Filho
Diretor de Gestão Empresarial

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes referenciadas no relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Jerson Kelman
Diretor Presidente

João Batista Zolini Carneiro
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

José Humberto de Castro
Diretor de Distribuição

Evandro Leite Vasconcelos
Diretor de Energia

Ana Silvia Corso Matte
Diretora de Gente

Paulo Roberto Ribeiro Pinto
Diretor de Novos Negócios e Institucional

Paulo Carvalho Filho
Diretor de Gestão Empresarial